

**Universidade de São Paulo  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”  
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

**Percepções da comunidade e de conservacionistas sobre o conflito humano-fauna – suas causas e soluções – na Reserva Biológica Bom Jesus (Mata Atlântica/PR)**

**Maria Augusta de Mendonça Guimarães**

Dissertação apresentada para obtenção de título Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba  
2023**

**Maria Augusta de Mendonça Guimarães**  
**Bacharel e Licenciada em Psicologia**

**Percepções da comunidade e de conservacionistas sobre o conflito humano-fauna – suas causas e soluções – na Reserva Biológica Bom Jesus (Mata Atlântica/PR)**

Orientador:

Prof. Dr. **SILVIO MARCHINI**

Coorientadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **KÁTIA MARIA PASCHOALETTO MICCHI DE BARROS FERRAZ**

Dissertação apresentada para obtenção de título Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

**Piracicaba**  
**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP**

Guimarães, Maria Augusta de Mendonça

Percepções da comunidade e de conservacionistas sobre o conflito humano-fauna – suas causas e soluções – na Reserva Biológica Bom Jesus (Mata Atlântica/PR) / Maria Augusta de Mendonça Guimarães. - - Piracicaba, 2023.

152 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Coexistência humano-fauna 2. Conservação justa 3. *Panthera onca*  
4. *Tapirus terrestris* 5. *Tayassu pecari* 6. Unidades de Conservação I. Título

*Para Guilherme Gomide (in memoriam), cunhado, irmão,  
amigo e apoiador, sempre, em todos os momentos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus orientadores, Dra. Katia Ferraz e Dr. Silvio Marchini, que apostaram em mim desde o começo e me abriram as portas para o universo da conservação e da coexistência humano-fauna. Além de professores e orientadores, profissionais inspiradores! Sem essa dupla incrível nada disso seria possível.

Às minhas grandes colegas do Laboratório de Ecologia, Manejo e Conservação de Fauna Silvestre (Lemac), Roberta Paolino e Letícia Munhões, que me guiaram pelas mãos em meio a um universo totalmente desconhecido para mim, ajudando com inúmeras conversas, materiais teóricos, ferramentas tecnológicas e dicas para o trabalho em campo.

Aos demais colegas do Lemac, sempre muito prestativos, ao mesmo tempo profissionais e produtores de muitas risadas que deixam a trajetória mais leve. Em especial a Vinícius Alberici, Monique Silva Pereira e Maristela Alcântara.

A todos os participantes da Comunidade de Práticas em Coexistência Humano-fauna, um espaço fundamental de troca de conhecimentos e experiências, que fez grande diferença para a minha formação, além de trazer pessoas maravilhosas que agregam não só à minha vida profissional, mas também pessoal.

A Luiz Francisco Faraco, que teve a brilhante ideia de me pôr em contato com a equipe do Programa Grandes Mamíferos da Serra do Mar, onde tudo começou.

A Roberto Fusco Costa, que desde sempre me acolheu e ajudou com todo o planejamento estratégico da pesquisa, a partir de seu extenso conhecimento da região.

A Mariana Landis, fundamental para fazer todas as pontes que desembocaram neste projeto interestadual que se interliga com diferentes profissionais e instituições.

A todo o serviço do Programa de Pós-graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI-EA), particularmente à Mara Casarin, sempre disposta a colaborar.

A todos os entrevistados, que gentilmente cederam seu tempo para fornecer os dados necessários para esta pesquisa.

E, por fim, ao meu tripé familiar essencial: meus pais, Agar Leila e Emerson, que sempre investiram na minha formação e educação, propiciando uma base sólida e indispensável para tudo o que veio depois; à minha irmã Luciana, uma rocha iluminada que emana força e serenidade fundamentais para encarar os desafios; e a Luis Fernando, meu companheiro e parceiro de campo, que entre idas e vindas sempre me propicia, com sua sabedoria e tranquilidade, a estabilidade necessária para não descarrilhar nos momentos difíceis.

Muitíssimo obrigada a todos vocês!

## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Objetivos.....	13
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	21
3.1 Área de estudo.....	21
3.2 Metodologia.....	32
4 RESULTADOS.....	37
4.1 Conservacionistas.....	37
4.1.1 Perfil dos entrevistados.....	37
4.1.2 Relação dos moradores com a fauna silvestre.....	37
4.1.2.1 Atitude.....	37
4.1.2.2 Emoções/sentimentos.....	38
4.1.2.3 Animais menos tolerados.....	39
4.1.2.4 Causas de conflito humano-fauna.....	40
4.1.2.5 Motivação para caça.....	41
4.1.2.6 Sobre a anta, a queixada e a onça pintada.....	44
4.1.3 Sobre o reforço populacional da anta, queixada e onça-pintada.....	46
4.1.3.1 Condicionantes da eficácia do reforço populacional.....	47
4.1.4 Relação dos moradores com as Unidades de Conservação.....	49
4.1.4.1 Atitude.....	49
4.1.4.2 Motivos para atitude negativa em relação às Unidades de Conservação.....	52
4.1.5 Conhecimento dos moradores.....	54
4.1.5.1 Conhecimento sobre as Unidades de Conservação.....	54
4.1.5.2 Conhecimento sobre o ecossistema.....	57
4.1.5.3 Conhecimento sobre os riscos do ecossistema.....	58
4.1.6 Características das comunidades.....	59
4.1.7 Valores dos moradores.....	62

4.1.8 Sugestões de estratégias de conservação.....	63
4.1.9 Síntese dos resultados.....	65
4.2 Moradores locais.....	66
4.2.1 Perfil dos entrevistados.....	66
4.2.2 Relação com a fauna silvestre.....	68
4.2.2.1 Atitude.....	68
4.2.2.2 Animais menos tolerados.....	69
4.2.2.3 Causas de conflito humano-fauna.....	70
4.2.3 Sobre a anta, queixada e onça-pintada.....	71
4.2.3.1 Ocorrência e conhecimento das espécies.....	71
4.2.3.2 Percepção do tamanho populacional.....	72
4.2.3.3 Emoções/sentimentos.....	75
4.2.3.4 Atitude.....	76
4.2.3.5 Aceitação das espécies.....	79
4.2.4 Motivação para caça.....	84
4.2.5 Conhecimento.....	86
4.2.6 Relação com as Unidades de Conservação.....	89
4.2.6.1 Atitude.....	89
4.2.7 Valor.....	96
4.2.8 Engajamento.....	98
4.2.9 Características das comunidades e região.....	102
4.2.9.1 Crenças, imaginários e boatos.....	104
4.2.10 Sugestões.....	106
4.2.11 Síntese dos resultados.....	109
5 DISCUSSÃO.....	112
6 CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS.....	131
ANEXOS.....	141

## RESUMO

### **Percepções da comunidade e de conservacionistas sobre o conflito humano-fauna – suas causas e soluções – na Reserva Biológica Bom Jesus (Mata Atlântica/PR)**

O manejo dos conflitos humano-fauna tem se modificado nas últimas décadas em direção à coexistência, que abrange não só as relações entre pessoas e fauna silvestre, mas também entre os grupos de pessoas envolvidos, considerando suas diferenças de interesses, valores e percepções. O objetivo desta pesquisa é analisar as percepções da comunidade de moradores locais e de conservacionistas sobre o conflito humano-fauna na Reserva Biológica (Rebio) Bom Jesus, inserida no Corredor Serra do Mar/Lagamar, no estado do Paraná, para averiguar quais fatores são determinantes para a aceitação dos mamíferos ameaçados na região (*Tapirus terrestris*, *Tayassu pecari*, *Panthera onca*), visando o manejo do conflito em direção à coexistência entre pessoas e as espécies-alvo. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas semi-estruturadas, em uma metodologia mista que possui tanto um caráter qualitativo como quantitativo. Foram entrevistados 20 conservacionistas que atuam ou já atuaram na região e 40 moradores da comunidade local. A análise dos dados quantitativos foi feita por meio de estatística descritiva. Para a análise dos dados qualitativos, a metodologia utilizada foi análise de conteúdo e, dentro desta modalidade, a técnica de análise categorial. Os resultados revelaram a presença de fortes conflitos entre os moradores e os conservacionistas, causados por falta de diálogo, desconhecimento sobre o papel dos órgãos de proteção ambiental e baixa participação dos moradores nos processos de tomada de decisão, relatados por ambos os grupos. Há uma divergência grande em relação à percepção sobre os riscos do ecossistema, com os conservacionistas buscando a proteção da flora e da fauna, enquanto os moradores, em geral, reivindicam atenção para as comunidades, alegando que o ecossistema está suficientemente protegido. A maioria dos conservacionistas considera que seria fundamental o envolvimento das comunidades para a eficácia de estratégias de conservação. Há diferenças no grau de aceitação entre as espécies, sendo que a anta é o animal que tem maior potencial para ser aceita na região, enquanto a onça-pintada tem maior índice de rejeição. Há situações conflitivas envolvendo as três espécies, principalmente por prejuízos causados em áreas de plantio e criação de animais domésticos. Particularmente em relação à onça-pintada, o medo de ataque a pessoas também desponta como um fator de conflito. Situações de risco envolvendo atividade de caça também foram relatadas, principalmente para a queixada e a anta. As soluções elencadas relacionam-se a um maior diálogo entre os moradores e os conservacionistas, para que possam ser feitas parcerias com o intuito de se planejar e executar ações conjuntamente. Sendo assim, os dados apontam para a importância de se realizar um trabalho envolvendo as comunidades locais, buscando uma conservação justa, que reconheça tanto as necessidades da natureza quanto das pessoas, para que o manejo dos conflitos humano-fauna rumo à coexistência possa ser mais efetivo. Os resultados serão utilizados pelo Programa Grandes Mamíferos da Serra do Mar, que já está em andamento e tem como finalidade executar um monitoramento em larga escala das três espécies ameaçadas, com a finalidade de buscar estratégias de conservação.

Palavras-chave: Coexistência humano-fauna, Conservação justa, *Panthera onca*, *Tapirus terrestris*, *Tayassu pecari*, Unidades de Conservação



## ABSTRACT

### **Perceptions of local community members and conservationists about human-wildlife conflict – their causes and solutions – in Bom Jesus Biological Reserve (Atlantic Forest/Paraná/Brazil)**

The management of human-wildlife conflicts has changed in the last decades towards coexistence, which addresses not only the relationships between people and wildlife but also between groups of people, considering their differences in interests, values, and perceptions. This research aims to analyze the perceptions of a local community's members and conservationists about human-wildlife conflicts in Bom Jesus Biological Reserve, located in the Serra do Mar Corridor/Lagamar, in the state of Paraná, to assess the drivers of acceptance of endangered mammals in the region (*Tayassu pecari*, *Panthera onca*, *Tapirus terrestris*), aiming to the human-wildlife conflict management towards coexistence between people and these species. We carried out 20 semi-structured interviews with conservationists who worked in this study region, and 40 interviews with residents of the local community to collect data, using a methodology mixing qualitative and quantitative traits. The analysis of the quantitative data used descriptive statistics, and for the qualitative data we used content analysis methodology and, within this technique, category analysis. We identified a deep-rooted conflict between the residents and conservationists, mainly caused by a lack of dialogue, unawareness about the role of environmental protection agencies, and low participation of the residents in decision-making processes, reported by both groups. There is a high divergence between them about ecosystem risks. On one hand, conservationists think flora and wildlife need more protection; on the other hand, residents, in general, claim attention to the communities, arguing that the ecosystem already is well protected. In general, the conservationists think the community's participation would be a key factor to the efficacy of conservation strategies. There are differences in the acceptance degree among the species, being the tapir more likely to be accepted, while the jaguar has the biggest rejection index. Both groups reported conflict situations involving the three species, mainly because of harm caused by animals to the crop areas and livestock. About the jaguar, especially, the fear of people being attacked also is highlighted as a conflict factor. Risk situations involving hunting activities were also reported, especially for the white-lipped peccary and the tapir. The solutions proposed are related to more dialogue between the residents and the conservationists, so they may create cooperative bonds to plan and execute actions together. Therefore, data indicate the importance of sharing local knowledge to work together, aiming at a just conservation, which acknowledges nature's needs and people's needs, thus the human-wildlife conflict management towards coexistence will be more effective. The results will be used by the Serra do Mar Large Mammals Program for monitoring and conservation, which has been working in this landscape performing a large-scale monitoring of the three endangered species, aiming at conservation strategies for them.

Keywords: Human-wildlife coexistence, Just conservation, *Panthera onca*, *Tapirus terrestris*, *Tayassu pecari*, Protected areas

## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre seres humanos e natureza foi se tornando cada vez mais complexa, à medida que o distanciamento causado pelo processo civilizatório impôs delimitações de espaço, principalmente entre as pessoas e a fauna silvestre (Frank; Glikman, 2019). Se antigamente o manejo dos conflitos humano-fauna concentrava-se mais nos aspectos ecológicos ou sobre os comportamentos individuais no âmbito das dimensões humanas, nas últimas duas décadas esse campo tem enfatizado mais o conceito de coexistência, cujo planejamento envolve não só aprimorar a relação entre pessoas e fauna silvestre, como também entre os grupos de pessoas envolvidos, considerando suas diferenças de interesses, valores e percepções (Marchini *et al.*, 2019).

Esta relevância do fator humano faz com que a inserção das ciências sociais torne-se cada vez mais necessária no âmbito dos conflitos humano-fauna para se pensar em estratégias de tomadas de decisão, projetos e soluções (Benett *et al.*, 2017; Dickman *et al.*, 2013; Glikman *et al.*, 2023; Ferraz, 2022). Estudos apontam que não se pode limitar estes conflitos a questões meramente econômicas ou de causalidades mais simplistas, como abater um animal para se defender ou por retaliação, por exemplo. Para compreendê-los, deve-se considerar também as questões culturais, as motivações, as emoções, as normas sociais, ou seja, a complexidade do ser humano como um todo (Dickman *et al.*, 2013; Marchini; Macdonald, 2012). Além disso, pesquisas recentes também apontam para a necessidade de que esta colaboração entre ciências naturais e sociais traga perspectivas críticas para o campo da conservação, propondo transformações mais profundas relacionadas às questões econômicas e políticas subjacentes às estruturas e dinâmicas de poder da sociedade, com o objetivo de almejar também justiça social e ambiental (Massarella *et al.*, 2021; Vucetich *et al.*, 2018).

O tema desta pesquisa abrange a interface dos conflitos humano-fauna com a conservação de grandes mamíferos que ocupam o Corredor Serra do Mar/Lagamar, região que ocupa os estados do Paraná e São Paulo, considerado o maior trecho contínuo de Mata Atlântica do Brasil (ICMBio/MMA no. 150, de 08 de maio de 2006). Por conta desta especificidade, existem algumas Unidades de Conservação (UCs) ao longo de todo o Corredor, e alguns esforços vêm sendo feitos por pesquisadores, entidades não-governamentais e poder público para fomentar a proteção deste bioma.

Uma destas iniciativas foi a criação do Programa de Monitoramento de Grandes Mamíferos no Corredor Serra do Mar/Lagamar, com o objetivo de fazer um monitoramento em larga escala de três espécies-alvo, reconhecidamente ameaçadas no bioma (IBAMA/MMA no.

444, de 17 de dezembro de 2014), a anta (*Tapirus terrestris*), a queixada (*Tayassu pecari*) e a onça-pintada (*Panthera onca*). Esta iniciativa surgiu a partir da constatação que estes mamíferos não estavam ocupando toda área de floresta, inclusive dentro das áreas protegidas, que estavam demograficamente vazias (anexos A, B e C). As ocupações estavam concentradas em áreas mais elevadas e remotas, o que aparentava ser uma retração populacional para áreas mais conservadas, resultantes de pressão antrópica (caça, extração de palmito, cachorros domésticos, atropelamentos). Assim, surgiu a ideia de criar um programa de monitoramento em larga escala, tendo esses mamíferos como espécies-alvo, com o objetivo de fomentar estratégias de proteção e manejo com foco no Corredor Serra do Mar (Fusco-Costa<sup>1</sup>, dados não publicados).

Uma das regiões que levanta preocupações para o Programa de Monitoramento é a Reserva Biológica (Rebio) Bom Jesus, localizada no estado do Paraná, a cerca de 110km de Curitiba. Apesar de ser uma região com potencial para se realizar ações de manejo para reforço populacional dos mamíferos, existe um desconhecimento sobre as percepções dos moradores das comunidades do entorno em relação à fauna silvestre, bem como em relação à presença de UCs e possíveis medidas protetivas em relação aos animais. Uma das incertezas dos pesquisadores e gestores é se um possível aumento da população dos mamíferos poderia causar incômodos nos moradores da região, por possíveis receios de prejuízos às plantações e criações e, conseqüentemente, desencadear reações prejudiciais ao repovoamento, como a atividade de caça, que já ocorreu na região e gerou um impacto significativo no número de animais. Ou seja, existem lacunas de informações para se tomar decisões em relação às estratégias de conservação que podem prejudicar sua efetividade.

A partir deste histórico, constata-se que pode haver divergências entre grupos de interesses distintos nesta região: por um lado os conservacionistas (pesquisadores, gestores de UCs, membros de ONGs) e, por outro lado, os moradores das comunidades do entorno. Esta situação aponta para a relevância de se realizar um projeto que englobe a área de conflitos e coexistência humano-fauna, pois o problema indica que não se trata somente de intervenções a serem feitas no bioma restritas ao campo da Ecologia – como avaliar as condições da fauna silvestre, por exemplo – mas também pode abranger conflitos entre pessoas, relacionados a

---

<sup>1</sup> Dr. Roberto Fusco-Costa, pós-doutor em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador em Ecologia e Conservação da Vida Selvagem pelo Instituto de Pesquisas Cananeia (IPeC) e Instituto Manacá. Endereço: Rua Engenheiro Niepce da Silva, 310, apto 704. Portão. CEP: 80610-280. Curitiba, PR. E-mail: fusco.costa@gmail.com.

disputas territoriais e dinâmicas de poder (Frank; Glikman, 2019). Logo, torna-se necessário examinar as percepções de ambos os grupos, para que essas informações corroborem para que as decisões a serem tomadas em relação a uma possível estratégia de reforço populacional possam ser feitas de forma mais justa e assertiva, tanto para a fauna quanto para as comunidades locais.

O conceito de percepção é amplo e discutido nos campos da filosofia, psicologia e ciências cognitivas, definido em essência como “o processo de obter consciência e compreensão a partir das informações sensoriais” (Ou, 2017, tradução nossa). A percepção envolve um processo de organização e interpretação dos dados captados do ambiente para dar um sentido ao universo exterior, a partir de todos os estímulos advindos deste ambiente (Davidoff, 1983). Desta forma, trata-se de um processo que implica em interpretação, logo não é um reflexo exato da realidade. Por isso escolhemos esse conceito como norteador para o objetivo da pesquisa, uma vez que estamos interessados em compreender como as pessoas envolvidas interpretam e compreendem sua realidade, independente da verdade factual do contexto, tal como se apresenta nesta outra definição: “Uma ideia, crença ou imagem que se tem como resultado de como se vê ou compreende algo” (Perception, 2023, tradução nossa).

Quando se fala em conflito humano-fauna, o primeiro nível de análise e intervenção é tentar entender o que as pessoas pensam e fazem, e também por que fazem o que fazem (Decker *et al.*, 2012; Manfredo, 2008). Desta forma, algumas das questões sobre as percepções dos moradores em relação à fauna silvestre e à região onde vivem foram consideradas importantes para serem investigadas, como: Os moradores possuem conhecimento sobre as espécies que estão em risco e sobre o papel das áreas protegidas? Qual valor eles atribuem a esse local? Há atividade de caça, e qual a motivação dos moradores para isso? Se aparecessem mais animais no local onde moram, haveria conflito? Qual tipo de conflito? O que sentem em relação aos animais? E, fundamentalmente, os moradores aceitariam a presença dos animais?

Já um outro nível de análise diz respeito justamente aos possíveis conflitos entre pessoas ou grupos de pessoas. Desta forma, trazer o conflito e coexistência humano-fauna para essa pesquisa implica em avaliar todas estas inter-relações, em uma perspectiva mais holística e interdisciplinar, que contemple as divergências de argumentos entre *stakeholders* (König *et al.*, 2020). Ou seja, não se trata somente das reações que são causadas nas pessoas pela presença de determinado animal, mas também pela presença de uma UC, por exemplo. Sendo assim, investigar essas questões com os moradores das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus também se tornam necessárias: Eles são favoráveis às medidas de proteção trazidas pelos órgãos

do governo/pesquisadores? Como se sentem em relação à presença de UCs na região? Estariam propensos a se engajar/colaborar com futuras estratégias de conservação? De que forma esses fatores afetam a aceitação dos moradores em relação a um possível reforço populacional dos animais?

O território onde está inserida a Rebio Bom Jesus possui várias UCs de diferentes modalidades, seja de proteção integral ou de uso sustentável, como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A própria Rebio está inserida em uma Área de Proteção Ambiental (APA), e é vizinha próxima de duas RPPNs geridas por uma Organização Não-Governamental (ONG) que tem uma participação expressiva na região. Além disso, outros órgãos do governo, como o Batalhão da Polícia Ambiental, o Instituto Água e Terra (IAT) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná-IAPAR-EMATER) também têm uma atuação constante, bem como os pesquisadores e professores das universidades e institutos do entorno. Ou seja, existe uma pluralidade de atores atuando neste território, com um perfil variado cujas opiniões em relação às ações de manejo para o reforço populacional da fauna silvestre podem ser diferentes. Sendo assim, considera-se pertinente investigar também quais seriam suas percepções em relação à temática, por meio das seguintes questões: Eles acreditam que um reforço populacional seria a melhor estratégia de conservação nesta região? O que eles acreditam ser viável enquanto repovoamento, vai ao encontro do que moradores das comunidades desejam? Quais as opiniões destes profissionais da conservação sobre a relação dos moradores com a fauna silvestre e com os órgãos de proteção ambiental da região? Levantar essas percepções e comunicá-las de forma clara e apropriada auxilia a alinhar os esforços para que as ações sejam bem-sucedidas. E parte-se da premissa que, para isso acontecer, é necessário a participação e envolvimento de todos os *stakeholders*, principalmente das comunidades. Muitas vezes projetos sólidos e consistentes não alcançam a devida eficácia por não irem ao encontro dos anseios dos moradores da região, trazendo conflitos e insucessos que poderiam ter sido evitados se tivessem sido melhor planejados.

O foco desta pesquisa é corroborar para este trabalho de monitoramento e conservação das espécies ameaçadas que já está em curso, por meio de dados coletados que possam esclarecer não somente as questões sobre as relações das pessoas com a fauna, como também suas reações perante as ações de manejo, as medidas protetivas, seus valores atribuídos ao bioma e propensões ao engajamento, dentre outros. Ou seja, são informações consideradas úteis pela sua aplicabilidade, por servirem diretamente para o planejamento de estratégias de conservação a ser realizado por todas as instituições envolvidas.

## 1.1 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as percepções de moradores de comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus e de profissionais que atuam na área da conservação sobre os conflitos humano-fauna, para averiguar quais fatores são determinantes para a aceitação do reforço populacional de três espécies de mamíferos – anta, queixada e onça-pintada – na região, visando o manejo do conflito rumo à coexistência.

Os objetivos específicos são:

- a) identificar as causas dos conflitos humano-fauna mencionados;
- b) examinar sentimentos/emoções, motivação, conhecimento, engajamento e valores dos moradores;
- c) verificar as atitudes dos moradores em relação às UCs e à fauna silvestre;
- d) averiguar a percepção dos profissionais sobre a eficácia de um possível reforço populacional para as espécies-alvo;
- e) gerar subsídios para o processo de tomada de decisões de manejo e conservação na Rebio Bom Jesus.



## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na segunda metade do século XX, as interferências do homem sobre os ecossistemas foram mais rápidas e extensas do que em nenhum outro período da história humana, causando intensa degradação dos recursos naturais, alterações climáticas e perdas irreparáveis da biodiversidade do planeta, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2005 (MEA, 2005). Além do aumento da população, o crescimento econômico e o aquecimento global são alguns dos fatores que indicam que a interferência humana atingiu níveis tão expressivos sobre o ambiente natural que não se pode mais separar os fenômenos sociais do campo da conservação dos ecossistemas (Manfredo, 2008).

A proximidade com a fauna silvestre, por exemplo, torna-se uma condição cada vez mais presente na vida das pessoas, fazendo da coexistência humano-fauna um dos tópicos que tem levantado questões por parte de pesquisadores, conservacionistas e da sociedade em geral (Frank *et al.*, 2019). Particularmente no Brasil, os conflitos humano-fauna vêm crescendo nos últimos anos por conta de diversos fatores, dentre eles a própria sociedade que está mais diversificada, gerando pontos de vista conflitivos, e a expansão de terrenos agrícolas e da própria ocupação humana, o que promove mais contatos entre pessoas e fauna silvestre (Marchini; Crawshaw, Jr., 2015). Além disso, as próprias ações voltadas à proteção dos ecossistemas, como restauração florestal e incremento de áreas verdes em ambientes urbanos, também contribuem para o aumento de interações entre as pessoas e os animais (Ferraz, 2022).

Logo, os fatores individuais e culturais não devem ser negligenciados nas questões relacionadas a conflitos humano-fauna, pois influenciam tanto – ou até mais, dependendo do contexto – os fatores que envolvem perda financeira. Na Amazônia, por exemplo, as percepções sobre os conflitos com onças são mais influenciadas pelo que se escuta das pessoas que pelas experiências pessoais (Dickman *et al.*, 2013). Além disso, demonstrou-se também que o fato de saber que outras pessoas matam onças encoraja o comportamento de fazer o mesmo (Marchini; MacDonald, 2012). Estudos realizados na região do Pantanal, no Brasil, indicaram que matar onças é considerado uma tradição pela cultura pantaneira e, portanto, é um hábito que deve ser preservado, na opinião de moradores entrevistados em pesquisa social (Cavalcanti *et al.* 2010; Marchini; MacDonald, 2012). O fato de ser uma tradição transmitida de geração em geração também acarreta em um sentimento de orgulho por fazer parte desta cultura (Marchini; MacDonald, 2012).

Ainda no âmbito individual, a emoção, que é um componente bastante determinante na tomada de decisões, também está presente nos conflitos humano-fauna (Dickman *et al.*, 2013;



Jacobs; Vaske, 2019). A satisfação sentida por matar um animal selvagem, por exemplo, pode ser um importante motivador para o comportamento de caça (Marchini; MacDonald, 2012). O medo também é um dos sentimentos mais presentes ao se investigar a percepção das pessoas em relação à fauna silvestre (Marchini; MacDonald, 2012; Jacobs; Vaske, 2019; Hofstatter; Oliveira, 2020). Por exemplo, medo de serem atacadas ou terem seus animais atacados, o que pode gerar também sentimentos de hostilidade, raiva e até desembocar em ações agressivas direcionadas à fauna silvestre. Trata-se de um tema complexo, sendo difícil precisar as origens destes sentimentos por estarem relacionados a possíveis ligações entre diversos fatores: cognitivos, culturais, biológicos e psicológicos. Pesquisas já demonstraram que outras emoções estão presentes no contato com grandes carnívoros que não só o medo, mas também alegria e outros afetos positivos, que também devem ser levados em conta para as tomadas de decisões (Jacobs *et al.*, 2014; Jacobs; Vaske, 2019).

Desta forma, faz-se necessário inserir a pesquisa social no campo dos conflitos humano-fauna, pois ela possibilita melhores métodos para averiguar junto às pessoas envolvidas esses componentes individuais e sociais relacionados à fauna silvestre, como sentimentos, tolerância, normas sociais, questões culturais, valores, motivações, etc. (Benett *et al.*, 2017; Glikman *et al.*, 2023). São informações importantes não somente para coletar dados, mas também para integrar moradores locais na busca de parcerias colaborativas. Quando as populações são envolvidas nas tomadas de decisões há maiores chances de sucesso nos projetos (Dickman *et al.*, 2013; Madden; McQuinn, 2014), pois medidas impositivas que vêm de “cima para baixo” correm o risco de obter efeito contrário: ao invés de diminuir, potencializar os conflitos.

Além disso, há outras problemáticas que circundam o terreno dos conflitos humano-fauna. Em muitos casos não se trata somente de atritos entre pessoas e animais estritamente, mas abrange interações entre pessoas, grupo de pessoas, pessoas e habitat (Decker *et al.*, 2012). Também envolve impactos subjetivos causados pelo conflito, decisões a serem discutidas por diferentes grupos envolvidos (*stakeholders*) e intervenções realizadas não somente sobre a fauna e o habitat, mas também sobre pessoas. Logo, questões socioeconômicas, políticas, territoriais, dentre outras, também estão dentro do escopo destes contextos, o que faz com que os conflitos humano-fauna possam também ser símbolos de conflitos sociais mais profundos (Madden; McQuinn, 2014), que representam desigualdades sociais, negligência por parte do setor público, abusos de poder, dentre outros pontos críticos relacionados a nosso sistema econômico vigente.

Adentrando neste âmbito macro das esferas política e social, fala-se, por exemplo de uma crise socioambiental que estamos vivendo (Leff, 2015), em que a relação de depredação

que vem sendo estabelecida dos humanos com os não-humanos, movida muitas vezes por uma ética utilitária, faz com que a natureza seja percebida como um recurso a ser dominado e usado pelo homem indiscriminadamente (Thomas, 1993). Esta voracidade é alimentada ainda por um imperativo de consumo excessivo próprio do sistema de produção dominante, principalmente na sociedade ocidental (Baudrillard, 1986). Desta forma, alguns autores defendem mudanças socioambientais que não estejam fundadas em princípios meramente mercantilistas, mas que considerem também formas alternativas de desenvolvimento, fomentando uma transição que procure modificar as relações de poder através da inserção dos processos democráticos nas formas de apropriação da natureza (Leff, 2015; Büscher; Fletcher, 2019). Isto implica, por exemplo, nas possibilidades de autogestão dos habitats pelas próprias comunidades, incentivando a autonomia cultural, a independência dos países em desenvolvimento e os potenciais ecológicos regionais.

Esta crise socioambiental chama a atenção para a necessidade de repensar as formas de produção e de distribuição dos recursos delineadas pela globalização econômica. Não só a natureza, como o próprio ser humano vem padecendo, vítima da voracidade neoliberalista. Na década de 30, Freud (1930/1968) já alertava para o fato que a repressão em excesso é perigosa para as pessoas, mas igualmente prejudicial é o empuxo a um gozo desmedido e incontrolável, materializado atualmente através de um sistema que vende a ideia que a felicidade e o poder se localizam nos objetos de consumo.

No campo da Ecologia Política, enfatiza-se o quanto esta crise socioambiental é uma espécie de sintoma de uma crise social e civilizatória que estamos atravessando, que vem deixando um rastro de destrutividade direcionado tanto às pessoas quanto à natureza, impactando principalmente os mais vulneráveis social e ambientalmente (Farias, 2021; Leff, 2015). O avanço do processo civilizatório não anula a agressividade inata dos seres humanos (Freud, 1930/1968), conforme podemos atestar nas grandes guerras, na explosão da violência e em outros fenômenos que denunciam as pulsões mais destrutivas do ser humano (Freud, 1920/1955). Daí a pertinência de se promover esta transformação no campo da conservação, pois, quando se trata de meio ambiente, estamos lidando com as complexidades do mundo como um todo (Farias, 2021). Afinal, vivemos em uma época em que são comuns sentimentos de solidão, abandono e desamparo, em meio a uma sociedade cujo imperativo é lutar pelo sucesso individual e material a todo preço, e cujas consequências desembocam no aumento de psicopatologias e violência (Birman, 2016), assim como na destruição da biodiversidade (Farias, 2021).

Estes dados apontam para a necessidade de mudanças nos paradigmas do campo da conservação, considerando que vivemos hoje em uma era em que não se pode mais separar a natureza das pessoas, mas sim deve-se buscar a promoção da coexistência entre ambos (Frank; Glikman, 2019; Marchini *et al.*, 2019). Na perspectiva da chamada conservação socialmente justa, que trabalha com esta noção de coexistência, valores e objetivos da conservação devem ser revistos em busca de concepções de justiça tanto para humanos quanto para não-humanos, incluindo os preceitos de equidade, necessidade e merecimento (Treves; Santiago-Ávila; Lynn, 2019; Vucetich *et al.*, 2018). Trata-se de mudanças não somente no âmbito de comportamentos e atitudes individuais ou de pequenos grupos, mas sim que almejem transformações mais profundas, que ressignifiquem a relação homem-natureza, os padrões de consumo e produção e as hierarquias do sistema de poder vigente (Massarella *et al.*, 2021).

Deve-se considerar também que no campo dos conflitos humano-fauna vem sendo destacado os atritos entre grupos de pessoas com interesses diferenciados em relação à fauna e seu manejo (Peterson *et al.*, 2010; Marchini *et al.*, 2019). Nestes casos, os conflitos transcendem os danos materiais e adentram no terreno de necessidades sociais e psicológicas não atendidas, que não podem ser mitigadas com medidas técnicas (Madden; McQuinn, 2014), pois podem envolver conflitos de poder, de valores diferenciados e identidade. Logo, realizar um diagnóstico preciso em relação ao tipo de conflito de um determinado contexto é fundamental para que as devidas soluções possam ser encaminhadas adequadamente (Zimmermann *et al.*, 2020; Madden; McQuinn, 2014).

Desta forma, situações conflituosas relacionadas não só à fauna, mas também aos grupos de interesses distintos que são frequentes em contextos de áreas protegidas e seus entornos, ilustram o quanto é necessário se orientar para a busca de soluções no complexo campo da conservação, e não só para o entendimento ou a descrição dos problemas, o que já é tradicionalmente feito nas pesquisas (Fonseca *et al.*, 2021). Algo difícil de se empreender, pois há grandes divergências entre os próprios conservacionistas no que concerne aos objetivos da conservação, muito atrelados à forma como se enxerga a relação entre pessoas e natureza (Mace, 2014): isolar as áreas protegidas, monetizar os serviços ecossistêmicos, integrar as comunidades à natureza, são questões polêmicas que geram debates calorosos relacionados a ideais, posições políticas e formações diferenciadas. Infelizmente, as polarizações acabam reduzindo as discussões e prejudicando a soma de esforços que é necessária para se chegar a soluções eficazes, que possam integrar todos os atores envolvidos, principalmente os que ainda têm pouco protagonismo (Feraç, 2022).

Em contextos de implementação de UCs, em que comunidades locais estão envolvidas, é importante planejar transições justas (Stavis, 2023), o que reafirma os ganhos agregados a este campo quando se integra os conceitos e práticas da pesquisa em Ciências Sociais (Ferraz *et al.*, 2022; Ferraz, 2022), particularmente no âmbito da coexistência humano-fauna (Glikman *et al.*, 2023). Não por acaso, as abordagens transdisciplinares, que buscam legitimar conhecimentos que não sejam oriundos somente do meio acadêmico e contemplar a participação de setores sociais diferenciados, têm sido utilizadas para também diminuir a distância entre as produções científicas e os problemas do mundo real, que nem sempre são alcançados pela teoria (Marchini *et al.*, 2021; König *et al.*, 2020). Princípios como equidade e igualdade (Massarella *et al.*, 2021) também têm sido importados da Ecologia Política para propor transformações estruturais que buscam um questionamento das bases de poder já consolidadas no vigente sistema capitalista (Buscher; Fletcher, 2019), para construir alianças que possam promover a inclusão e acesso à justiça social e ambiental (Harris *et al.*, 2023), variáveis determinantes para este processo complexo que é promover engajamento para trabalhar em conjunto com uma grande diversidade de atores.

Ao mesmo tempo que a humanidade precisa de seus códigos, precisa também ultrapassá-los, e é nesse ritmo que ela se reinventa, cria e se diferencia na sua especificidade de todas as outras espécies (Moraes, 2004). É o que vem acontecendo inclusive no campo da conservação, nessa passagem para um foco mais colaborativo entre as ciências naturais e as ciências sociais, do conflito em direção à coexistência, da concepção preservacionista para o que é socialmente justo (Massarella *et al.*, 2021). Nesse sentido, os conflitos humano-fauna contemporâneos parecem representar este novo paradigma, à medida que trazem desafios que ilustram a necessidade de planejamentos e soluções ligados à transformação do conflito em coexistência, considerando toda a multiplicidade de *stakeholders* envolvidos e a complexidade dos problemas atuais (Marchini *et al.*, 2019).



### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

#### 3.1 Área de estudo

O Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar/Lagamar é uma região com vasta pluralidade de espécies e paisagens naturais, localizada nos estados de Paraná e São Paulo, que foi reconhecido, em 2006, como Mosaico Lagamar, considerado o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil (ICMBio/MMA no. 150, de 08 de maio de 2006). Ao mesmo tempo que está entre as 25 regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, é também um dos biomas mais ameaçados (Myers *et al.*, 2000).

Dentre várias outras áreas protegidas que compõem o Mosaico Lagamar está a Rebio Bom Jesus (Figura 1), área de estudo desta pesquisa. Foi criada recentemente, em 2012, e está inserida dentro dos limites da APA de Guaraqueçaba, localizada nos municípios de Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba, no estado do Paraná.

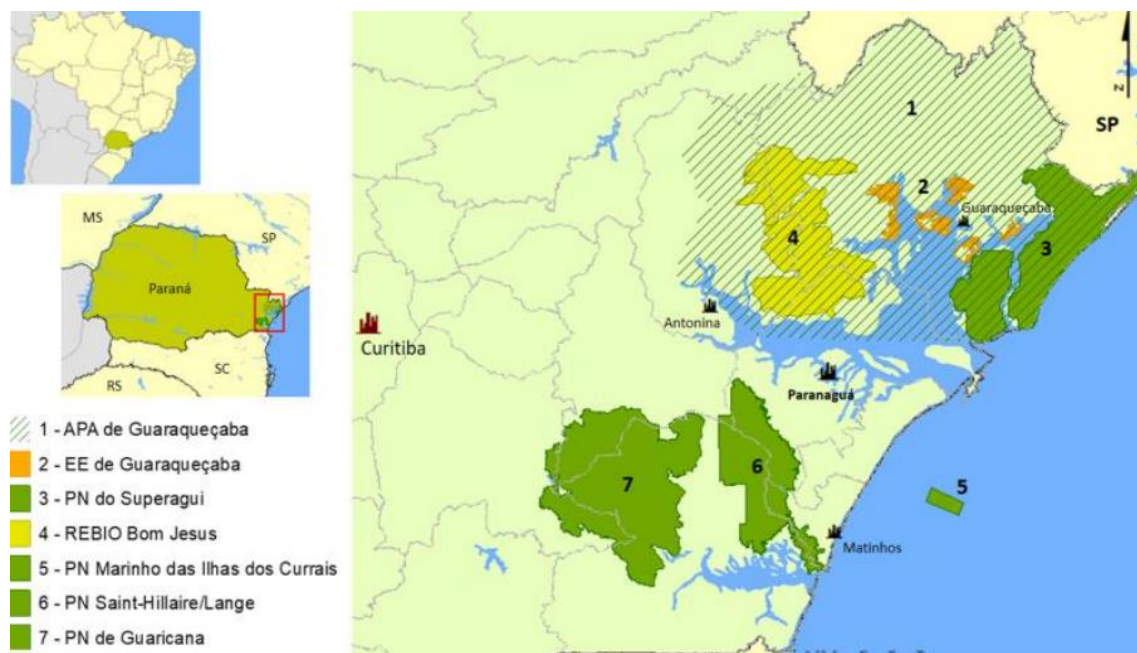


Figura 1. Localização da Reserva Biológica Bom Jesus, no estado do Paraná. Fonte: FUNBIO, 2022.

Com extensão de 34.179 ha, a Rebio Bom Jesus é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e tem por objetivo preservar os ecossistemas de Mata Atlântica, em especial as subformações da floresta ombrófila densa e

formações pioneiras, a fauna associada e a rede hidrográfica local (ICMBio/MMA s/no., de 05 de junho de 2012).

Sendo uma UC de Proteção Integral, a gestão da Rebio Bom Jesus está voltada para a proteção do bioma, educação ambiental e pesquisa científica, estando proibida a visitação. A Unidade serve de habitat para diversas espécies de fauna e flora, muitas delas ameaçadas de extinção, como a puma (*Puma concolor*) e o bugio (*Alouatta fusca*), além das já citadas onça-pintada, anta e queixada. A área de proteção também se estende para o âmbito marinho, de mangues e encostas.

Uma vez que se trata de uma pesquisa cujo tema principal é atravessado por questões socioculturais, econômicas, políticas e por relações interinstitucionais, faz-se necessário uma descrição e contextualização mais pormenorizada da região, principalmente considerando a APA de Guaraqueçaba, que se sobrepõe à Rebio Bom Jesus; o próprio município de Guaraqueçaba, que carrega um histórico importante relacionado à conservação do ecossistema; e a presença de órgãos do terceiro setor, como a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e a Fundação Grupo Boticário (FGB), instituições com forte atuação na região.

Localizada na porção norte do litoral do Paraná, com cerca de 313.000ha, encontra-se Guaraqueçaba (Figura 2), que significa, em tupi-guarani, “lugar do guará”, ave pelecaniforme (*Eudocimus ruber*) que ocorria com grande frequência na região, atualmente ameaçada de extinção. O município, rodeado pelas baías de Paranaguá e Laranjeiras e pela elevação da Serra do Mar, tem uma importância histórica, pois situa-se em uma das primeiras regiões do estado ocupada por colonizadores portugueses, nos idos de 1545, sendo por consequência uma das cidades mais antigas do Brasil (Guaraqueçaba, 2021).

As características físicas do local, que compreende mangues, área de estuário, planície litorânea, ilhas, serra do mar e planalto, distribuídos pelas três porções do município - o continente, a porção costeira e a estuarina - fazem de Guaraqueçaba uma região única, por conta da grande riqueza de espécies da flora e fauna típicas da Mata Atlântica, algumas endêmicas. Soma-se a esta profusão de sítios arqueológicos a baixa densidade demográfica, a diversidade sociocultural, por conta da presença de povos tradicionais, e um relativo isolamento devido à

malha viária reduzida, fatores estes que a diferenciam de outras regiões do litoral paranaense, já tendo sido denominada, inclusive, de “paraíso perdido” (SPVS, 1992).

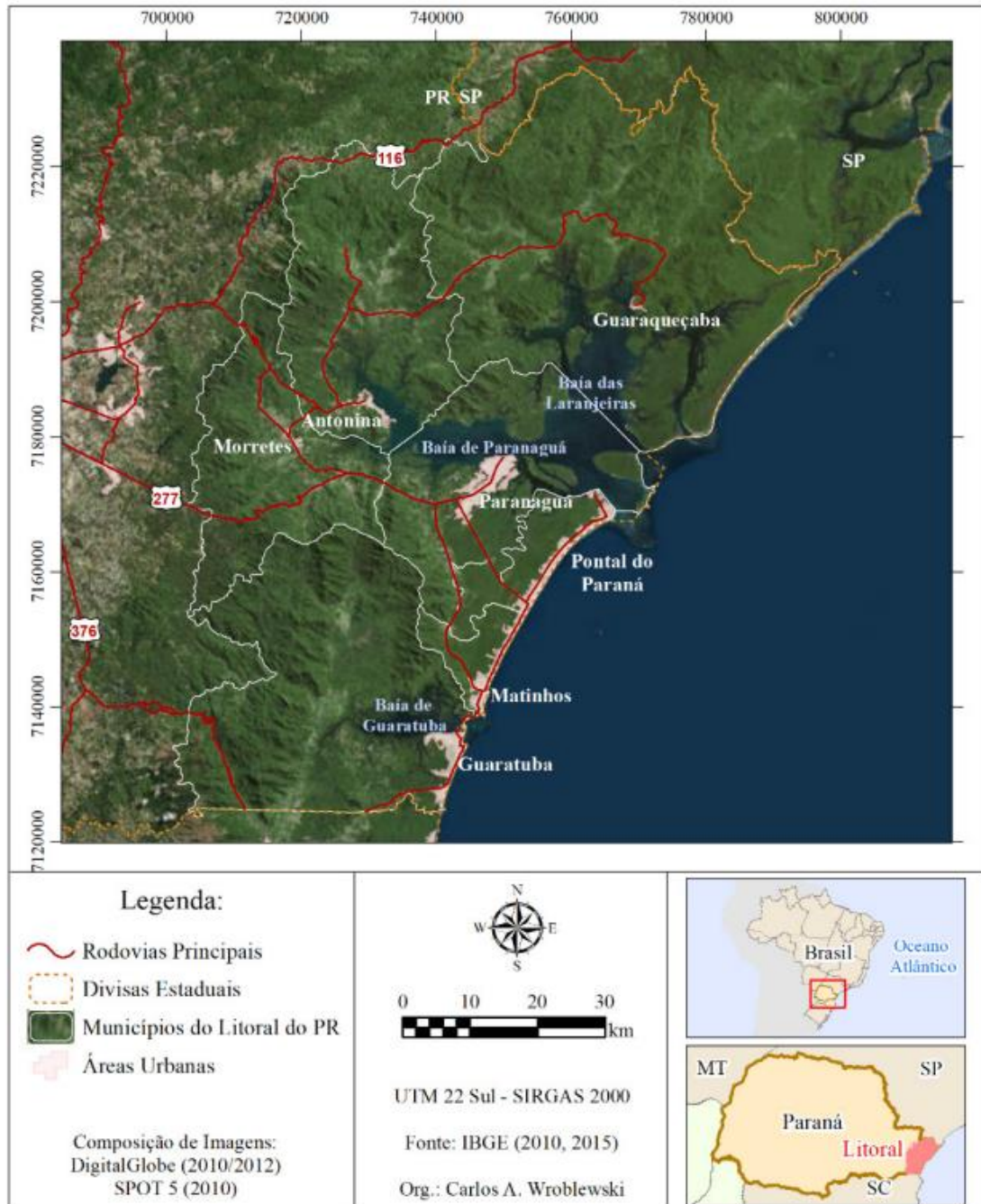


Figura 2. Mapa de localização do município de Guaraqueçaba - PR. Fonte: Paula; Pigosso; Wroblewski, 2018.

Com o crescimento dos movimentos ambientalistas em todo o mundo, a partir da década de 70, e a consequente criação de leis de proteção dos ecossistemas em âmbito nacional, a região de Guaraqueçaba começou a atrair olhares de conservacionistas. Apesar das características físicas do litoral paranaense não terem possibilitado uma exploração excessiva



dos recursos naturais, como nas demais regiões do estado – o que contribuiu para sua preservação – o avanço do desmatamento, a perda de biodiversidade, a degradação dos sistemas costeiros e da qualidade de água desencadearam preocupações (SPVS, 1992). Desta forma, com 162 mil hectares de área de floresta remanescente que cobrem 70% da superfície do município (PDS Litoral, 2019), Guaraqueçaba logo passou a ser protegida por diferentes tutelas jurídicas ligadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A mais importante delas, criada em 1985, é a já mencionada APA Federal de Guaraqueçaba, com cerca de 283.000 ha de área. Além de ter como objetivo assegurar a proteção das espécies ameaçadas da Mata Atlântica, é responsável também por resguardar os sítios arqueológicos (sambaquis), que têm uma ocorrência local expressiva, e as comunidades caiçaras (ICMBio/MMA no. 90.883, de 31 de janeiro de 1985). Dentro dos limites da APA de Guaraqueçaba encontram-se diversas UCs, dentre elas a Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba, a RPPN Salto Morato, pertencente à Fundação Boticário, as RPPNs Papagaio-de-cara-roxa e Guaricica, pertencentes à SPVS, e a própria Rebio Bom Jesus. Na década de 90 foi criada a APA Estadual de Guaraqueçaba, com cerca de 191.5600 ha, que acabou abrangendo as porções do município que não estavam contempladas na APA Federal, incorporando desta forma toda a área de Guaraqueçaba (Paula *et al.*, 2018). Até 1989 a Ilha do Superagui também estava incluída nos limites da APA, deixando de fazer parte após a implementação do Parque Nacional (PARNA) do Superagui, declarado Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco (ICMBio/MMA no. 97.688, de 25 de janeiro de 1989), e que atualmente faz divisa com a APA de Guaraqueçaba. Grande parte destas UCs foram frequentemente citadas nas entrevistas coletadas, pela proximidade com a Rebio Bom Jesus. Tanto que, no final de 2018, foi instituído pelo ICMBio o Núcleo de Gestão Integrada (NGI), um arranjo organizacional para estruturar o processo de gestão entre UCs, integrando a gestão da APA de Guaraqueçaba, da ESEC de Guaraqueçaba, do PARNA de Superagui e da Rebio Bom Jesus (ICMBio/MMA no. 930, de 07 de novembro de 2018).

Atualmente, todo o território de Guaraqueçaba está demarcado por UCs (PDS Litoral, 2019). A preservação desta pluralidade de ecossistemas tornou a região reconhecida como um “paraíso perdido”, pela excepcionalidade do seu banco genético, de extrema importância para a ciência da conservação, e pela beleza ímpar de suas paisagens terrestres e marinho-costeiras, tornando-se um pólo atrativo para turistas, pesquisadores e amantes da natureza em geral.

No entanto, a denominação “paraíso perdido” deve ser analisada com maior profundidade para evitar o reducionismo ingênuo e romântico atrelado a esta expressão, principalmente quando se considera a realidade socioeconômica da região. Apesar de ser o

maior município do litoral do Paraná, Guaraqueçaba concentra somente 3% da população litorânea, estimada em 7.594 habitantes para o ano de 2020 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020), a maior parte dela concentrada na zona rural. Um relativo abandono do poder público se evidencia na baixa infraestrutura local e na precariedade dos serviços básicos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Guaraqueçaba é 0,587, segundo a classificação do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD *et al.*, 2010), considerado o 4º menor dentre todos os municípios do estado (PDS Litoral, 2019). Além disso, ainda mantém dificuldade para atingir a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e é o município com os índices mais baixos de arrecadação tributária, dentre todos os outros do litoral paranaense (PDS Litoral, 2019).

A diversidade cultural da região - que abrange povos indígenas, caiçaras, quilombolas e comunidades tradicionais de pescadores - também demanda uma atenção cuidadosa. A pluralidade de modos de vida, saberes, crenças e línguas, que se constitui como parte importante do patrimônio imaterial do litoral do estado, está também em situação de extrema vulnerabilidade e exige ações para sua preservação (PDS Litoral, 2019).

Particularmente dentro da Rebio Bom Jesus, há uma situação conflituosa envolvendo a aldeia indígena Kuaray Haxa, povoada por 6 famílias da etnia Guarani Mbya, que chegaram à região praticamente junto com o decreto oficial de criação da Rebio. A situação desembocou no Poder Judiciário, com diferentes deliberações, que ora determinavam a saída da aldeia, ora sua permanência (FIOCRUZ, [201-]). Apesar dos Guarani Mbya viverem dentro da Rebio até hoje, o trâmite judiciário que se estende há cerca de dez anos ainda não se encerrou, contornado por uma disputa passional de narrativas entre lideranças indígenas e os órgãos governamentais, com seus respectivos apoiadores.

Com um dinamismo econômico extremamente baixo, os moradores da região sobrevivem principalmente das atividades de pesca, agropecuária e extrativismo. A população mais jovem tende a migrar para os municípios maiores, principalmente para Paranaguá, Antonina e a capital Curitiba, em busca de melhores condições de emprego. Guaraqueçaba já apresenta uma população envelhecida e as projeções demográficas apontam para uma redução populacional para os próximos anos (PDS Litoral, 2019).

A proximidade com as vizinhas Antonina e Morretes, cidades também históricas e portadoras de um riquíssimo patrimônio cultural, repletas de pousadas e restaurantes que geram uma renda significativa para seus habitantes, na prática não agrega muito valor ao município de Guaraqueçaba, uma vez que os visitantes e turistas em sua maioria optam por estadia nas

duas primeiras cidades, de mais fácil acesso e com maior infraestrutura. Outra situação que chega a ser paradoxal é o fato de estar localizada perto do município de Paranaguá, que sedia um dos principais portos do Brasil, responsável pela 4ª economia do país por volume de PIB e pelo comércio exterior, mas que também não acarreta em ganhos expressivos para a população local (PDS Litoral, 2019).

A situação do transporte e da malha viária de Guaraqueçaba é um tópico que se destaca dentro desse contexto. O principal acesso por via terrestre à região é a Rodovia Estadual PR-405 (Figura 3), que liga a sede municipal ao sistema de transporte terrestre do estado. São cerca de 80 quilômetros de uma rodovia que não é pavimentada, até chegar à via asfaltada que faz a ligação com o município de Antonina. A reivindicação de pavimentação para esta estrada é antiga, pois é através dela que acontece todo o escoamento da safra agrícola e das fábricas produtoras de palmito, assim como todo o trânsito para as atividades sociais e produtivas das comunidades do interior. Existiram pressões também, por parte das comunidades, para a abertura do trajeto da BR-101 para ligar São Paulo a Santa Catarina, que acabaria servindo ao município de Guaraqueçaba por cortá-lo na sua porção nordeste (SPVS, 1992).

O maior atributo da região de Guaraqueçaba, ou seja, suas belezas naturais, é também uma de suas maiores fontes de conflitos quando se adentra na seara do desenvolvimento socioeconômico da região. O Governo do Estado repassa um valor expressivo para Guaraqueçaba, oriundo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para os municípios com áreas protegidas em seus territórios - o ICMS Ecológico (PDS Litoral, 2019). Mas, ainda assim, a população tende a associar as escassas condições de infraestrutura e a falta de investimento do poder público às restrições legais decorrentes da presença dos órgãos ambientais. Além disso, são frequentes as situações de conflitos entre os habitantes e os gestores e/ou representantes destas instituições, muitas vezes relacionados a desconhecimentos e

confusões geradas pela grande quantidade de leis de proteção e de instituições atuantes na região (PDS Litoral, 2019).



Figura 3. Rodovia Estadual PR-405, que liga os municípios de Antonina e Guaraqueçaba. Fonte: Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná (DER/PR).

Fora do âmbito governamental, duas destas instituições com forte presença na região são a Fundação Grupo Boticário e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Em 1994, a FGB criou a Reserva Natural Salto Morato, uma RPPN localizada a 20km da sede do município de Guaraqueçaba, com centro de pesquisa, alojamentos, programas de educação ambiental e ecoturismo. A queda d'água que dá nome à Reserva, a abundância de avifauna e as belas paisagens atraem para a região pesquisadores, turistas e levam benefícios para as escolas do município (FGB, [199-]). A Rebio Bom Jesus também já foi contemplada dentre os vários projetos e iniciativas financiados pela FGB.

A chegada da SPVS à região também se entrelaça à história da conservação dos seus ecossistemas, aos órgãos de proteção e aos conflitos socioambientais. Com uma forte participação em Conselhos de UCs, em projetos de pesquisa científica e nas articulações com o poder público, é frequente sua contribuição em diversos documentos técnicos, bem como ser mencionada para potenciais parcerias relacionadas às estratégias de conservação futuras (Ecomarumbi, 2020; PDS Litoral, 2019; SPVS, 1992; Paraná, 1995).

Fundada em Curitiba, em 1984, a SPVS é uma instituição do terceiro setor que tem por objetivo a “conservação da natureza, por meio de proteção de áreas nativas e da biodiversidade, de ações de educação ambiental e do desenvolvimento de modelos para o uso racional dos recursos naturais” (SPVS, 2020a). Sendo uma associação sem fins lucrativos, desenvolve seus projetos a partir de diversos financiadores e patrocinadores, contando também com uma vasta gama de parcerias institucionais.

A atuação na APA de Guaraqueçaba se iniciou no começo da década de 90, pela aquisição de vários terrenos na região que foram transformados em Reservas Naturais, com o objetivo de concentrar esforços tanto para a conservação da biodiversidade quanto para implementar ações direcionadas à mitigação do aquecimento global, por meio da restauração de áreas degradadas. Uma iniciativa pioneira e inovadora, viabilizada pela parceria com uma organização não-governamental e três empresas do setor privado, todas internacionais (SPVS, 2020b).

Essa proposta nasceu no seio das discussões sobre as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, que foram ganhando corpo na década de 90. A ideia da ONG parceira internacional era buscar áreas que estivessem desmatadas ou sofrendo alguma ação prejudicial ao seu ecossistema, para realizar sua restauração e proteção, ao mesmo tempo que proporcionaria a redução do gás carbônico (CO<sub>2</sub>) na atmosfera. O financiamento veio da iniciativa privada, e a SPVS ficou responsável pela aquisição, regularização e restauração de cerca de 19 mil ha de Mata Atlântica (SPVS, 2020b).

Iniciou-se, então, o mapeamento de cerca de 200 propriedades na região, envolvendo uma equipe multidisciplinar para analisar aspectos jurídicos, ambientais e econômicos, dentre outros. A maioria das propriedades analisadas continham fazendas de búfalos. Foi um longo trabalho de triagem, negociação e regularização – 30% das áreas não apresentavam documentação correta (SPVS, 2020b). Este processo desvelou uma questão historicamente crítica na região, que é a situação fundiária, consequência de anos de conflitos de terras que eram comuns entre as décadas de 50 a 70 envolvendo situações de expulsões, violência e grilagens (SPVS, 1992).

Na sequência, iniciou-se a tramitação para a transformação das áreas em Reservas Naturais, seguindo todos os critérios de georreferenciamento e, conseqüentemente, com mais negociações, dessa vez com os moradores vizinhos às propriedades para os acordos de demarcações. Foi mais um longo processo envolvendo a busca de documentos para estabelecer as delimitações definitivas (SPVS, 2020b).

Finalmente, em 1999 foi implementada a primeira Reserva Natural da SPVS, a Reserva Natural Papagaio-de-cara-roxa (Figura 4), nome decorrente do fato de abrigar esta ave ameaçada (*Amazona brasiliensis*). Localizada em Guaraqueçaba, a Reserva também serve de base para os técnicos da instituição realizarem algumas das atividades de um projeto voltado à conservação da espécie. No ano seguinte, veio a segunda Reserva, Guaricica, localizada no município de Antonina, que abriga hoje o Centro de Educação Ambiental da instituição, local onde são realizadas atividades educativas para as comunidades do entorno. Em 2002 foi implementada a terceira, a Reserva Natural das Águas, também localizada em Antonina, que garante o abastecimento de água para o município. Dentro das três Reservas existem áreas destinadas para RPPNs (SPVS, 2020b).

A Rebio Bom Jesus tem estreita relação com estas Reservas, pois está localizada entre duas delas, a Reserva do Papagaio-de-cara-roxa e a Guaricica (Figura 5). Juntas, formam um corredor ecológico de mais de 50 mil hectares. A SPVS teve uma participação importante na época da implementação da Rebio, pois detinha grande conhecimento das áreas, por conta do trabalho de demarcação dos territórios para as Reservas. Esses dados foram disponibilizados para o ICMBio, e outras formas de parcerias também aconteceram para a consolidação, manutenção e gestão da UC (SPVS, 2020b).



Figura 4. Entrada da Reserva Natural Papagaio-de-cara-roxa. Fonte: SPVS, 2020b.

A relação da SPVS com os moradores locais foi se estabelecendo desde a chegada da instituição à região, pois muitos deles foram contratados para trabalhar nas ações relacionadas à prospecção, proteção e manejo das áreas que vieram a ser as RPPNs. Todos os funcionários das antigas fazendas de búfalos foram convidados a fazer parte da equipe para atuar na implantação das Reservas. A contratação ocorreu por vias legais, seguindo os critérios relacionados à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com os devidos benefícios contemplados pela lei (SPVS, 2020b).

Para qualificar estes novos funcionários, que não tinham experiência na área da conservação, a instituição disponibilizou treinamentos, cursos e oficinas de capacitação de diversos assuntos, desde manuseio dos aparelhos (computadores, GPS, sistemas via rádio) até procedimentos de segurança em campo. Pelo vasto conhecimento que possuíam sobre a biodiversidade local, muitos deles auxiliaram na elaboração dos Planos de Manejo das Reservas e na seleção das espécies nativas para a restauração dos ambientes degradados (SPVS, 2020b).

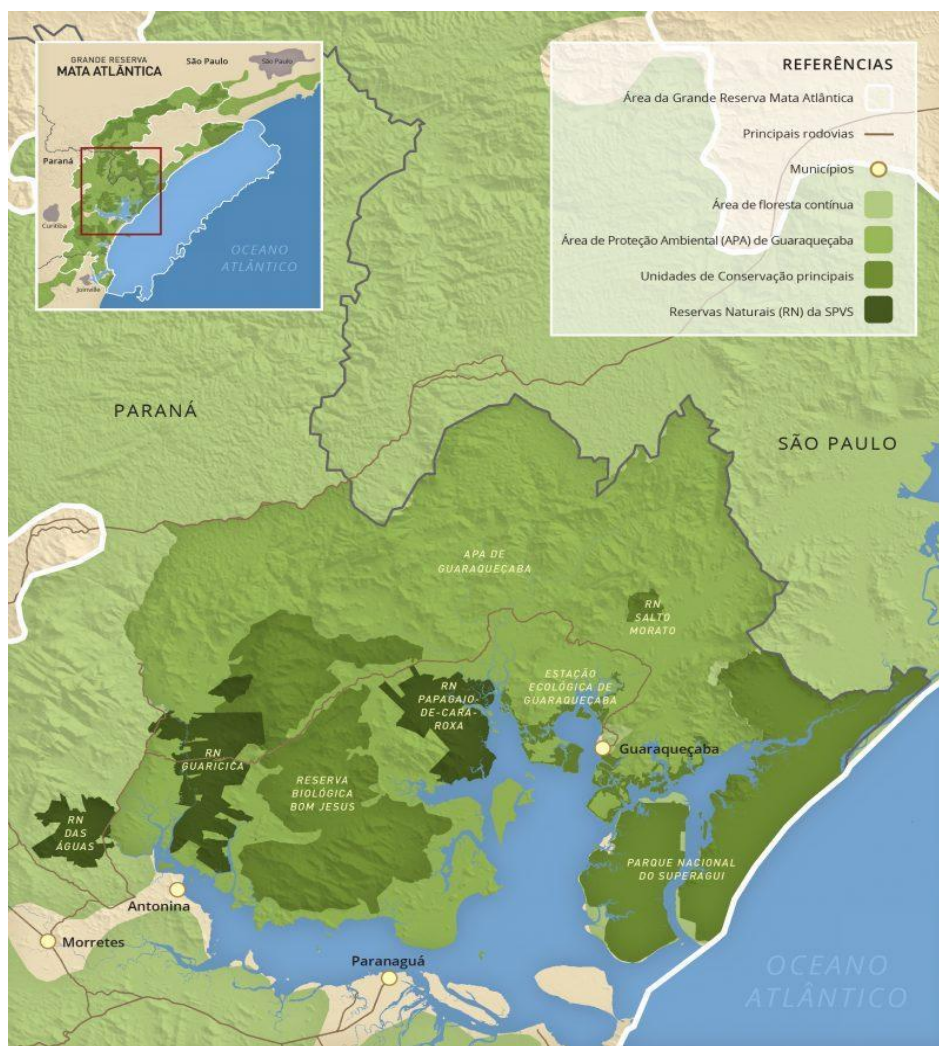


Figura 5. Localização das Reservas Naturais da SPVS próximas à Rebio Bom Jesus. Fonte: SPVS, 2020b.

Entretanto, a própria instituição reconhece, em seu livro sobre os 20 anos de história das Reservas, que deveria ter investido mais em estratégias de comunicação com a população local, na época em que se iniciou o processo de reconhecimento das áreas para aquisição dos terrenos. A escolha, na época, foi de realizar uma aproximação discreta, para não dar margem à especulação de valores e prejudicar as negociações. Essa atitude acabou gerando desconfianças, medos e incertezas para os moradores, que não foram devidamente esclarecidos sobre os motivos da presença da instituição na região, mas que observavam toda a movimentação no local por conta da implantação das Reservas (fig.6). (SPVS, 2020b).



Fig. 6 – Placa de sinalização da SPVS indicando o monitoramento de uma das suas RPPNs. Fonte: SPVS, 2020b.

Foi preciso – e ainda é – lidar com as resistências da população, e as tentativas para fomentar essa aproximação têm sido feitas a partir de uma série de ações envolvendo educação ambiental, realização de eventos para divulgação das informações, estreitamento de laços com lideranças comunitárias, vereadores e secretários municipais (SPVS, 2020b).

Atualmente a SPVS continua tendo uma presença ativa na região, com diversos projetos em andamento para dar continuidade ao trabalho de conservação da Mata Atlântica. Especificamente no que diz respeito à Rebio Bom Jesus, a instituição desempenha um papel



importante nas tomadas de decisões, uma vez que participa do Conselho Gestor Integrado do Núcleo de Gestão Integrada para as UCs de Antonina e Guaraqueçaba. Ou seja, é um *stakeholder* fundamental dentro do extenso quadro de atores institucionais que compõem o cenário no qual está inserida a Rebio Bom Jesus. Um território frágil e de extrema complexidade, um intrincado mosaico permeado por todas essas conjunturas ambientais, socioculturais, econômicas e institucionais.

### 3.2 Metodologia

A estrutura de pesquisa escolhida foi a *observacional*, sendo o sub-tipo o *estudo de caso*. Esta metodologia é útil quando o pesquisador tem interesse em ter uma compreensão detalhada e aprofundada de uma situação específica (Newing, 2011), no caso as percepções sobre os conflitos humano-fauna na Rebio Bom Jesus. Trata-se de uma metodologia mista, pois ao mesmo tempo que possui este caráter exploratório/qualitativo para um melhor entendimento do contexto, contém também uma parte explanatória que será realizada a partir do levantamento de alguns dados objetivos que serão mensurados de forma quantitativa por meio de entrevistas.

A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas, ou seja, quando há um roteiro a ser seguido de acordo com o que se almeja saber do entrevistado, mas também com abertura para informações que porventura surgirem e possam ser relevantes para a pesquisa (Newing, 2011). Todo o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo – CAAE 29581220.1.0000.5395. A pesquisa também está registrada no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), com o número 81962-1.

Esta coleta foi feita em duas etapas, uma com os profissionais da área da conservação, que atuam ou já atuaram no território, e outra com os moradores de comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus. Para tal, foram elaborados dois roteiros de perguntas. Para a entrevista com os profissionais, os objetivos foram: (i) compreender o contexto, como detalhes da região e das comunidades; (ii) verificar suas percepções sobre a relação dos moradores com os animais e com as UCs, índice de conhecimento dos moradores, valores atribuídos à conservação e à região e predisposições dos moradores para engajamento; (iii) averiguar suas opiniões sobre a eficácia de um possível reforço populacional; (iv) identificar suas percepções em relação a possíveis conflitos já existentes e possíveis soluções, bem como sobre as possibilidades de contato com os moradores e informações relevantes para formas de abordagem (ANEXO D). Como estratégia amostral, de início os primeiros entrevistados foram indicados pelo coordenador do

Programa de Monitoramento<sup>2</sup>, e na sequência pessoas cujas indicações surgiram dos próprios entrevistados. O critério de escolha foi o conhecimento e a experiência de trabalho relacionados à Rebio Bom Jesus. Ao total foram entrevistados 20 profissionais da área da conservação.

Esta primeira parte da pesquisa foi realizada entre os meses de março e setembro de 2021, e precisou ser feita de forma remota devido à pandemia da Covid-19, com exceção de duas entrevistas que foram realizadas presencialmente. As entrevistas tiveram uma duração média de 01h10min e foram gravadas, com a devida autorização prévia dos entrevistados.

A segunda parte foi direcionada aos moradores das comunidades, contendo também um roteiro com perguntas abertas e fechadas (ANEXO E). Para as entrevistas com os moradores, os objetivos foram: (i) medir o grau de conhecimento que possuem em relação às UCs e aos riscos dos animais e do bioma onde residem; (ii) avaliar o quão dispostos estariam para se engajar em ações para a conservação; (iii) compreender as motivações para o abate dos animais (quando mencionado); (iv) identificar sentimentos e atitudes em relação à presença de UCs e dos animais; (v) identificar o valor atribuído à conservação e à região; (vi) identificar causas de conflitos humano-fauna. Em relação aos moradores, a estratégia amostral escolhida foi a *não-probabilística*, pois partiu-se da premissa que alguns moradores poderiam ser priorizados para as entrevistas, tais como líderes da comunidade, pessoas que são mais impactadas ou que exercem mais impacto sobre os animais e as UCs, etc. Sendo assim, é um tipo de estratégia amostral por *conveniência*, na qual foram entrevistadas as pessoas que puderam gerar informações mais relevantes para a pesquisa, com quem se teve mais facilidade de contato e também que tiveram disponibilidade para a atividade (Newing, 2011). Esta segunda etapa foi realizada de forma presencial, de fevereiro a setembro de 2022, em 4 idas a campo.

No total, foram realizadas 40 entrevistas com moradores do entorno da Rebio Bom Jesus, distribuídos em 12 comunidades: Lageado, Cachoeira, Rio Pequeno, Quebra do Rio Pequeno, Faisqueira, Cedro, Itaquí, Tagaçaba, Tagaçaba de Cima, Potinga, Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger e Comunidade Indígena Kuaray Haxa, pertencentes aos municípios de Antonina e Guaraqueçaba (Figura 7). As entrevistas tiveram uma duração média de 1 hora, e a maioria foi gravada e posteriormente transcrita, com exceção daquelas cujos entrevistados não deram consentimento para gravação.

---

<sup>2</sup> Dr. Roberto Fusco-Costa, UFPR/IPeC.

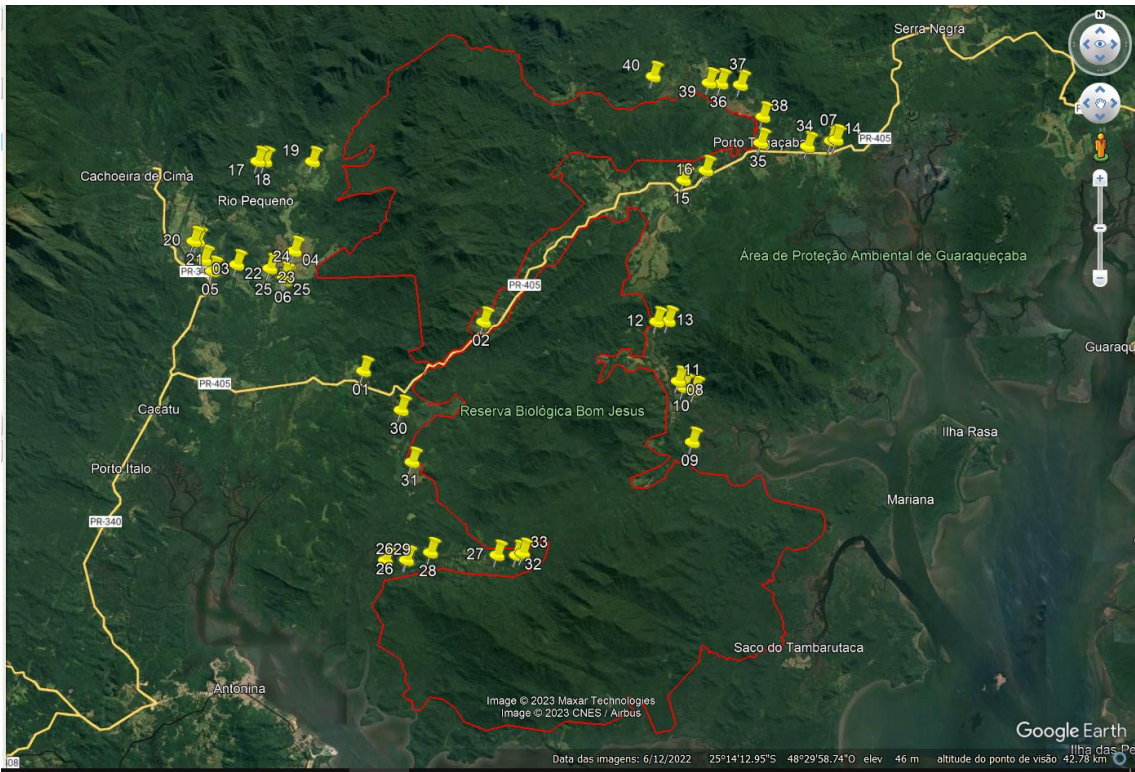


Figura 7. Pontos de localização das entrevistas realizadas na área de estudo.

Os dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa, a partir das variáveis que norteiam os temas referentes às perguntas da pesquisa. A variável considerada dependente desta pesquisa é a aceitação da fauna silvestre. As variáveis independentes que foram mensuradas são: atitude; conhecimento; motivação; emoções/sentimentos; e valores (Tabela 1). Ou seja, a questão principal da pesquisa, ligada à aceitação dos moradores das comunidades sobre a fauna silvestre, estava encadeada a uma série de outros temas que precisaram ser investigados para tentar responder à questão principal.

Tabela 1. Descrições das variáveis da pesquisa.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
Atitude	Predisposição interna para avaliar uma situação ou objeto de determinada forma, que é bastante útil por fornecer informações que auxiliam a prever e entender o comportamento das pessoas (Manfredo, 2008).
Conhecimento	Compreensão ou informação que foi obtida por experiência ou estudo, que está na mente de uma pessoa ou de um grupo de forma geral (Glikman <i>et al.</i> , 2012).
Motivação	Forças cognitivas que direcionam as pessoas para alcançar objetivos ou resultados específicos (Decker <i>et al.</i> , 2012).
Emoções/sentimentos	Respostas emocionais consistem em reações fisiológicas (por ex., aumento dos batimentos cardíacos), expressivas (por ex., sorriso), tendências de comportamento (por ex., aproximar-se) e experiências emocionais (por ex., sensação de felicidade) (Jacobs; Vaske, 2019).
Valores	Padrões pessoais para determinar o que é bom ou mal, certo ou errado, que servem de guia para interpretar eventos e informações (Manfredo, 2008).

A análise dos dados quantitativos obtidos a partir das perguntas fechadas foi feita por meio de estatística descritiva, sintetizando e demonstrando os resultados em gráficos e tabelas. Já a parte qualitativa foi agregada à pesquisa justamente por se tratar de um tema complexo, inserido dentro de um território que carrega uma história específica, com elementos próprios, ou seja, com um universo de significados, crenças e relações estabelecidas dentro de um determinado grupo social, que seriam muito difíceis de serem traduzidos somente em elementos quantitativos. É com este material que se ocupa a pesquisa qualitativa dentro do campo das Ciências Sociais, considerando que quaisquer códigos, teorias e discursos são incapazes de dar conta da realidade social, mas que há instrumentos e técnicas que possibilitam uma aproximação do que seria a existência de determinados agrupamentos humanos, abordando seu conjunto de símbolos e significados (Minayo; Deslandes; Gomes, 2016).

Para a análise qualitativa, optou-se por utilizar a metodologia de análise de conteúdo, pelo fato de ela oferecer técnicas que se ajustam tanto para a parte mais descritiva e objetiva da perspectiva quantitativa, quanto para uma análise mais aprofundada do material verbal coletado nas entrevistas (Minayo; Deslandes; Gomes, 2016). Dentro desta metodologia, existem técnicas específicas para se realizar a análise dos dados. Para esta pesquisa, foi utilizada a técnica de análise categorial ou análise temática (Bardin, 2016), que privilegia a frequência e repetição de temas, e também possibilita a elaboração de inferências a partir dos conteúdos manifestos e não manifestos, ou seja, indo além do que está sendo explicitamente comunicado para alcançar interpretações mais profundas (Minayo; Deslandes; Gomes, 2016).

A categorização é um dos procedimentos metodológicos presentes na análise do conteúdo, particularmente quando a técnica utilizada é a análise categorial. Consiste em distribuir em categorias ou classes o material que já foi analisado em partes, que irão comportar um conjunto de elementos sob um título genérico (Bardin, 2016). Para este estudo, as categorias foram estabelecidas de acordo com as variáveis escolhidas para serem mensuradas e com outros temas que foram considerados relevantes para se alcançar os objetivos da pesquisa, e que foram surgindo ao longo das entrevistas. Por exemplo, as categorias ‘condicionantes da eficácia do reforço populacional’ e ‘motivos de atitude negativa em relação às UCs’ foram criadas posteriormente, conforme se percebeu a grande frequência com que esses itens eram relatados e sua importância para a riqueza da pesquisa. Dentro destas categorias, foram sendo criadas as sub-categorias à medida que apareciam nas entrevistas, como por exemplo ‘UC impede desenvolvimento’, e as frequências foram contabilizadas.

Este processo de categorização foi realizado por meio do software Atlas.ti, que facilita a contagem da frequência com que os temas aparecem nos dados coletados. Cada citação corresponde a um entrevistado. Por exemplo, se uma sub-categoria foi citada 15 vezes, é porque foi mencionada por 15 entrevistados diferentes. O critério de categorização escolhido foi o semântico, ou seja, de acordo com temas (Bardin, 2016).

## 4 RESULTADOS

### 4.1 Conservacionistas

#### 4.1.1 Perfil dos entrevistados

Os profissionais entrevistados possuem diferentes formações e cargos institucionais, com idades que variam de 29 a 63 anos. Dos 20 entrevistados, 14 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Em relação ao grau de escolaridade, 17 possuem nível superior completo, com especializações ou cursos de pós-graduação nas áreas de Ecologia, Conservação, Ciências Florestais, Zoologia, Ecoturismo, Ordenamento de Território, Direito Ambiental e áreas afins. Dois entrevistados possuem nível fundamental incompleto e 1 possui nível superior incompleto. Dentre aqueles com nível superior completo, 6 possuem graduação em Biologia, 3 em Geografia, 2 em Engenharia Florestal, 2 em Engenharia Agrônoma, 1 em Medicina Veterinária, 1 em Turismo e 1 em Letras.

Em relação às filiações institucionais, 4 entrevistados trabalham ou já trabalharam no ICMBio; 5 trabalham na SPVS em cargos técnicos, de gestão ou coordenação e 2 como auxiliares de Reserva (guarda-parques e manutenção); 3 são policiais militares do Batalhão da Polícia Ambiental do Paraná; 3 são pesquisadores filiados à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e/ou institutos de pesquisa; 2 são representantes do setor privado de turismo em áreas naturais; e 1 é técnico do IDR- Paraná.

Todos os entrevistados tiveram uma atuação na região da Rebio Bom Jesus por, no mínimo, 5 anos. A grande maioria conhece a área há pelo menos 10 anos, sendo que muitos já estavam presentes na região antes mesmo da criação da Rebio. Dez entrevistados residem no entorno da Rebio, em Antonina, Guaraqueçaba ou Morretes. Destes, 4 são nativos da região ou se mudaram quando pequenos e cresceram nos arredores da Rebio Bom Jesus.

#### 4.1.2 Relação dos moradores com a fauna silvestre

##### 4.1.2.1 Atitude

A maioria dos entrevistados (80%) relatou que os moradores teriam uma atitude negativa em relação à fauna silvestre, principalmente devido aos prejuízos que podem trazer às plantações e criações: *“Tem uma relação também que a gente viu de algumas comunidades que têm conflito, que é a questão do animal prejudicar a plantação de mandioca, ou alguma outra. E também de retaliação por predação, também vimos isso, algumas pessoas reclamam que o bicho entra e mata as galinhas, o bezerro, o cavalo”*.

Outro motivo citado para atitude negativa foi o medo de ser atacado por algum animal, o que faz com que as pessoas prefiram manter distância, ou até mesmo pode gerar comportamentos de abate para defesa própria. A questão do abate também foi comentada com o intuito de consumo e comercialização da carne: *“Olha, eu não vou dizer de todos, mas tem gente que tem uma relação boa. Mas tem alguns que ainda gostam de atacar os animais. Pra matar, comer, fazer comércio”*.

Sobre atitude positiva, 40% dos entrevistados afirmaram que os moradores têm uma relação respeitosa com a fauna, seja por entenderem a importância das espécies ou por apreciarem a beleza dos animais, o canto dos pássaros: *“A gente sabe que as pessoas que trabalham nas reservas e as famílias deles têm hoje em dia uma relação com a fauna bastante respeitosa e que ficam animados e felizes quando veem algum animal, sabem o que fazer quando veem algum, conseguem identificar rastros, esse tipo de coisa (...)”*. Há também relatos de moradores que se sentem tristes por perceberem que a população de animais vem diminuindo ao longo dos anos. Ressalta-se que tanto a atitude positiva quanto a negativa podem ter sido mencionadas pelo mesmo entrevistado, considerando a heterogeneidade das comunidades, por conta disso a soma é maior que 100%.

#### 4.1.2.2 Emoções/sentimentos

As respostas relacionadas à atitude negativa envolviam emoções como raiva e medo (Figura 8). A raiva está invariavelmente relacionada a algum tipo de prejuízo que a fauna silvestre poderia causar, seja à plantação ou aos animais de criação, sendo que estes dois itens foram apontados pelos entrevistados como as maiores causas de conflito humano-fauna na região. Já o medo, o sentimento que teve maior frequência nas respostas (60%), está ligado à integridade física de adultos, crianças e animais, que poderiam sofrer algum tipo de ataque, na percepção dos moradores. Por unanimidade, a onça apareceu em todos os comentários relacionados ao medo: *“Você fala a palavra, onça, todos têm muito medo, acham que é um bicho que precisa ser morto imediatamente porque traz risco”*. Em menor escala, a cobra e a queixada foram também associados ao medo; a cobra pelo fato de existirem vários relatos de moradores que já foram picados, e a queixada por ser conhecida como um animal agressivo, que anda em bandos e pode atacar pessoas.

Particularmente em relação à onça, um dos entrevistados relatou que é um animal que pode despertar vários sentimentos, dependendo da proximidade. Se ela está longe, pode causar admiração e curiosidade; mas se começar a se aproximar das casas, o incômodo seria inevitável pelo medo de um ataque.

Os sentimentos associados a uma atitude positiva em relação à fauna silvestre foram alegria, respeito, admiração e saudosismo. A alegria foi relacionada à emoção sentida por algumas pessoas ao avistar algum animal silvestre. Respeito e admiração foram ligados a pessoas que valorizam a fauna silvestre viva e circulando pela região, e o saudosismo foi reportado como um sentimento que está presente em algumas pessoas mais velhas, associado à época em que havia abundância de animais.

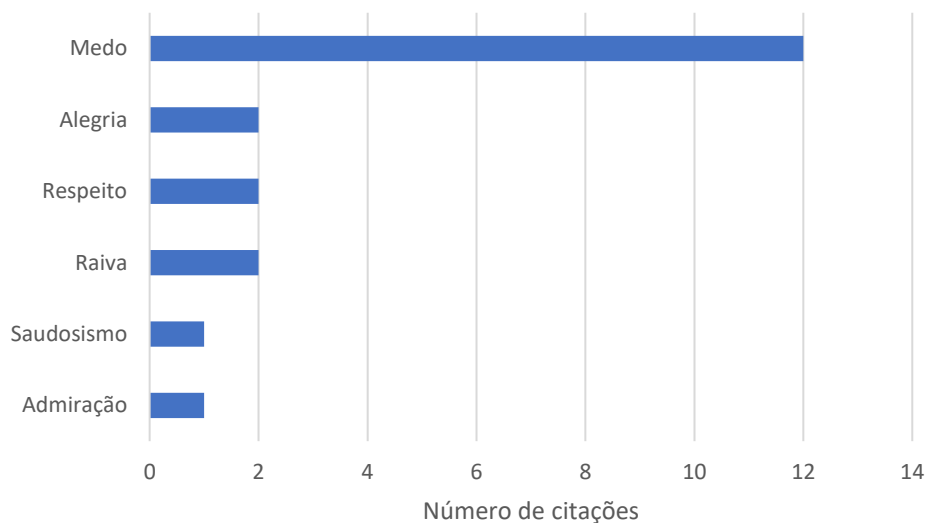


Figura 8. Emoções e sentimentos dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR) em relação à fauna silvestre, na percepção dos profissionais (n=20).

#### 4.1.2.3 Animais menos tolerados

Na percepção dos entrevistados sobre quais animais seriam menos tolerados pelas comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus, a onça de qualquer espécie (60%) e a cobra (30%) foram os mais reportados (Figura 9). Os motivos pela menor tolerância estavam relacionados à atitude negativa e sentimentos, ou seja, incômodos em reação ao prejuízo que a fauna silvestre pode causar, ou medo em relação à integridade física de pessoas e animais de criação:

*“O que os caras não aceitam de verdade é a onça mesmo. Tanto faz a parda, como a pintada, e os animais tipo gato, jaguatirica, esses bichos que comem criação, que atacam. Gavião, já da parte das aves. Esses não toleram porque é bicho que ataca criação. O pessoal se puder matar eles matam”.*



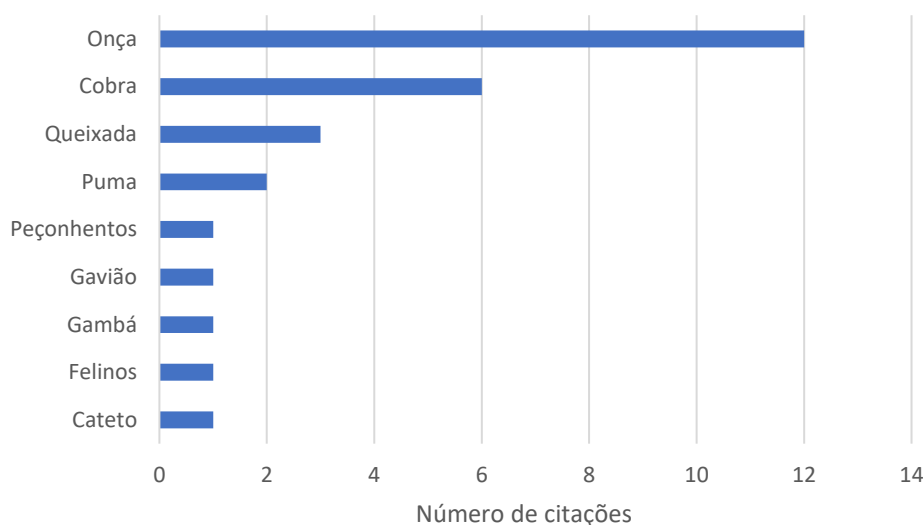


Figura 9. Animais menos tolerados pelos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR), na percepção dos profissionais (n=20).

#### 4.1.2.4 Causas de conflito humano-fauna

A partir das respostas sobre as perguntas relacionadas aos animais foi possível detectar três situações que desencadeiam conflitos entre os moradores e a fauna silvestre (Figura 10): o fato de os animais poderem se aproximar para invadir o roçado e trazer prejuízo à plantação (60%), ou então por predação dos animais de criação (55%), e por último pelo receio de um possível ataque a pessoas, particularmente crianças (45%).

Grande parte dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus possui alguma atividade agrícola, seja para subsistência ou comércio. Animais de criação também são frequentes, como vacas, galinhas, cavalos e cachorros, que são criados com pouca ou nenhuma proteção perante ameaças externas. Desta forma, qualquer prejuízo para o roçado ou relativo à criação gera situações conflituosas, até porque é uma população com situação econômica frágil. Segundo os entrevistados, esses prejuízos geralmente resultam em comportamentos de retaliação, conforme será discutido no próximo item.

O ataque às pessoas está fortemente relacionado ao sentimento do medo, subjacente à atitude negativa em relação aos animais, principalmente no que concerne à onça. Vale ressaltar que nenhum entrevistado reportou conhecimento sobre algum ataque de onças a pessoas na região, mas houveram alguns comentários sobre a “mística” em torno deste felino, que seria um animal traiçoeiro com ataques fatais, afirmações já ouvidas por alguns profissionais. Já a cobra e a queixada também são mencionados no que diz respeito ao ataque a pessoas, porém na percepção dos entrevistados os moradores têm menos medo destes animais do que da onça, provavelmente por não se caracterizarem por ameaça à vida.

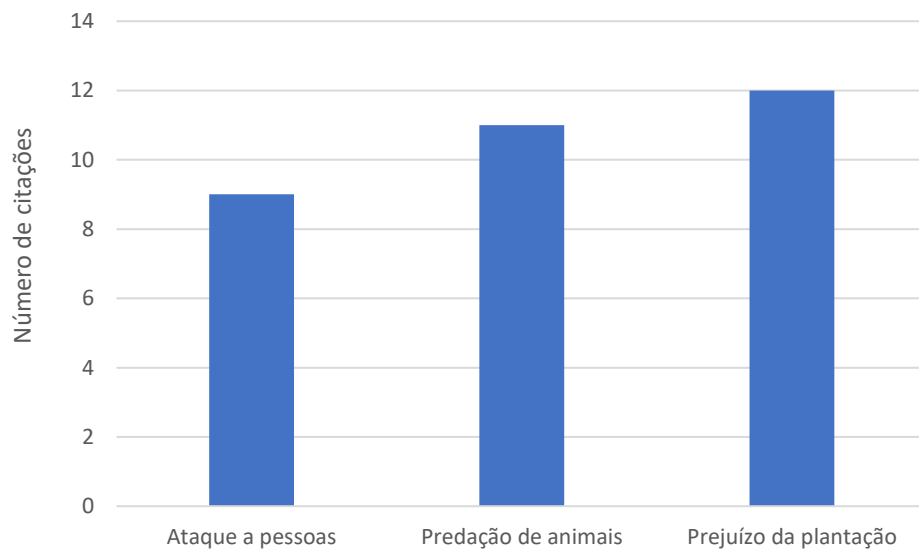


Figura 10. Causas de conflito humano-fauna entre moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR), na percepção dos profissionais (n=20).

#### 4.1.2.5 Motivação para caça

Obter informações sobre motivações para a caça não foi um alvo do questionário, mas isso também apareceu espontaneamente em vários momentos de todas as entrevistas, sem exceção. Ao serem indagados sobre a relação dos moradores com a fauna silvestre, a grande maioria dos profissionais teceu comentários sobre as atividades de caça na região e suas motivações.

Todas as motivações para caça que foram citadas foram posteriormente codificadas, totalizando sete categorias. A caça para consumo foi praticamente unânime, sendo citada por 95% dos entrevistados. Em seguida vieram empatados a caça para comércio e a caça esportiva, citadas por 55% dos entrevistados. A caça por retaliação, ou seja, caçar um animal que trouxe prejuízo, foi mencionada por 30% dos entrevistados. E em menor escala vieram a caça para autodefesa (20%) e a caça para domesticação (10%). Os aspectos culturais relacionados à caça também tiveram uma frequência expressiva, sendo citados por 45% dos entrevistados (Figura11).

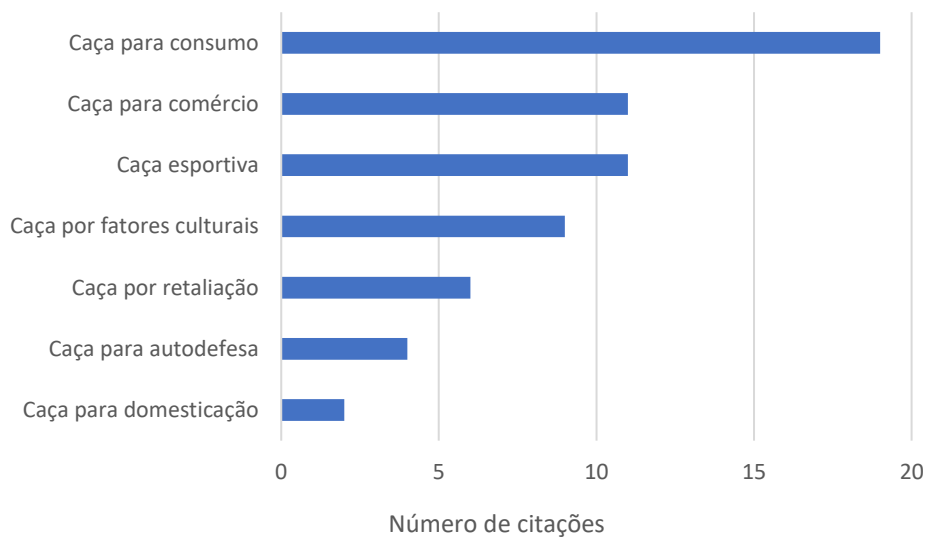


Figura 11. Motivações para caça entre os moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR), na percepção dos profissionais (n=20).

A questão da caça para consumo gerou percepções bastante variadas entre os entrevistados. Alguns disseram que ela acontece em pouca escala, porque na atualidade os moradores não teriam uma condição econômica tão precária a ponto de precisar entrar no mato para caçar e se alimentar. Outros têm uma opinião divergente, argumentando que muitas vezes esta é a única fonte de proteína das famílias, dada a extensa fragilidade social da região.

Independente do fato se há necessidade ou não de caçar para se alimentar, a caça para consumo se associa fortemente aos aspectos culturais, na perspectiva dos entrevistados. Foram recorrentes os comentários sobre o quanto este hábito está condicionado à transmissão geracional, passado de pai para filho, e à dificuldade inclusive de combatê-lo devido à resistência em mudar um comportamento carregado de representações afetivas e históricas:

*“Essa coisa da cultura é muito forte nos mais velhos. Da tradição, da coisa de ter passado do pai pra filho. Então por mais que eles tenham acesso ao frango, à cesta básica, o caçar tem um outro significado, é uma coisa mais instintiva, é o hobby do final de semana. Então eles gastam mais com arma, com pólvora e com bala do que se for comprar carne no açougue. É a emoção, é a saudade do tempo de antigamente, porque eles sim quando eram crianças iam caçar com o pai, com o avô. Isso fazia parte do contexto familiar, tem uma lembrança afetiva muito forte, de estar com as pessoas, de carnear o bicho, de preparar o couro”.*

Esta questão geracional foi mencionada pela maioria dos entrevistados e em diversos momentos das entrevistas, reportando uma grande diferença de hábitos entre os moradores mais velhos e os mais jovens. No caso da caça, foi frequente o comentário que o aspecto cultural de caçar não atinge a geração atual, já que suas atenções estão voltadas aos aparelhos de celular,

computadores e internet. Além disso, foi mencionado a questão do *status*, no sentido que os mais jovens associam a caça a uma atividade característica de uma classe social ao qual eles não querem mais pertencer, pois estariam estudando e investindo em profissões que os “dispensariam” da necessidade de caçar, por terem conquistado uma condição econômica que lhes possibilitaria adquirir carne no açougue. A questão de uma certa consciência ecológica por parte dos mais jovens também foi citada, no sentido que eles também não se interessam pela atividade da caça por considerarem “uma violência aos animais”.

A caça esportiva e a caça para comércio de produtos e subprodutos foram relatadas como aquelas que seriam as mais preocupantes, por causarem um impacto significativo na população da fauna silvestre. A região atrai muitos caçadores, alguns vindos de outros estados, inclusive, com o objetivo de entretenimento. São pessoas com alto poder aquisitivo, sendo que alguns acabam contratando moradores locais para servirem de guias para entrar na mata e praticar a atividade de caça. Dada a precariedade socioeconômica dos moradores da região, esta situação acaba sendo vantajosa para os dois lados, tanto para quem é atraído para a região pelo potencial de encontrar a fauna silvestre, como por aqueles que sabem onde achá-la e podem conseguir uma renda através da atividade.

Em relação à caça para comércio, esse fator da fragilidade social também se torna um complicador. De acordo com os entrevistados, existe uma demanda alta por carne de caça nos arredores da região, e alguns estabelecimentos comerciais acabam oferecendo este produto, contando com o auxílio dos moradores locais para adquirirem a carne. Foi mencionado que os moradores acabam se isentando da responsabilidade de praticar uma atividade ilegal pelo fato de que não estão caçando para consumo próprio, mas sim porque “os doutores” da cidade pediram. Por “doutores”, entende-se que são quaisquer funcionários públicos ou profissionais de condição socioeconômica elevada e que, ao passar pela região, demandam carne de caça. Paca, tatu, anta, macuco e veado seriam algumas dessas carnes. Também foi comentado sobre o preço elevado deste tipo de carne, o que acaba gerando uma renda substancial para quem entra neste mercado:

*“Eles estão caçando para vender a caça para comprar outras coisas, é diferente. Eventualmente acho que ainda existe alguém que mata o bicho pra comer, mas eu diria que pensando comercialmente não vale a pena, porque você mata um animal e vai alimentar ali duas ou três pessoas, e se você vendesse esse animal você vende por uns 300, 400 reais. Quantos quilos de carne você vai comprar com isso? Então é essa conta que eles fazem. Então deixou de ser uma coisa de subsistência, tem gente que mata bicho pra comprar celular pro filho”.*

A caça por retaliação e por autodefesa foram mencionadas como tendo ocorrências pontuais, relacionadas a situações nas quais houve alguma predação de animais de criação ou prejuízo à plantação. Nestes casos, os comentários indicaram que os moradores abatem os animais para proteger seu território. Ou para se defender, no caso de encontrarem animais considerados agressivos na mata e precisarem fazer o abate, ou caso saibam de animais que eles consideram perigosos que estariam por perto, reagindo a isso por meio também do abate do animal. Em relação a essas motivações de caça, os animais citados foram a queixada e a onça. Já os animais envolvidos na caça para domesticação seriam os passeriformes, que seriam pegos para serem presos nas gaiolas, utilizados inclusive para presentear as pessoas.

#### 4.1.2.6 Sobre a anta, a queixada e a onça-pintada

Quinze por cento dos entrevistados relataram que a anta poderia causar algum incômodo, com a justificativa unânime que seria por conta de potencial prejuízo à plantação. Sobre a queixada, 65% afirmaram que seria conflituoso, tanto por possíveis ataques a plantações como também a pessoas. Já a onça-pintada foi quase uma unanimidade, com 95% dos entrevistados relatando que sua presença traria incômodo para a população por potencial predação de animais de criação e medo de ataque a pessoas (Figura 12).

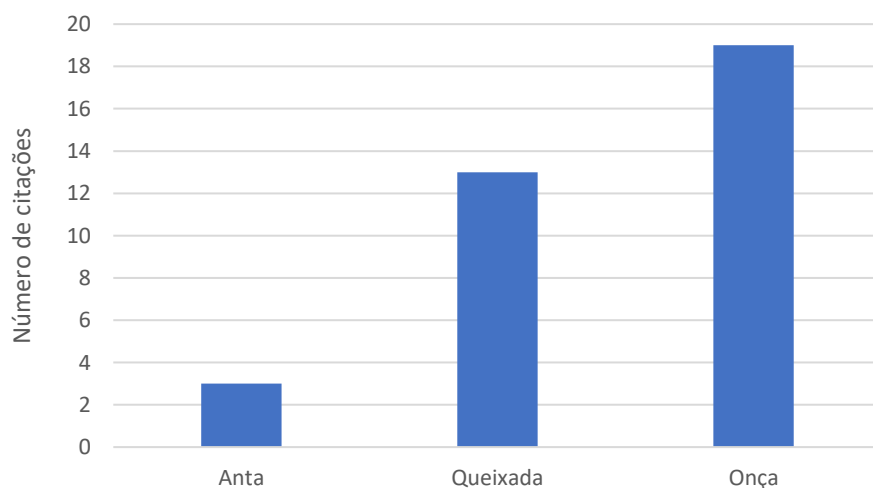


Figura 12. Potencial de conflitos entre moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR) para a anta, a queixada e a onça-pintada, na percepção dos profissionais (n=20).

Houve divergências entre os entrevistados sobre a questão da anta destruir as plantações. Ao contrário dos 15% que relataram que ela causa prejuízos nos roçados, exatos 15% afirmaram não ser este um animal que invade plantações, ou se invade o “estrago é muito pouco”. As outras justificativas para o fato de ela não causar incômodo relacionam-se ao fato de ser um

animal solitário e com área de vida pequena, ou seja, não incomodaria por permanecer “quieta no canto dela”. É provável que essas justificativas corroborem o fato de ela não ter sido mencionada na lista dos animais menos tolerados. Pelo contrário, seu potencial de símbolo para a região foi citado por alguns entrevistados, por poder causar simpatia na população e ser utilizada para possíveis estratégias de conservação, considerando também sua função de “jardineiro” da mata, pelo fato de disseminar sementes. Um dado que se sobressaiu nesta questão foi a preocupação em relação à caça, que foi relatado por 60% dos entrevistados: *“Incômodo não, minha preocupação é em relação à caça. Se aparecer anta ali, mais do que tem, vai pro prato”*.

Em relação à queixada, além de ser unânime a justificativa do potencial conflito por ela trazer muitos danos às plantações, foi comentado também que o fato de ela andar em bandos e ter a imagem de um animal agressivo reforça a possibilidade de trazer incômodos para os moradores. Foram relatados casos de encontros com varas de queixadas, tanto pelos próprios entrevistados quanto do que ouviram de moradores, nos quais às vezes foi preciso subir em árvores para se proteger, pelo fato de os animais atacarem as pessoas para se defender ou defender os filhotes. O fato de não ser solitária como a anta foi mencionado por 45% dos entrevistados, indicando que “fazem um estrago grande” quando invadem as plantações em bandos. Também foi comentado que ela é bastante visada pelos caçadores, logo um aumento na população de indivíduos seria perigoso para a espécie, reportado por 25% dos entrevistados.

Já a onça-pintada é um animal que carrega uma complexidade maior, conforme já foi apontado pelos sentimentos, atitude negativa e causas de conflito humano-fauna. *“Acho que tem uma mística muito grande ao redor da onça, tem muita lenda relacionada, eles falam bastante disso, e o fato de elas eventualmente pegarem bicho de criação deles”*. Além de expressões como a “mística” ao redor da onça, foi citado também o “imaginário” em torno deste felino, ambas associadas ao medo, a histórias (verdadeiras ou não) de ataques, aos prejuízos e ao perigo que ela pode causar: *“No imaginário deles a onça, se ela estiver no território ela vai atacar, ela tem esse instinto de atacar o homem. Então acho que seria bem importante um projeto muito transparente, claro, no modo de comunicar essa informação e apresentar com clareza os reais riscos”*.

#### 4.1.3 Sobre o reforço populacional da anta, queixada e onça-pintada

As respostas sobre a eficácia do reforço populacional para a anta, a queixada e a onça-pintada foram bastante diversificadas (Figura 13), e relacionam-se ao que já foi apresentado nos resultados envolvendo as atitudes, sentimentos e características dos animais. Em relação à onça-pintada, por exemplo, foi o animal que mais recebeu a nota zero para a estratégia de reforço, por parte de 30% dos entrevistados. Sua segunda maior frequência de respostas foi a nota 2 (25%), indicando que pouco mais da metade dos entrevistados atribuíram pouca ou nenhuma eficácia para a estratégia em relação à onça-pintada.

A anta foi o animal que recebeu uma avaliação mais favorável à estratégia, com 25% das respostas para a nota 4. Curiosamente, na sequência recebeu porcentagem igual para praticamente todas as outras notas (15%), com exceção da nota 1 (10%). Já a queixada foi quem mais recebeu a nota 3 (30%), e na sequência sua segunda maior frequência foi para a nota zero (20%). As mesmas frequências para as notas 4 e 5 (15%) indicam que este é o animal que recebeu a nota mais mediana em relação à maioria dos entrevistados.

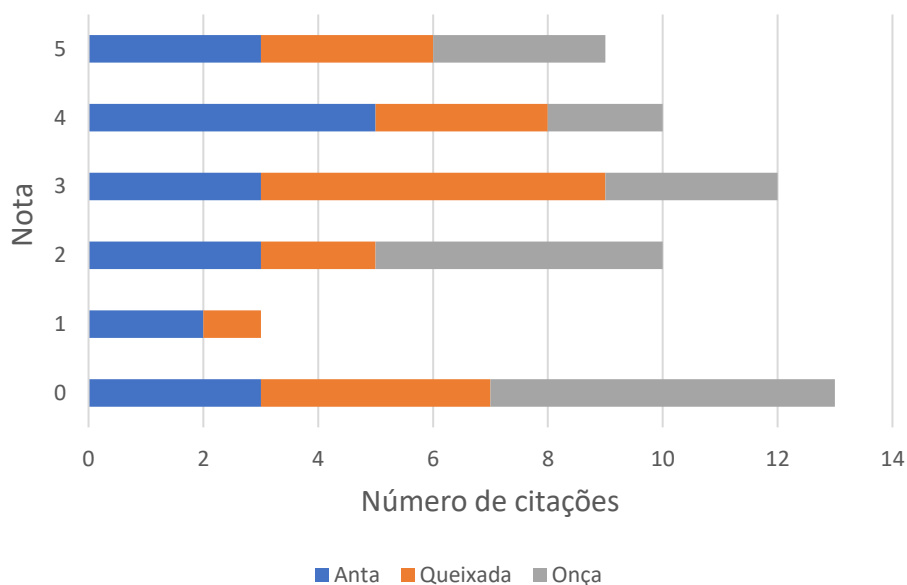


Figura 13. Opiniões dos profissionais sobre a eficácia do reforço populacional para a anta, a queixada e a onça-pintada no entorno da Rebio Bom Jesus-PR (n=20).

Em relação a esta questão, foi recorrente o comentário sobre a dificuldade para responder, por envolver questões bastante complexas. Alguns entrevistados deram respostas, a princípio, como “entre 1 e 2”, ou “menos um”, ou “depende”, sendo necessário uma articulação maior para se chegar a uma resposta mais objetiva. A resposta “depende” e a partícula “se” foram bastante citadas, em seguida a questionamentos sobre se a estratégia seria feita com ou

sem determinadas medidas, como participação da comunidade, fiscalização, etc., argumentando que as respostas seriam diferentes caso fosse feita somente essa estratégia, isoladamente, ou se ela fosse realizada em conjunto com outras intervenções: “*Aí **depende** das condições do reforço, (...) se fizer com radiocolar pra conseguir monitorar...*”; “*A eficácia é alta se associada a um bom plano de comunicação, e a eficácia é baixa, nula, se ela for isolada*”. A orientação foi que respondessem considerando somente a estratégia de reforço populacional, e que poderiam comentar quais seriam essas outras medidas consideradas importantes para que a estratégia de conservação alcançasse uma eficácia máxima. Estas medidas foram tabuladas e se criou uma categoria específica para elas, denominada “condicionantes da eficácia do reforço populacional”, que será apresentada no item seguinte.

#### 4.1.3.1 Condicionantes da eficácia do reforço populacional

O fator mais citado para a eficácia do reforço populacional foi a participação da comunidade na estratégia, mencionado por 70% dos entrevistados (Figura 14). Dentro deste item, os comentários giravam em torno de questões como aceitação por parte da comunidade, “saber o que está acontecendo”, educação, estratégia de comunicação, valorização dos animais, sensibilização, conscientização. A maioria dos entrevistados foi enfática em relação à necessidade de envolver a comunidade de alguma forma no processo de reforço: “*Acho que se não tiver um bom trabalho de conscientização vai ter problema sim, aumentar o número*”. Quando mencionados quais problemas poderiam gerar caso a comunidade não estivesse envolvida, todos estavam relacionados à atividade de caça, ao perigo a que os animais estariam expostos caso a comunidade não entre como parceira nesta estratégia.



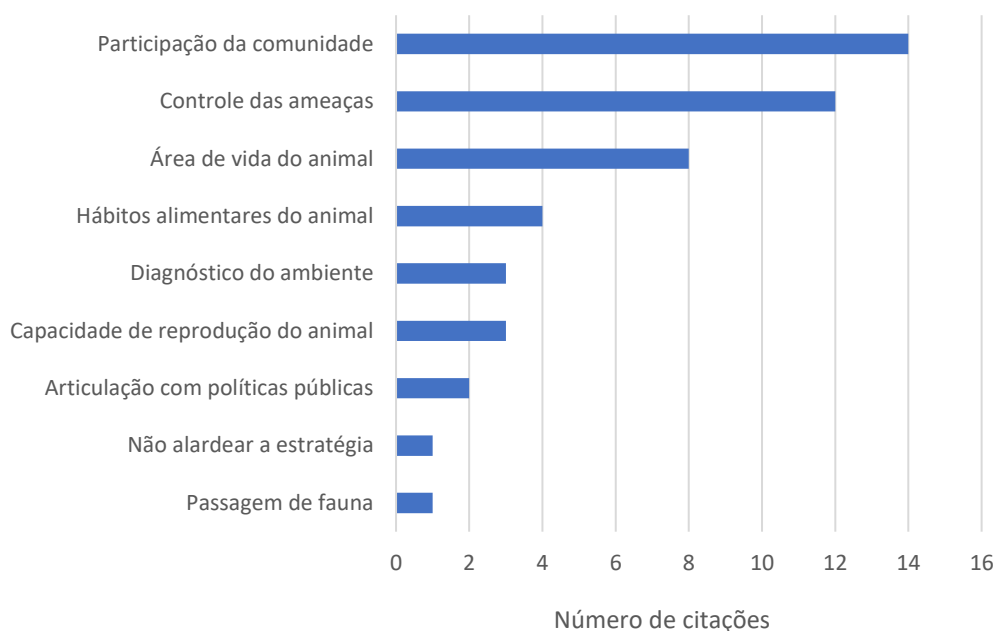


Figura 14. Opiniões dos profissionais sobre as condicionantes da eficácia do reforço populacional para a anta, a queixada e a onça-pintada no entorno da Rebio Bom Jesus-PR (n=20).

Muitos associaram este envolvimento da comunidade a um plano maior, abrangendo a questão do turismo, de conscientizar a população sobre o valor que o animal vivo pode agregar para a região, inclusive como geração de renda local, para o comércio, hospedagem, alimentação, etc.:

*“É um programa de repopulação com amparo em vários componentes, inclusive o educativo, de fiscalização, monitoramento, rádio colar, todo um trabalho de comunicação prévia desse caso, de mídia, de sensibilização, de relacionamento disso com atividades de geração de emprego e de renda, previamente divulgado e explorado, todo um trabalho na verdade”.*

O controle das ameaças, o segundo fator mais citado (60%), relaciona-se às atividades de fiscalização e monitoramento: *“A dúvida seria entender como seriam as ações paralelas, combate à caça, como está isso, para ver se o reforço populacional não vai só fornecer mais caça, mais indivíduos para serem abatidos pelos caçadores”.* Sugestões como aumento da fiscalização, uso de colar GPS e intensificação do monitoramento foram mencionadas no sentido da proteção dos animais.

As características dos animais também foram citadas como fatores que influenciariam na estratégia de reforço populacional. Por exemplo, o fato de que a onça-pintada tem uma área de vida grande foi comentado como algo mais problemático, pelo fato de que ela não ficaria somente dentro da Rebio, percorreria grandes áreas, por consequência estando mais exposta. Já este mesmo fator seria favorável para a anta, considerada um animal que tem uma área de vida

pequena. A questão da capacidade de reprodução do animal foi mencionada por 15% dos entrevistados em relação à queixada, considerada um animal que se reproduz bastante e rapidamente. Este fator foi apontado de forma paradoxal, ou seja, alguns reportaram que é um aspecto favorável para a espécie, porque ela “se viraria melhor no ambiente, seria menos afetada em relação à caça”, enquanto para outros isto poderia ser um problema, porque se reproduziria demais e conseqüentemente atacariam mais as plantações em busca de alimento, trazendo conflitos. Já a questão dos hábitos alimentares foi mencionada por 20% dos entrevistados por conta da onça-pintada, que, por ser um animal de topo de cadeia, precisaria encontrar um ambiente minimamente equilibrado para poder se alimentar. Caso contrário, poderia começar a predação os animais de criação, expondo-se a perigos por trazer prejuízos para as comunidades.

A questão do diagnóstico do ambiente foi mencionada por 15% dos entrevistados, relacionada também às questões de monitoramento e à necessidade de se avaliar a região para verificar sua capacidade de carga em relação aos animais. Foram mencionados a questão dos impactos dos animais em relação ao uso de recursos, principalmente à cadeia alimentar: *“O queixada, por ter uma população maior, ele tem um impacto maior no ambiente, muito maior do que uma anta em termos de uso dos recursos e de impacto na cadeia alimentar. Então (...) esse diagnóstico do ambiente deveria ser mais criterioso pra colocar o queixada.”*

Em menor escala, foram citados a necessidade de articulação com políticas públicas (10%), a necessidade de passagem de fauna (5%), pelo risco de atropelamento que os animais poderiam sofrer, e a estratégia não ser alardeada (5%). Este último foi mencionado particularmente em relação à onça-pintada, sob o argumento que, por ser um animal que repercute muito na população, seria mais prudente que seu aumento populacional fosse discreto, para não causar pânico nos moradores e também para não instigar os possíveis caçadores.

#### 4.1.4 Relação com as Unidades de Conservação

##### 4.1.4.1 Atitude

As respostas dos entrevistados indicavam que a relação entre moradores locais e UCs é um tema delicado, complexo e difícil de ser reduzido em quantificações objetivas. Sendo assim, além da codificação para ‘atitude positiva’ e ‘atitude negativa’, tal como foi feito em relação aos animais, foram criadas mais duas categorias: ‘atitude ambivalente’ e ‘indiferença’ (Figura 15).

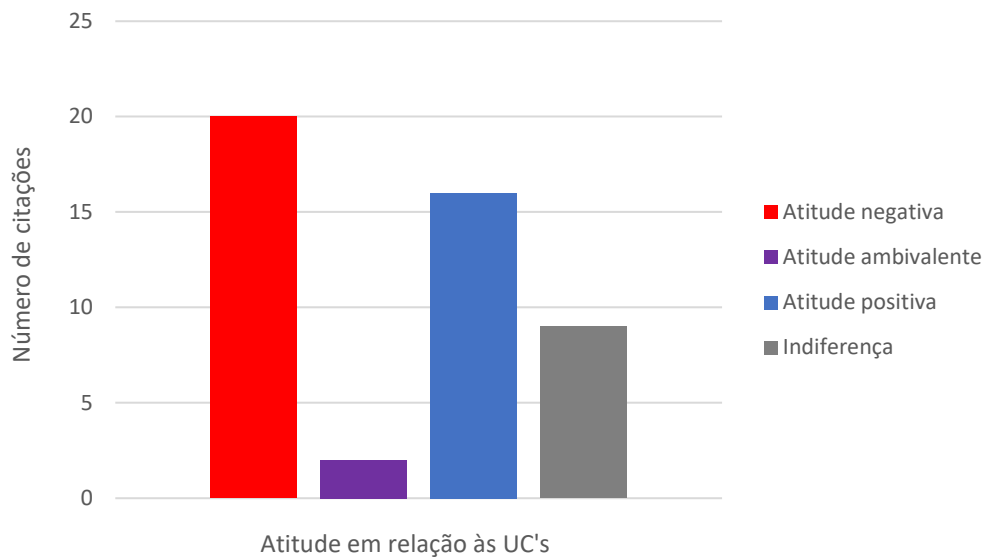


Figura 15. Atitudes dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR) em relação às UCs, na percepção dos profissionais (n=20).

Ressalta-se que, em uma mesma resposta, mais de um código pode ter aparecido, por exemplo, pelo fato de o entrevistado afirmar que não se pode homogeneizar a qualidade da relação para todas as comunidades da Rebio:

*“[A relação é] variada, acho que não é uma posição única, depende. Se você for perguntar para os nossos funcionários [da SPVS] vai ser uma, se você for perguntar para o funcionário que não trabalha mais conosco vai ser outra, se você for perguntar para o caçador vai ser outra, se você perguntar para as comunidades guaranis que ainda estão lá na Rebio vai ser outra (...)”*

O código ‘atitude negativa’ teve frequência unânime, sendo citado por 100% dos entrevistados (Figura 14). A frequência para ‘atitude positiva’ também foi alta, sendo mencionada por 80% dos entrevistados. Se por um lado este resultado pode soar paradoxal, por outro está coerente com as respostas que indicam a impossibilidade de reduzir a percepção de todas as comunidades do entorno da Rebio em somente uma categoria, pois isso varia de acordo com determinados perfis. Em geral, a atitude positiva sobre as UCs foi associada aos mais jovens, a grupos de comerciantes que recebem renda a partir da conservação da biodiversidade, aos moradores que valorizam mais a natureza, aos que tiveram a qualidade de vida incrementada por serem empregados diretos de UCs e àqueles que têm grau de instrução mais elevado.

A postura indiferente, mencionada por 45% dos entrevistados, normalmente estava relacionada às pessoas que não são afetadas pela presença das UCs, ou então ao fato de que no

passado havia uma atitude mais desfavorável, mas que foi se modificando ao longo do tempo pelo fato de os moradores perceberem que as UCs não lhes traziam prejuízos. Dessa forma, para essas pessoas, já que as UCs não trazem nem prejuízos nem benefícios, principalmente em relação às suas atividades econômicas, seria indiferente estarem com UCs em volta ou não.

Já a postura ambivalente, apesar de ter sido pouco citada (10%), foi codificada por parecer um traço importante deste contexto, com forte relação com outros aspectos que serão apresentados e discutidos nos itens sobre os motivos de atitude negativa, sobre as crenças imaginárias e sobre as características das comunidades, considerando o histórico sociocultural, político e da implementação das UCs na região:

*“Hoje é uma relação, vamos dizer assim, de amor e ódio. Eu acho que os mais jovens têm uma relação melhor, eles entendem mais o que é uma UC, os mais antigos ainda têm a dor da implementação das UCs de forma de cima pra baixo, eles têm essa dor mais forte. Não acho que ainda está resolvida essa questão. Então tem momentos em que eles aceitam mais as UCs e momentos que aceitam menos, por isso que eu digo, é uma coisa muito complexa pra dizer que é tudo bom ou que é tudo ruim, eu acho que não é nem bom nem ruim, são questões muito complexas (...).”*

A diferença da atitude ambivalente para as demais é o fato de se encontrar, por exemplo, atitude negativa e positiva na mesma pessoa, o que é possível de se compreender a partir deste conceito. A ambivalência também fica clara na fala abaixo sobre a relação dos moradores com as UCs, considerada ao mesmo tempo como sendo boa e desconfiada:

*“Eu acho que a relação é boa, de vontade de cooperação e de desconfiança. Existe um pé atrás, existe uma desconfiança, existe algumas informações de algumas histórias ruins e outras não verdadeiras... histórias ruins que eles carregam há alguns anos... Mas é uma boa relação e de vontade de dialogar, de construir algo, de colaborar, existe isso.”*

Em relação às percepções dos profissionais sobre as atitudes dos moradores em relação à presença de UCs na região, também foram relatadas dificuldades de escolher uma só opção, e foram orientados a estabelecer o critério pelo que consideravam ser a posição da maioria dos moradores: *“Aí vai variar muito de com quem você está falando, e quais comunidades. Eu diria que todas as respostas são, de alguma forma, verdadeiras. Porque dependendo da pessoa, da comunidade e da relação (...).”*

Metade das respostas indicaram que os moradores são ‘moderadamente desfavoráveis’ em relação à presença de UCs na região (Figura 16). Em seguida, os itens mais pontuados, com

o mesmo número de frequência (20%), foram ‘fortemente desfavoráveis’ e ‘moderadamente favoráveis’. A resposta do meio, denotando indiferença em relação à UC, foi apontada por 10% dos entrevistados. E não houve resposta para ‘fortemente favoráveis’. Conforme já mencionado, os itens que justificam a atitude negativa serão apresentados no item a seguir.

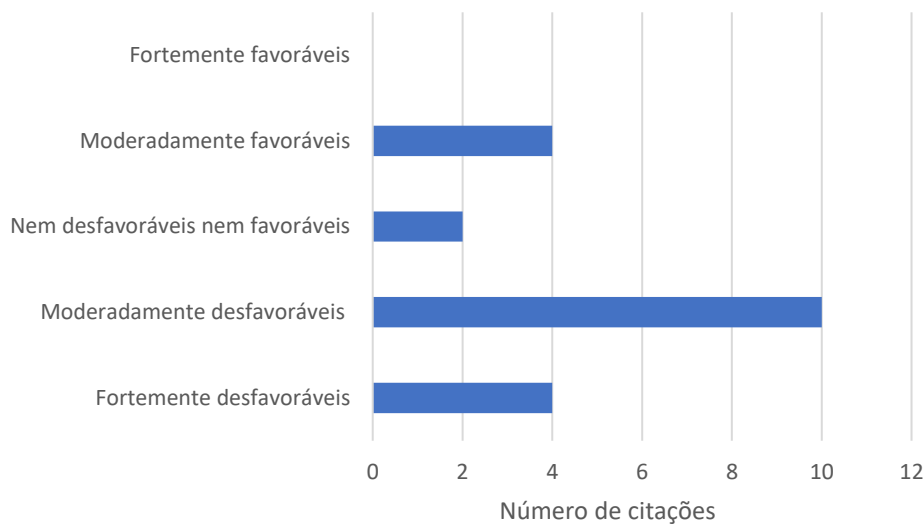


Figura 16. Atitudes dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR) em relação à presença de UCs, na percepção dos profissionais (n=20).

#### 4.1.4.2 Motivos para atitude negativa em relação às Unidades de Conservação

Foram codificados dez itens que os entrevistados apontaram, ao longo das entrevistas, como fatores que contribuem para a atitude negativa dos moradores em relação às UCs (Figura 17). O item mais comentado (65%) foi que a resistência em relação às UCs se deve ao fato que ela interdita o uso do território para produção: *“Tem a questão do uso do espaço, muitas vezes eles questionam o fato que lá era uma área onde podiam extrair palmito e agora não pode mais porque é uma Reserva, ele podia produzir e agora não pode mais, ele poderia aumentar a área de produção e não pode mais”*. O fato que muitos moradores já habitavam a região antes de as UCs serem implementadas foi mencionado com frequência ao abordar esta temática, pois isso contribuiu para a concepção que UCs são órgãos repressores, desrespeitosos, que impõem as medidas “de cima para baixo”. Esta percepção gera em alguns sentimentos de revolta, medo, desconfiança e ressentimento. Estão ligados a esse fator outros que foram mencionados, como ‘UC impede desenvolvimento’ (40%), UC proíbe caça (35%), ‘conflitos de terra’ (30%) e ‘UC atrapalha comunidades tradicionais’ (20%).

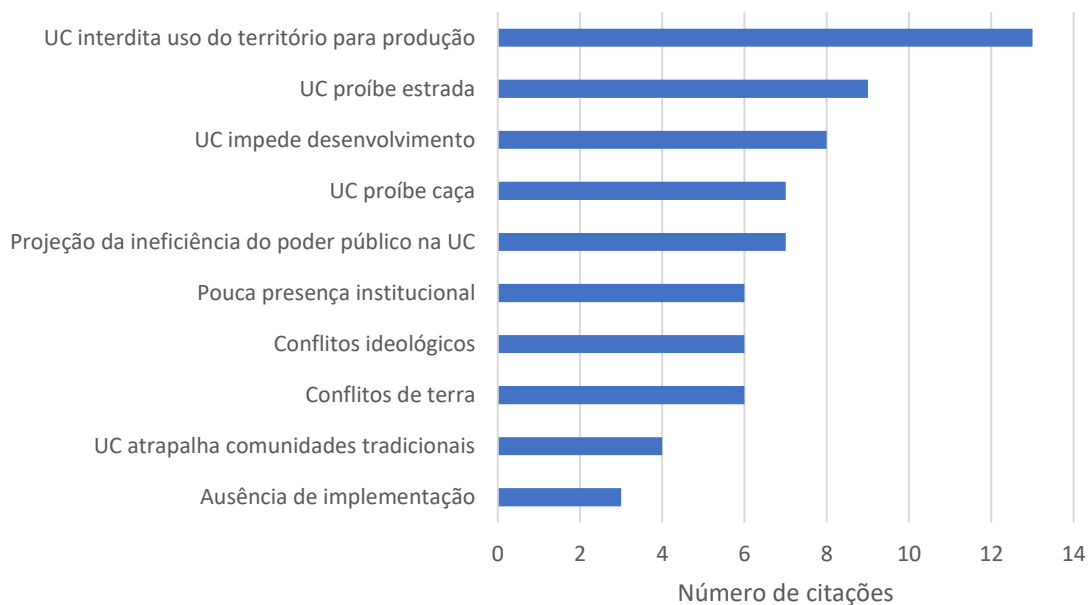


Figura 17. Motivos de atitude negativa dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR) em relação às UCs, na percepção dos profissionais (n=20).

O segundo item mais citado, que a UC proíbe a estrada (45%), está ligado a uma questão antiga na região, que é a demanda dos moradores pela pavimentação da única via de acesso terrestre à Guaraqueçaba, a PR-405. Como é um território com muitas legislações ambientais, os moradores tendem a acreditar que a presença das UCs traz essa restrição, o que proporciona muitos conflitos, já que consideram que a estrada seria uma grande conquista para a região.

A ‘projeção da ineficiência do poder público na UC’ foi citada por 35% dos entrevistados. Tal como em relação à estrada, também está ligado à insatisfação dos moradores devido à pouca atenção que lhes é dada pelo poder público, à carência de infraestrutura básica e à projeção que eles acabam fazendo destes problemas sobre as UCs:

*“Eles imaginam nesse projeto, nas UCs, todas as restrições que lhes são impostas pelo poder público. Desde a falta de escola na comunidade até não poder caçar a jacutinga deles. Tudo tem a ver com a UC. (...) ele é [o ICMBio], ainda que mal, o órgão público mais capilarizado que tem, que mais circula nas comunidades. Em parceria com a comunidade técnica agrícola, a Emater [atual IDR-Paraná], (...) o ICMBio é o que mais circula, que dá as caras, e que leva todos os tapas.”*

Os ‘conflitos ideológicos’ foram mencionados por 30% dos entrevistados, e relacionam-se a questões históricas envolvendo divergências entre conservacionistas e socioambientalistas. Por um lado, os conservacionistas seriam aqueles que lutam somente pela preservação dos ecossistemas. Por outro, os socioambientalistas, ou representantes de movimentos sociais, estariam defendendo os direitos das comunidades tradicionais:

*“(...) aí vai lá uma pessoa que é contra as UCs, de uma linha de pensamento diferente, e pronto, já causa um caos. Eles vivenciam muito isso lá no litoral, inclusive dentro das universidades. Pessoas com ideologias diferentes, que acham que UC não é bom, que as comunidades deveriam tomar conta de tudo, porque é tudo deles, coisas nesse sentido assim. Aí começa a acirrar esse conflito que existe já.”*

A ‘pouca presença institucional’, mencionada por 30% dos entrevistados, e a ‘ausência de implementação’ (15%), estão ligadas a algumas das dificuldades de logística e falta de recursos por parte da administração das UCs para estarem mais perto das comunidades, dialogando, explicando o papel das UCs e as legislações ambientais, esclarecendo as concepções equivocadas:

*“A falta de pró-atividade por parte das UCs de serem implementadas, e até hoje muitas delas não foram, e a falta de presença dos responsáveis pela UC no território faz com que não tenha motivo para a pessoa sequer apoiar a UC. [...] no meu ponto de vista a implementação das unidades trabalha contra as unidades, porque ao não ser implementada você não tem um Conselho ativo para ter diálogos com as comunidades, você não ter uma sede, não ter pessoal, fica muito difícil defender a UC do jeito que está hoje em dia.”*

Particularmente em relação à Rebio Bom Jesus, foi citado que o fato de ela não ter uma demarcação física visível traz muitas dificuldades para se localizar onde ela começa e onde termina, ocasionando conflitos de invasão com as comunidades. Também foram mencionados a ausência de uma sede física e de um plano de manejo como fatores que prejudicam o trabalho adequado e conseqüentemente a relação com as comunidades.

A maioria dos fatores elencados nesta seção relacionam-se à falta de conhecimento, às dificuldades de comunicação e aos imaginários construídos em torno das UCs, que parecem contribuir para a formação de uma atitude negativa. Estes dados serão apresentados no item seguinte.

#### 4.1.5 Conhecimento dos moradores

##### 4.1.5.1 Conhecimento sobre as Unidades de Conservação

A ausência de conhecimento sobre o papel das UCs foi mencionada por metade dos entrevistados (Figura 18). São poucos os que reportaram que existe um conhecimento sobre sua finalidade (20%). E ainda assim, quando existe esse conhecimento seria por uma parte da população, por exemplo, os mais jovens ou os que já trabalharam ou tiveram algum tipo de relação com alguma UC. No geral, esse item poderia ser sintetizado na fala que segue abaixo:

*“Os moradores não sabem pra que servem as UCs. (...) Eles entendem que é uma área de restrição. Mas eles não sabem quais são os benefícios gerados, como ela funciona, como ela é gerida, se é federal, estadual, municipal, quem responde por ela. Eles entendem que é uma área que está sendo cuidada exclusivamente pela natureza, eles não se sentem inclusos nesse processo, não acham que serve alguma coisa pra eles, que muda a qualidade de vida deles, que interfere de alguma forma positiva, bem pelo contrário. A gente ainda percebe um discurso relacionado a atrapalhar o desenvolvimento. Se não tivesse uma UC aqui teria uma fábrica e teria emprego pro meu filho e ele não precisaria ir embora.”*

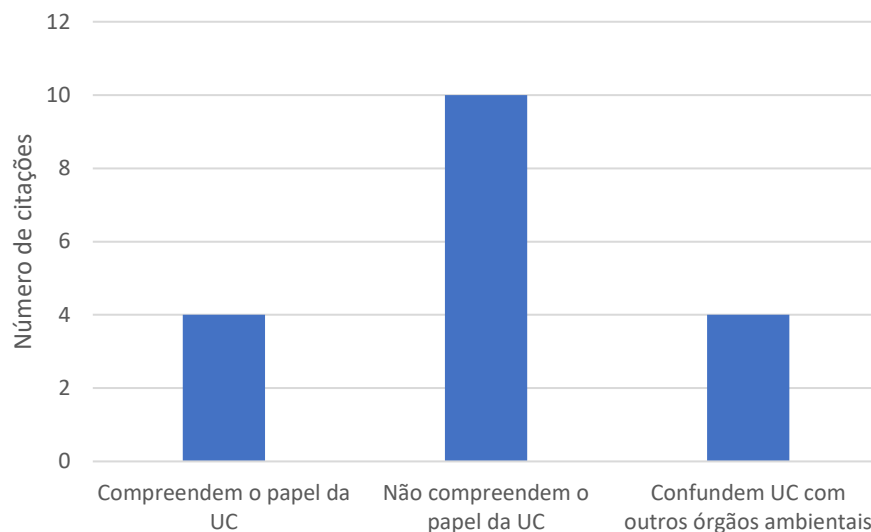


Figura 18. Conhecimento dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR) sobre as UCs, na percepção dos profissionais (n=20).

Tal como no item atitude, é importante ressaltar que mais de um código pode ter aparecido na fala de um só entrevistado, sob o mesmo argumento da impossibilidade de se generalizar as percepções dos moradores. Vinte por cento dos entrevistados afirmaram que os moradores confundem as UCs com outros órgãos ambientais, como a Polícia Ambiental e o Instituto Água e Terra. O fato de haver um grande número de legislações incidindo sobre a região também foi um fator mencionado por 20% dos entrevistados, e que acaba por prejudicar a imagem das UCs porque as queixas que são relacionadas às leis acabam sendo projetadas sobre elas:

*“Aqui tem lugares em que a restrição tem oito legislações incidindo sobre o mesmo espaço, mesmo sítio: Lei da Mata Atlântica, Código Florestal, UC, tombamento da Serra do Mar, resolução estadual sobre áreas úmidas, e aí vai. (...). Mas como o único representante deste universo (...) que se apresenta e dialoga com eles é a UC, tudo ali é projetado.”*



Foi comentado também sobre as confusões entre ICMBio e ONGs, particularmente a SPVS, pelo fato de ambos terem uma participação ativa na região e de, no fim das contas, tudo ficar catalogado sob o pacote do ‘meio ambiente’:

*“(...) as comunidades não têm essa percepção do que é ação do estado, autarquias ambientais, o que é ação de ONG, pra eles é tudo meio ambiente, então já existe essa percepção que as ONGs querem transformar tudo aquilo só em reserva, são inimigas das comunidades, e que no passado já circulou essa informação sobre uma reintrodução de onça-pintada pra afugentar os moradores, então esse imaginário existe e teria que ser trabalhado de alguma forma, e é difícil porque vai lidar com boatos que estão circulando há vinte anos na região, então isso vem quase como uma verdade para as pessoas.”*

O comentário acima condensa tanto a questão da confusão por conta do grande número de instituições ligadas ao meio ambiente na região como dos imaginários e boatos que circulam entre os moradores, particularmente em relação ao histórico da SPVS, que fez uma grande aquisição de terras na região para serem transformadas em Reservas Naturais e RPPNs. A questão mencionada na fala acima, sobre o imaginário da reintrodução da onça, foi reportada por 15% dos entrevistados. Trata-se de um boato que circulava na região, que “a SPVS soltou onças para afugentar as pessoas”. Outra crença mencionada por 30% dos entrevistados relaciona-se ao imaginário que as UCs iriam expulsar os moradores das suas terras. Em menor escala, também foram mencionadas as ideias imaginárias que “RPPN é dinheiro de gringo”, que a SPVS faz lavagem de dinheiro e que trouxe insetos para causar queimaduras.

No entanto, nenhuma dessas crenças foi mais citada do que aquela relacionada à estrada. Quase metade dos entrevistados (45%) trouxeram essa questão, que há o imaginário que as UCs proíbem a pavimentação da PR-405:

*“(...) um ruído grande, por exemplo, é que a estrada que vai pra Guaraqueçaba, ela é impedida de ser asfaltada pelos órgãos ambientais, pelas ONGs e tal, então às vezes fica um certo sentimento ruim com relação aos órgãos ambientais, (...), a gente precisa esclarecer que não é isso, não é verdade. O projeto não vai para frente às vezes por falta de recurso, o órgão ambiental ele atua qualificando o processo durante o licenciamento, mas em nenhum momento a área ambiental impediu de sair a estrada, isso nunca aconteceu”.*

Um fator bastante atrelado à falta de conhecimento sobre as UCs e a estas confusões e imaginários que são construídos foi a falta ou dificuldade de comunicação com os moradores, mencionado por 60% dos entrevistados:

*“(...) fica claro hoje em dia, até pelos boatos que correm, da intenção da SPVS com a região nessas áreas, que os esforços que a gente fez de comunicação, com a comunidade do entorno, especificamente, foram insuficientes. (...) E fez muita falta no começo chegar com essa sensibilização da comunidade e uma clarificação do que é uma reserva, do que é uma área protegida, para que serve, quais os benefícios, quais os prós, quais os contras, ter um diálogo mais aberto na comunidade, e a gente sofre com isso até hoje, sem dúvidas”.*

Relacionadas também a esta questão da comunicação foram as dificuldades de logística próprias das instituições, como falta de pessoal e outros recursos que possibilitariam um trabalho mais efetivo de estreitamento com as comunidades. A ausência do plano de manejo da Rebio e do Conselho da unidade, que ainda não está em funcionamento, também foram mencionados em menor escala.

#### 4.1.5.2 Conhecimento sobre o ecossistema

Inicialmente a variável ‘conhecimento’ foi formulada para se avaliar o entendimento dos moradores sobre as ameaças enfrentadas pelo bioma em que residem, a Mata Atlântica. Porém, como foram surgindo muitas informações relacionadas ao conhecimento que eles possuem sobre a fauna e a flora locais, considerou-se importante destacar este conteúdo e formular uma categoria própria, pois ela está interligada a outras variáveis, como o valor que atribuem à região, a resistência à presença de UCs, as possibilidades de geração de renda por meio de estratégias de conservação e possibilidades de engajamento.

A grande maioria dos entrevistados afirmou que os moradores possuem ‘alto’ conhecimento sobre a fauna e flora locais, sendo que 20% responderam que esse conhecimento seria ‘médio’ e não houve respostas para ‘nenhum’ ou ‘baixo’ conhecimento, a não ser quando se referiam aos moradores mais jovens. Esta questão da quebra geracional foi mencionada pela maioria dos entrevistados e em diversos momentos das entrevistas, o que acabou ramificando muitas das respostas, dada a heterogeneidade da população. Por exemplo, era comum que a primeira resposta do entrevistado fosse ‘depende’, seguido de comentários afirmando que o conhecimento é ‘alto’ entre os mais velhos, e ‘baixo’ entre os jovens. Como a pesquisa teórica e as informações de alguns entrevistados indicaram que a maioria da população é mais envelhecida, optou-se por padronizar a resposta desta questão em relação aos moradores mais velhos. Ressalta-se, porém, que isto não inviabiliza a importância de se considerar os dados referentes aos mais jovens e à quebra geracional que vem acontecendo no que diz respeito às percepções sobre o ecossistema, conforme será discutido posteriormente.

Outro ponto importante que foi salientado é que esse conhecimento não é científico, mas sim um conhecimento empírico, baseado nos ensinamentos que foram transmitidos entre gerações, o que lhes possibilita identificar espécies de plantas e animais, rastros e pegadas, um tipo de conhecimento que está se perdendo na geração atual.

#### 4.1.5.3 Conhecimento sobre os riscos do ecossistema

A maior parte das respostas (45%) sobre os riscos do bioma Mata Atlântica foi para o item ‘baixo conhecimento’, sendo que ‘conhecimento médio’ e ‘alto’ vieram em segundo lugar (25% cada um). Dez por cento dos entrevistados responderam que os moradores não têm ‘nenhum conhecimento’ sobre os riscos do ecossistema (Figura 19). Destaca-se que nesta questão, tal como na anterior, houveram algumas respostas ramificadas por conta da diferença geracional, apontando que os mais jovens têm mais conhecimento sobre a situação da Mata Atlântica do que os mais velhos, por conta de estarem mais conectados à internet e, conseqüentemente, terem acesso a informações mais atualizadas e por possuírem uma abertura psíquica maior aos dilemas ambientais que os moradores mais velhos.

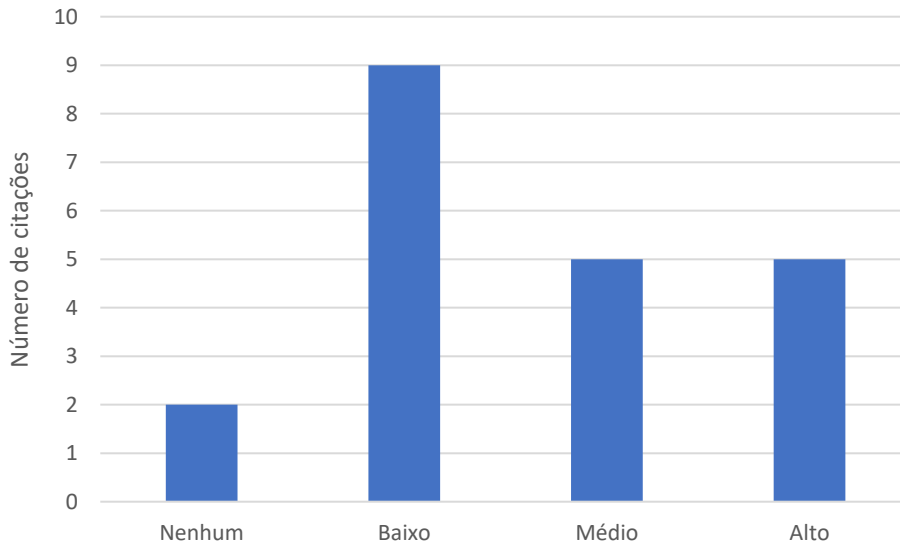


Figura 19. Conhecimento dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR) em relação aos riscos do ecossistema, na percepção dos profissionais (n=20).

Além disso, houve também uma resposta dupla afirmando que os moradores têm ‘conhecimento alto’ quando se trata da questão da extinção dos animais, porém ‘nenhum conhecimento’ sobre a ameaça enfrentada pela flora da Mata Atlântica. Já no caso dos animais é consenso geral que houve uma redução grande no número de espécies, pois uma frase recorrente foi que *“os mais velhos sempre afirmam que antes tinha mais bichos, agora não tem*

*mais*”. Como eles viam de fato os bichos e não veem mais na atualidade, a informação ganha mais crédito por passar no crivo de uma percepção concreta, diferente do que ocorre com a mata. Nas palavras de um dos entrevistados:

*“Eles têm noção, sabem [sobre os riscos], mas o empirismo ali de eles verem tanta coisa faz mais sentido para eles do que as informações que eles têm. (...) é difícil para eles saberem por que a juçara é uma espécie ameaçada se no quintal dele brota que nem mato. Ele sabe que é uma espécie ameaçada, mas a percepção dele é que ali não está. Talvez o que não tenha feito ainda é criado sentido neles, no ser, eles sentirem parte daquilo. Fica uma informação meio como se estivesse colada na parede. (grifos nossos)”*.

Esta afirmação que os moradores ‘conhecem os riscos, mas questionam (ou não sentem)’ apareceu na fala de 50% dos entrevistados. O fato de questionarem relaciona-se ao incômodo que os moradores sentem por estarem submetidos às leis ambientais do território, pois muitos entendem que estas leis deveriam ser aplicadas para pessoas de fora que vêm degradar a região em grande escala (caçadores esportivos, grandes fazendeiros) e não para eles, que consideram que o uso que fariam da flora e fauna seria em menor escala. Ou seja, na percepção dos profissionais, muitos moradores têm o conhecimento que se trata de uma região ameaçada, mas consideram injusto que eles não possam fazer uso da terra e dos animais por acreditarem que o seu impacto não é significativo. Ou por não sentirem que essa informação procede, conforme já foi mencionado, ou ainda por “*saber mas não querer saber*”, que foi também um item apontado por alguns entrevistados. A justificativa para ‘não querer saber’ seria poder continuar usufruindo dos recursos naturais sem precisar se submeter à legislação ambiental.

#### 4.1.6 Características das comunidades

Pouco mais da metade dos entrevistados (55%) comentaram sobre a heterogeneidade, afirmando que as comunidades são muito diferentes, sendo difícil definir um padrão. Foi mencionado por metade dos entrevistados a presença de associações de moradores e cooperativas em algumas das comunidades, mas não necessariamente elas funcionam bem, varia dependendo do local. Quinze por cento afirmaram que algumas são bem organizadas, participam de Conselhos, buscam seus direitos. Porém a maior parte (45%) reportou falta de organização: “*Eu acho que tem comunidades mais e menos engajadas. Você tem pouca articulação entre as comunidades, elas são... funcionam de forma mais isolada. Eu acho que é uma característica do litoral do Paraná como um todo, um baixo associativismo*”.

Este funcionamento de forma isolada foi citado por 20% dos entrevistados, como algo que prejudica a relação intercomunidades. A dificuldade de acesso entre elas potencializa esse fato. Quinze por cento afirmaram que existe alguma união comunitária, no sentido de os moradores se ajudarem em caso de necessidades. Foi mencionado por 25% dos entrevistados a presença da religião evangélica na região, como sendo algo de forte influência e ambiente de encontros sociais entre os moradores. Porém 40% afirmaram ser baixo esse senso comunitário: *“Pela minha experiência ali no território não existe vida em comunidades. (...) são muito mais aglomerados humanos (...) do que uma divisão, digamos assim, de atividades e uma vida coletiva.”*

Traços como individualismo, dificuldade em trabalhar em conjunto e imediatismo também foram mencionados para justificar este baixo associativismo e falta de organização. Os conflitos entre moradores também foram mencionados (20%) como um traço que prejudica o relacionamento entre eles. Foram citados, como exemplo, casos de famílias historicamente inimigas. Alguns entrevistados comentaram sobre as iniciativas que já foram propostas por ONGs e Fundações, como cooperativas de base comunitária, atividades de artesanato para geração de renda, associações, mas que não tiveram continuidade:

*“A gente percebe a dificuldade deles de trabalharem em cooperativas, associações, de se relacionar, como eu te falei do Boticário, depois o Boticário largou aquilo [a cooperativa] para eles tocarem por conta e houve uma série de conflitos e acabou não indo pra frente. A gente percebe uma dificuldade muito grande, cultural deles, de se relacionar entre as comunidades.”*

Uma certa postura passiva foi apontada por 25% dos entrevistados, relacionada a fatores como comodismo, falta de empoderamento, a culpabilizar os outros para não se responsabilizar:

*“(...) a comunidade cria aquela ideia paternalista que o Estado tem que fazer tudo. A União tem que fazer tudo, eles não têm que fazer nada, eles são os pobres coitados. Eu entendo (...) que existem os pobres coitados e existem aquelas pessoas que também aproveitam da situação, não é só direito é também a responsabilidade, você tem que ter responsabilidade por aquilo que você faz.”*

Sobre abertura ao diálogo, 25% afirmaram que alguns moradores são bastante dispostos a conversar, dialogar, que gostam de contar suas histórias, e exatos 25% mencionaram resistência ao diálogo. A questão da heterogeneidade pode se encaixar aqui para justificar esses dados. Foi mencionado também que os mais velhos seriam um pouco mais resistentes que os mais jovens. A desconfiança foi um item citado nesta temática, indicando que os moradores seriam mais fechados a pessoas estranhas em um primeiro momento, mas que com as devidas

posturas de sociabilidade, como empatia, interesse, sinceridade e respeito é possível uma aproximação:

*“(...) na minha visão, as comunidades são abertas para conversar, sim. Eu veria dessa maneira, que existe abertura para conversar. Praticamente isso sempre foi muito frágil por parte dos órgãos ambientais (...). E como a legislação sempre vem de cima para baixo, é lógico que tem uma desconfiança. Agora, se chegar com uma conversa franca, uma proposta que seja debatida com eles, que eles sejam escutados, o que eles pensam também sejam levados em consideração na discussão, aí existe abertura.”*

Este histórico sobre a forma como os órgãos ambientais chegaram na região e como se relacionaram com os moradores parece ter deixado algumas marcas que contribuíram não só para a desconfiança, como também para outros traços atribuídos às comunidades, como baixa autoestima (20%), revolta (15%) e ressentimento (30%). Ressalta-se que isto se liga não somente à presença destas instituições na região, mas estão intrincados com a precariedade da situação socioeconômica e a aspectos culturais.

A revolta é um traço que aparece associado à insatisfação das comunidades com os serviços públicos, que acaba sendo potencializada quando percebem a movimentação dos órgãos ambientais para a proteção do bioma. Como exemplos, foram mencionadas frases que eles já ouviram dos moradores, como “*por que gastar dinheiro com o papagaio se na escola do meu filho tem goteira?*”; ou “*por que protegem os bichos e não protegem as pessoas? Os bichos são mais importantes que as pessoas?*”. Um dos comentários em relação a isso é que a revolta não é contra a fauna ou as instituições, por exemplo, mas que eles consideram ofensivo os programas voltados à conservação perante a situação de abandono das comunidades. Foram associados a isso também itens como ressentimento, desilusão, mágoas e até a sensação de se sentirem penalizados pela presença dos órgãos ambientais, que foi citado mais de uma vez:

*“(...) eles entendem isso [o valor da Mata Atlântica], mas ao mesmo tempo isso traz para eles uma... sabe aquilo de você saber que você tem uma coisa muito boa nas mãos e por isso você é penalizado? No sentido de ‘ah, então por causa disso a estrada é ruim, a saúde não é tão boa, vocês falam que eu sou tão linda, tão maravilhosa, mas não me tratam como eu deveria’. (...) acho que eles têm essa mágoa assim. Eles sabem, porque de tanto falar, de tanto ouvir ‘ah, vocês estão em um lugar especial’ – porque eles ouvem muito isso, ouvem na mídia, quando as instituições vão lá, nas entrevistas, nas reuniões de Conselho, eles ouvem isso – eu acho que a maioria deles tem essa percepção, mas ao mesmo tempo isso traz essa dualidade mesmo: ‘se eu estou num lugar tão especial, por que eu não sou tratado de forma tão especial?’ Por tantas faltas sociais que a região tem.”*

Em relação às posturas dos moradores para colaborarem com possíveis estratégias de conservação, a opção ‘apoiam parcialmente’ foi a mais selecionada, por 40% dos entrevistados. Trinta por cento afirmaram que os moradores se opõem parcialmente, e 25% consideram que eles teriam uma postura indiferente, nem de aprovação nem reprovação. A opção ‘apoiam totalmente’ não foi escolhida por nenhum entrevistado, e 5% escolheram ‘se opõem totalmente’ (Figura 20).

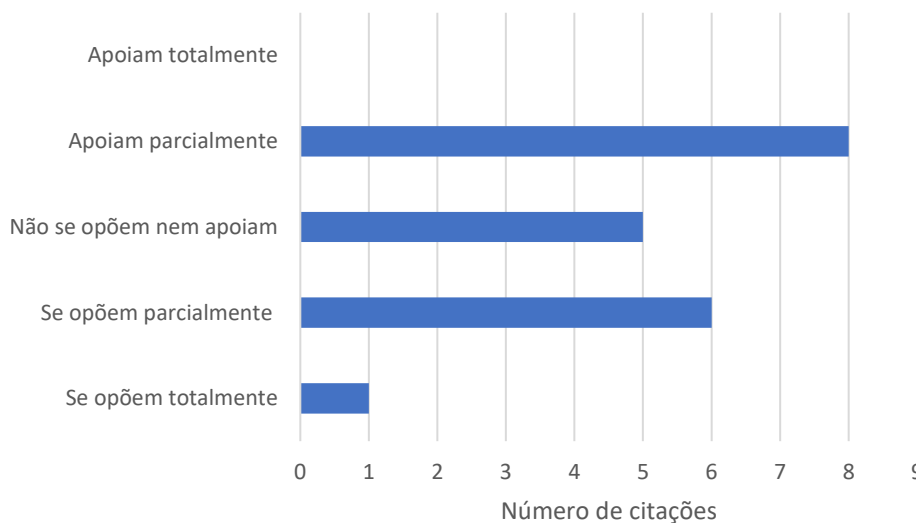


Figura 20. Disposição para engajamento em estratégias de conservação dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus (PR), na percepção dos profissionais (n=20).

No geral, a disposição para engajamento apareceu nos dados bastante atrelada aos benefícios que as comunidades poderiam receber a partir de possíveis parcerias, à melhora da comunicação e da qualidade da relação com os conservacionistas. Obterem reconhecimento e valorização a partir do seu conhecimento em relação à região e à natureza também foram apontados como fatores que contribuiriam para possíveis engajamentos. A heterogeneidade das comunidades também foi mencionada como algo que tornava difícil a resposta, pelo fato de haverem comunidades que são mais engajadas, e outras menos. Sobre a população mais velha, foi comentado sobre uma certa desmotivação, pelo fato de estarem um tanto desiludidos com a falta de atenção e de melhorias para os serviços básicos, o que comprometeria sua disposição para engajamento.

#### 4.1.7 Valores dos moradores

A questão sobre o valor que as comunidades locais atribuem à região onde moram, por ser uma área protegida, gerou praticamente um empate nas respostas. Pouco mais da metade

dos entrevistados (55%) relatam que as comunidades valorizam o território, sendo que 45% deram resposta negativa, e houve uma abstenção de resposta.

É importante ressaltar que houveram adendos significativos à resposta do valor positivo para a região, pois a grande maioria afirmou que o valor não acontece necessariamente por ser uma área protegida, mas pelo orgulho de residir em um local com tantas belezas naturais. Muitos relataram que ser uma área protegida desponta como um empecilho para as comunidades locais, justamente pelos motivos já mencionados de que alguns moradores se sentem restringidos por não poderem usar o espaço como gostariam. Dentre os que reportaram que há valorização por ser uma área protegida, alguns associaram à população mais jovem, que teria mais conhecimentos sobre as questões da conservação, e àqueles que têm a renda aumentada por possuírem negócios que se beneficiam das áreas naturais.

#### 4.1.8 Sugestões de estratégias de conservação

Todas as sugestões para possíveis estratégias de conservação foram codificadas, num total de 22 itens (Figura 21). Os três itens mais citados se relacionam à comunidade. Envolvimento da comunidade, o que teve maior frequência, foi mencionado por 70% dos entrevistados; estratégia de comunicação por 65%, e a proposta de os moradores trabalharem pela conservação e, conseqüentemente, ganhar alguma renda, por metade dos entrevistados. Em menor escala, foi mencionado a sugestão de atender às necessidades das comunidades (10%).

*“(...) a comunidade abraçar o projeto. Isso é muito difícil, exige muito esforço, muita estratégia, (...) plano de comunicação, (...) um plano de comunicação dos mamíferos, sobretudo topo de cadeia e tudo o mais, muito claro, e desmistificando, trabalhar para eliminar essa fake news que sai de boca a boca lá (...). Então ter essa comunicação. Esse plano de comunicação estar integrado aos projetos que já existem no território, por exemplo, Escola da Conservação, e daí sim como último estágio, monitorar com eficiência, comunicar com eficiência.”*



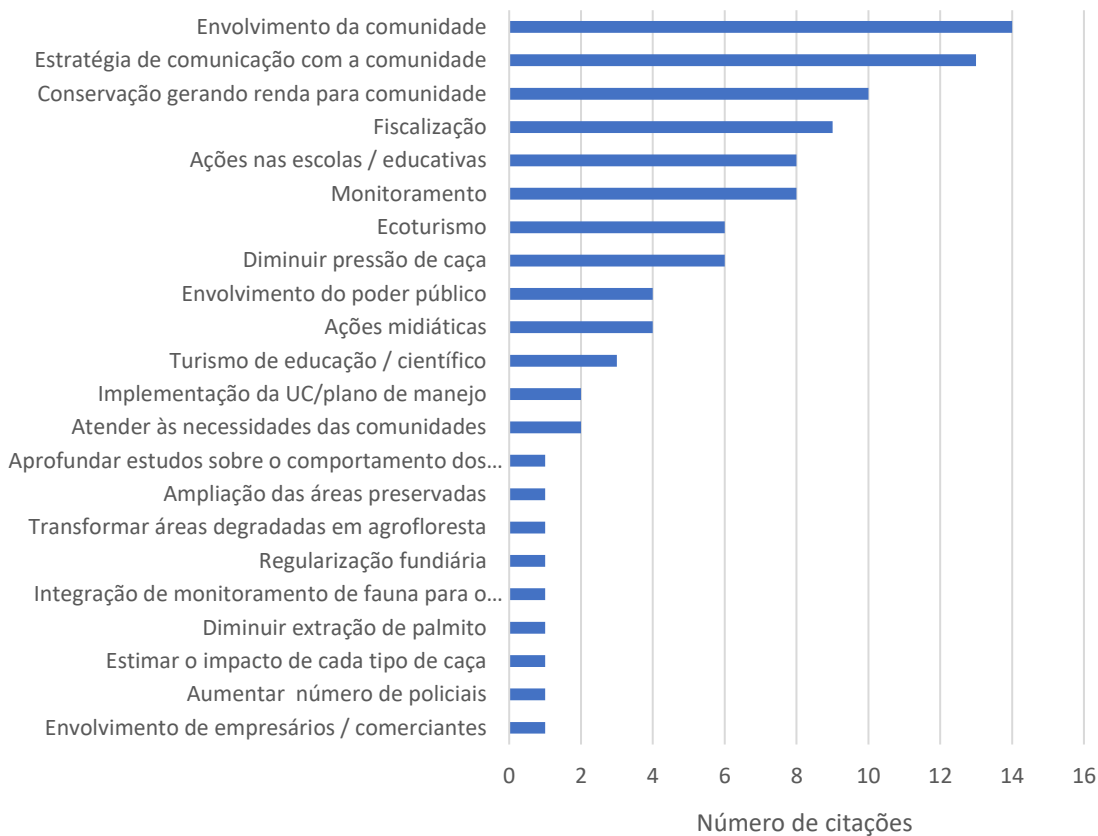


Figura 21. Sugestões de estratégias de conservação para a região da Rebio Bom Jesus (PR) por parte dos profissionais.

Fiscalização e monitoramento, que normalmente são citados juntos, foram reportados por 45% e 40% dos entrevistados, respectivamente. Estritamente ligados estão os itens relacionados às atividades ilegais, como ‘aumentar número de policiais’, mencionado por 5% dos entrevistados, ‘diminuir pressão de caça’ (30%), ‘diminuir extração de palmito’ (5%) e ‘estimar o impacto de cada tipo de caça’ (5%). Ainda dentro dessa temática, também foi comentado sobre ‘ampliar as áreas preservadas’ (5%) e buscar um programa de monitoramento integrado para o território (5%), evitando fragmentações e ruídos de comunicação entre diferentes pesquisadores que atuam na região.

As ações voltadas ao campo educativo e cultural também tiveram frequência expressiva. Ações nas escolas / educativas foi o quinto item mais citado (40%), bastante comentado em relação às crianças e jovens, a possíveis atividades educativas inclusive dentro da Rebio. O turismo foi bastante mencionado, seja em áreas naturais, ou como ecoturismo, ou como turismo de natureza, que foram todos codificados como ‘ecoturismo’. E em outra categoria foi falado sobre o turismo de educação ou científico, particularmente para a Rebio, que não permite a visitação. Juntos, esses dois itens foram citados por 45% dos entrevistados. As ações midiáticas

também foram mencionadas como ferramentas úteis aos programas de conservação (20%), juntamente com o envolvimento do poder público (20%) e de empresários ou comerciantes locais (5%). Foi frequente em uma mesma resposta aparecerem vários itens:

*“A estratégia que eu proponho é um grande programa de sensibilização das comunidades, com bastante informação, com alternativas à caça, à exploração dos recursos naturais, um turismo baseado na conservação da natureza e cultura. Que esses bichos agreguem valor para eles, valor financeiro, melhoria na qualidade de vida... Porque daí a prefeitura veria que está indo muito turista pra lá e daí teria que melhorar o posto de saúde, melhorar o atendimento local, isso melhoraria a qualidade de vida de toda a comunidade. E junto com isso ampliação das áreas preservadas, das áreas naturais protegidas e da fiscalização. Sem fiscalização, infelizmente a gente não teria o que fazer.”*

#### 4.1.9 Síntese dos resultados

Destaca-se nos resultados a ênfase sobre um trabalho que envolva os moradores do entorno da Rebio Bom Jesus, pois as sub-categorias ‘Participação das comunidades’, ‘Envolvimento das comunidades’ e ‘Estratégias de comunicação com as comunidades’ foram, de longe, os mais citados, tanto nas respostas sobre a eficácia do reforço populacional como nas sugestões de estratégias de conservação. Envolvimento, conscientização, sensibilização, comunicação e diálogo foram palavras bastante citadas para se referir a ações promotoras de estreitamento de laços com os moradores locais.

A quantidade de sub-categorias para os itens ‘Condicionantes da eficácia do reforço populacional’ e ‘Sugestões de estratégias de conservação’ também foi relevante, parecendo resultar do conhecimento e experiência dos profissionais em relação à região e apontando para o caráter complexo e multifacetado da situação estudada.

As sub-categorias e frequências sobre as causas de conflito humano-fauna foram condizentes com o que se encontra na literatura especializada, bem como o alto número de citações para o medo, sentimento também frequentemente reportado e estudado em pesquisas sobre conservação da fauna silvestre. O fato de a onça ser mencionada como o animal menos tolerado e gerar os desafios mais intrincados, seja pelos seus hábitos ou pelos imaginários que causa nas pessoas, também foi um resultado que não surpreendeu.

Os resultados sobre ‘Atitude negativa’ e ‘Atitude positiva’ em relação às UCs, que tiveram quase o mesmo número de citações, apontam para a dualidade presente na relação entre os moradores locais e as UCs e para a impossibilidade de se generalizar uma só resposta para todas as comunidades. Outro destaque foi o número de sub-categorias para ‘Motivos de atitude negativa em relação às UCs’, que evoca questões de amplas dimensões envolvendo o poder

público, o histórico sobre a chegada das áreas protegidas na região e os conflitos ideológicos presentes no campo socioambiental. A rodovia PR-405 desponta como um tema fundamental, que não pode ser desconsiderado nas interlocuções com as comunidades, haja visto ter sido o segundo item mais citado nesta categoria ('UC proíbe estrada').

Sobre o conhecimento das comunidades em relação aos riscos do ecossistema, a sub-categoria 'Conhecem os riscos, mas questionam (ou não sentem)', com número de citações expressivo, parece ser um dado importante para possíveis estratégias de comunicação sobre a temática. Ainda sobre a variável conhecimento, a grande frequência de citações para 'Não compreendem o papel das UCs' e a criação da sub-categoria 'Confundem UCs com outros órgãos ambientais' são condizentes com os comentários sobre as dificuldades de diálogo e a necessidade de estratégias eficazes de comunicação.

Sobre as características das comunidades, a já mencionada heterogeneidade e as diferenças de valores entre a população mais jovem e os mais velhos se sobrepõem como dados importantes para construir um panorama geral da região. A fragilidade socioeconômica do local e as questões culturais também parecem despontar como itens significativos a serem considerados neste contexto.

## 4.2 Moradores locais

### 4.2.1 Perfil dos entrevistados

Dentre os 40 entrevistados, 30 são do gênero masculino e 10 do gênero feminino (Tabela 2), com idades variando de 32 a 83 anos (Figura 22). Em relação ao grau de escolaridade, a maioria possui ensino fundamental incompleto (Tabela 2), e as ocupações variam entre produtores rurais, pescadores e aposentados (Figura 23). Dos 40 entrevistados, 42,5% são nativos da região, enquanto 57,5% vieram de outras localidades, principalmente do interior do Paraná.

Tabela 2. Distribuição do número de entrevistados por comunidades, municípios (A1=Antonina, G=Guaraqueçaba), gênero (F=Feminino, M=Masculino) e grau de escolaridade (A2=Analfabeto, FI=Fundamental incompleto, FC=Fundamental completo, MI=Médio incompleto, MC=Médio completo, S=Superior).

Comunidade	N	Município		Gênero		Grau de escolaridade						
		A1	G	F	M	A2	FI	FC	MI	MC	S	
Lageado	1	1		1		1						
Kuaray Haxa	1	1		1		1						
José Lutzenberger	1	1			1					1		
Faisqueira	2	2			2		1	1				
Potinga	2		2		2			2				
Quebra	2	2		2			1	1				
Tagaçaba	4		4	1	3		1	1		1	1	
Rio Pequeno	5	5		1	4		4		1			
Cachoeira	5	5		2	3		3		1	1		
Tagaçaba de Cima	5		5		5		1	2				2
Itaqui	6		6		6			6				
Cedro	6	6		3	3		5	1				
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>23</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>30</b>	<b>3</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	

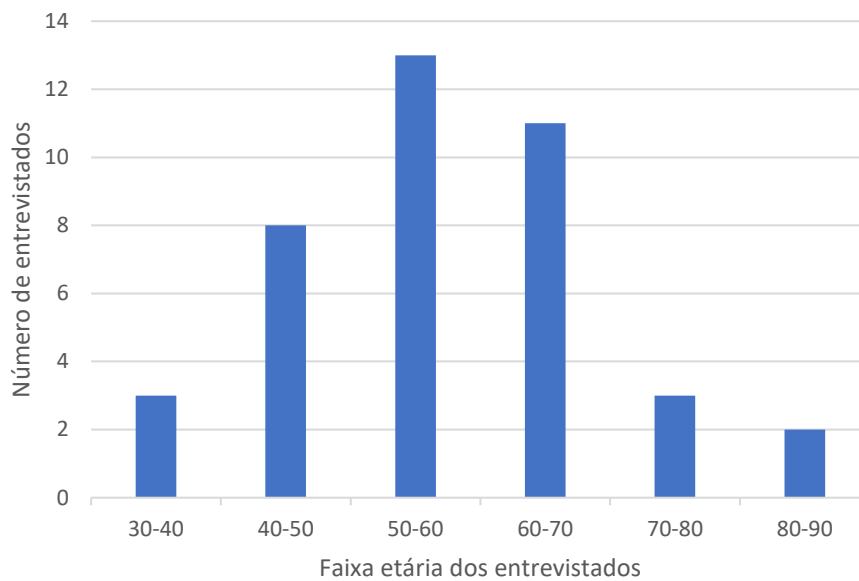


Figura 22. Faixa etária dos entrevistados das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus-PR (n=40).

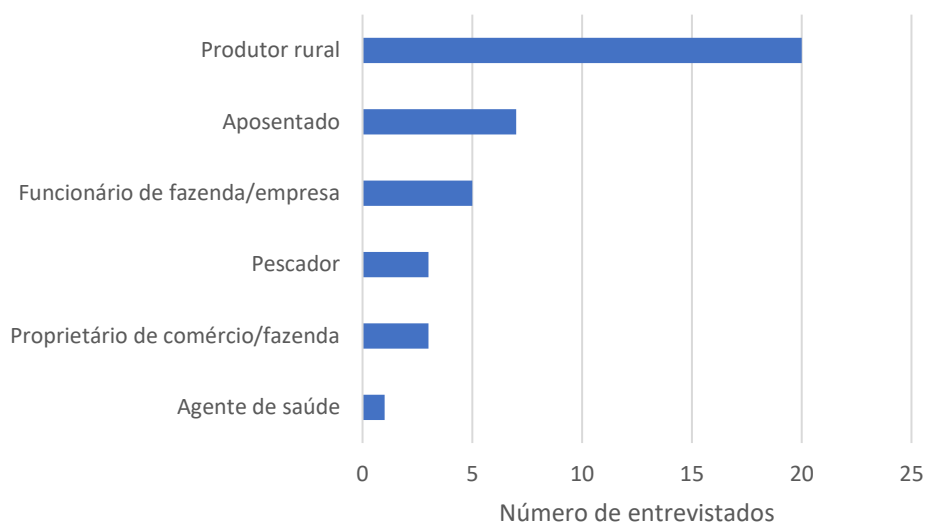


Figura 23. Ocupações dos entrevistados das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus-PR (n=40).

## 4.2.2 Relação com a fauna silvestre

### 4.2.2.1 Atitude

De uma forma geral, os entrevistados relataram ter uma boa relação com a fauna silvestre da região, fazendo relatos das espécies que já avistaram, ou que sabem que ocorrem pelos rastros ou por relatos de outros moradores. Os comentários negativos, na grande maioria das vezes, relacionavam-se às situações em que os animais silvestres trazem prejuízos materiais ou afetivos, no caso de dano à lavoura e predação, ou quando representam alguma ameaça à vida humana. Algumas vezes estes relatos eram acompanhados por falas como “*mas os*

*prejuízos também fazem parte, os bichos estão no lugar deles”, ou “fomos nós que invadimos o território deles”.*

Comentários frequentes também estavam relacionados às suas percepções sobre o aumento ou diminuição das populações. Espécies como bugio, capivara e tatu foram as mais citadas dentre as que teriam sofrido uma diminuição populacional, quase todas as vezes acompanhadas de sentimentos de tristeza por essa percepção. O tatu, especialmente, foi citado por 20% dos entrevistados, a maioria também lastimando-se por não avistar mais essa espécie da mesma forma que encontrava há alguns anos.

Atitude favorável à fauna silvestre foi evidenciada pelo tema extinção. Apesar deste tema ter sido incluído especificamente em relação às três espécies-alvo da pesquisa, a maioria dos entrevistados lamentava-se ao falar sobre um possível desaparecimento da fauna silvestre em geral (mais detalhes no item 4.2.3.4).

#### 4.2.2.2 Animais menos tolerados

Apesar da onça ter sido a espécie mais citada pelos profissionais entrevistados (30%) como sendo o animal que mais causaria incômodo para as comunidades, nas respostas dos moradores foi a cobra que apareceu em primeiro lugar (17,5%), empatada com os insetos em geral (mosquitos, porvinha, borrachudo, etc.). Em seguida, a onça-pintada foi reportada por 10% dos entrevistados, e 11 espécies foram lembradas em menor escala (Figura 24).

No caso da cobra e da onça, os motivos de menor tolerância são relacionados ao medo que essas espécies causam nas pessoas por representarem ameaça à vida humana e a prejuízos causados por predação (este último sendo muito mais associado à onça do que à cobra). Essa questão do prejuízo material é relacionada também a todas as demais espécies que foram citadas nesta questão, e ainda sobre os insetos há o fato que picam as pessoas e trazem desconforto.

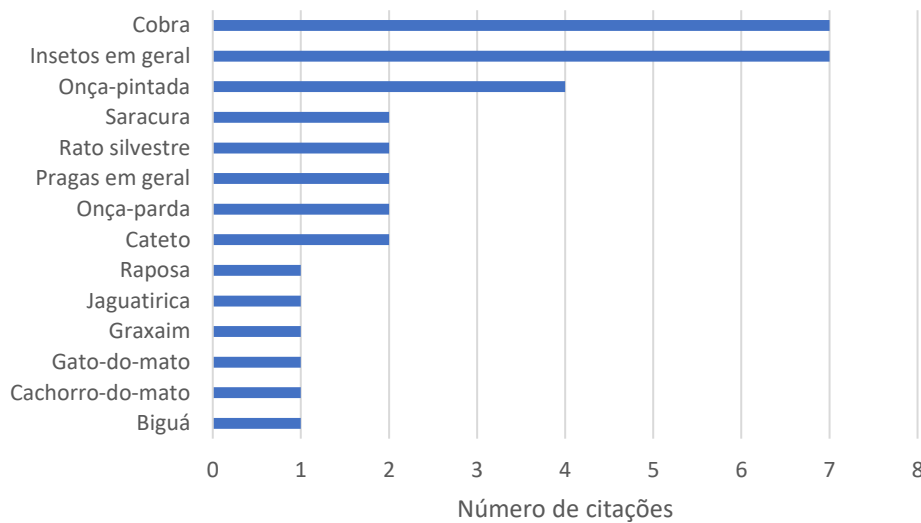


Figura 24. Animais menos tolerados pelos moradores do entorno da Reserva Biológica Bom Jesus-PR (n=40).

#### 4.2.2.3 Causas de conflito humano-fauna

Tal como foi relatado pelos profissionais entrevistados, nas respostas dos moradores também surgiram os mesmos três fatores que podem desencadear situações de conflito relacionados à fauna silvestre (Figura 25): dano à plantação (50%), predação de animais (47,5%) e ataque a pessoas (25%).

Apesar de a queixada não ter sido mencionada espontaneamente na pergunta sobre os animais menos tolerados, ela foi a espécie mais citada (60%) quando se falava em danos às plantações, juntamente com o cateto. Alguns moradores relataram as situações de prejuízo material, porém indicando que isso não necessariamente era um incômodo, pelo fato de gostarem da fauna e por conta disso até plantarem em mais quantidade para ter “*a parte que fica para os bichos*”, porém esses foram uma minoria.

Em relação ao ataque a pessoas, um comentário recorrente na fala dos entrevistados que demonstraram receio com esta situação foi relacionado à segurança das crianças, sempre envolvendo as onças nesses casos. A queixada e a cobra também foram mencionadas neste item como sendo animais que poderiam trazer ameaça às pessoas. Alguns entrevistados relataram histórias de ataques relacionadas a essas três espécies, acompanhadas de sentimentos de medo e adjetivos aos animais, como “perigoso”, “bravo” e “assassino” (dados mais específicos sobre a onça e a queixada estão descritos no item 6.3).

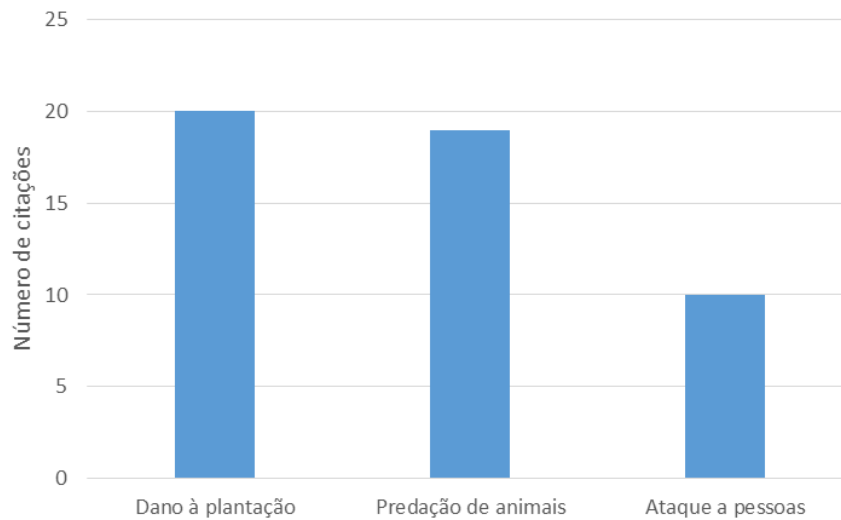


Figura 25. Causas de conflito humano-fauna entre moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR (n=40).

#### 4.2.3 Sobre a anta, queixada e onça-pintada

##### 4.2.3.1 Ocorrência e conhecimento das espécies

Foi perguntado aos entrevistados sobre a ocorrência das espécies-alvo na região em que moram e o que conheciam sobre elas. A onça-pintada foi o animal mais citado, reportado por mais da metade dos moradores, seguido da queixada e da anta (Figura 26).

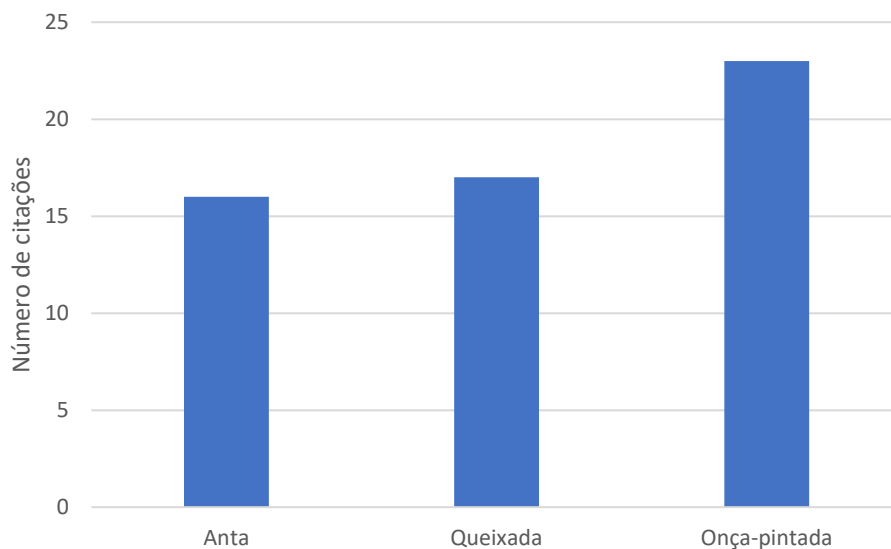


Figura 26. Ocorrência das espécies-alvo na região do entorno da Rebio Bom Jesus-PR, na percepção dos moradores (n=40).

A anta é a espécie menos vista e conhecida dos moradores. Mesmo dentre aqueles que relataram a ocorrência deste animal, uma minoria somente a avistou de fato; a maioria relata ter visto rastros ou afirmou a ocorrência pelo que já ouviu dos outros moradores. Foi frequente



o comentário que ela habita as regiões da serra, morros ou montanhas. Uma pequena minoria demonstrou conhecimento específico acerca da procriação e sobre o fato que ela espalha sementes, contribuindo para o ecossistema. O conhecimento da maioria está relacionado ao tamanho e à alimentação, relatando que é um “*bicho grande que come mato, frutas*”.

Já a queixada, apesar de ter recebido praticamente o mesmo número de citações que a anta em relação à ocorrência, é uma espécie mais conhecida e que já foi mais avistada pelos moradores. No geral referem-se a ela como sendo um animal agressivo, que anda em bandos, come frutas e o que tiver nas plantações.

A onça-pintada, apesar de ter sido a espécie mais citada pelos moradores, foi vista efetivamente por 17,5% dos entrevistados. Porém mais da metade dos moradores afirmam que esta espécie circula pela região, seja pelo que escutam de outras pessoas ou pelo avistamento de rastros. Em alguns casos a afirmação da presença do animal acontece por saberem de histórias de predação que são atribuídas às onças, apesar de na maioria das vezes não terem certeza se seria uma onça-pintada ou uma onça-parda, ou até mesmo algum outro predador. Há também aqueles que relatam que elas estão presentes por terem sido soltas na região pelos órgãos de proteção ambiental (mais detalhes no item 6.8.1). Em geral é percebida como um animal ameaçador, pela sua capacidade de predação. Uma minoria tem conhecimento sobre detalhes da procriação e área de uso da espécie, e 30% afirmaram que ela só cometeria ataques se estiver sem presas, ameaçada ou para defender filhotes.

#### 4.2.3.2 Percepção do tamanho populacional

Foi perguntado aos moradores se achavam que havia alguma alteração no tamanho populacional das três espécies nos últimos tempos. A maioria das respostas incidiu sobre a opção que não houve alteração, ou seja, o número de animais se mantém o mesmo, resposta esta válida tanto para a anta, quanto para a queixada e a onça-pintada (Figura 27).

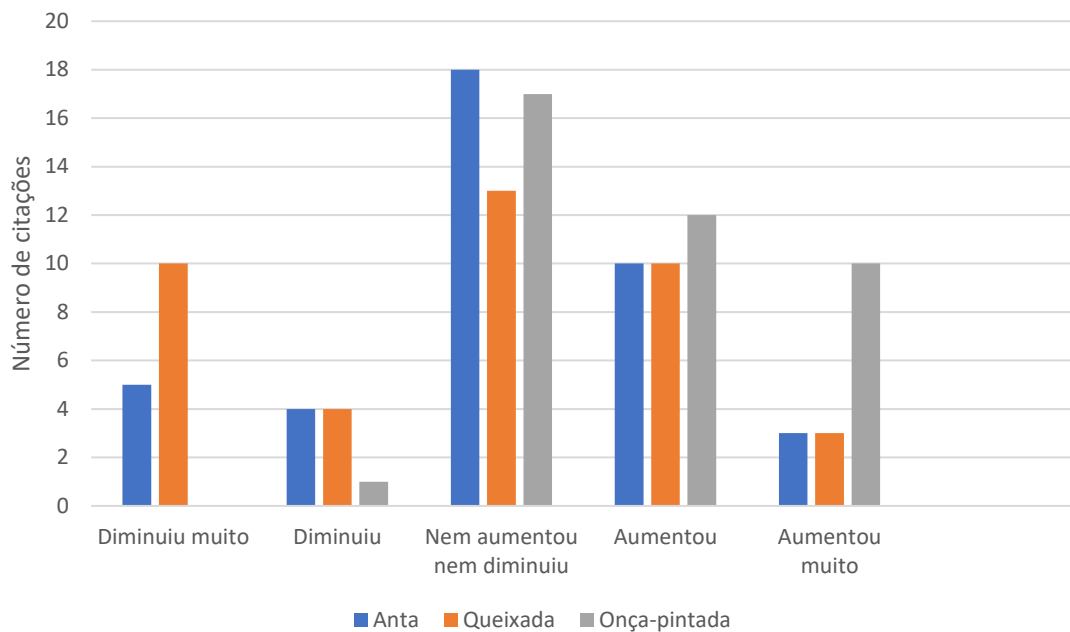


Figura 27. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR em relação à variação do tamanho populacional da anta, queixada e onça-pintada (n=40).

A segunda opção mais citada foi que houve um aumento no número de animais: anta e queixada foram citadas nesta categoria por 25% dos entrevistados, e a onça teve uma porcentagem um pouco maior, de 30%. O motivo mais atribuído a esse possível aumento seria a percepção que diminuiu a atividade de caça na região, que foi citado por quase todos os entrevistados que acham que houve aumento populacional. Associado a esse fator, alguns moradores relataram que os órgãos de proteção ambiental contribuíram para a diminuição da caça e que os jovens não têm interesse nessa atividade:

*“Essa preservação aí que ajudou a aumentar. E depois também (...), essa geração de hoje, ela não foi acostumada, assim, a caçar. (...) Mas os mais antigos aí matavam. Mas dessa geração pra cá o pessoal foi meio que desligando. E antigamente o trabalho era muito difícil aqui. Ninguém tinha nada. Então tinha que viver do mato mesmo, do palmito, do cipó, de caça, comia caça. Mas hoje não, hoje já ‘tá’ melhor. (...) Pra falar a verdade, hoje o pessoal já acostumou que ninguém mata mais nada. (...) Pra falar bem a verdade pra você, não precisava nem polícia ambiental mais.”*

Particularmente em relação à anta e à queixada, uma pequena minoria relatou outros motivos para o aumento populacional: a ideia que a anta não tem predador, que a queixada procria bastante e que a proibição do corte de palmito são fatores que contribuiriam para ter mais animais na região.

A onça-pintada teve um destaque na opção ‘aumentou muito’, sendo citada por 25% dos entrevistados, enquanto a anta e o queixada tiveram uma pontuação bem menor neste quesito,

ambas de 7,5%. Além do fator já comentado da diminuição da caça, mais da metade dos moradores que acreditam que houve um aumento populacional desta espécie mencionaram também a ideia que existem onças que foram soltas pelos órgãos de proteção ambiental, um boato que circula há muitos anos na região e que também foi comentado nas entrevistas com os profissionais. Nesta temática também surgiram histórias de que as onças foram trazidas de circos, do Pantanal, que são monitoradas pelos órgãos de proteção ambiental, dentre outras crenças (mais detalhes no item 6.8.1). Uma minoria também atribui este aumento ao fato de que as onças procriam bastante e que o trabalho de reflorestamento da SPVS deixou o ambiente mais favorável aos animais.

A queixada se destacou na opção ‘diminuiu muito’, sendo citada por 25% dos entrevistados, curiosamente a mesma porcentagem recebida para a opção ‘aumentou’. Destes 25%, metade acredita que as queixadas diminuíram porque foram predadas por onças. O restante se divide entre achar que foi a caça que causou a diminuição no número de animais ou não sabem dizer o motivo. A maioria destes moradores acham que esta alteração na população foi expressiva pelo que ouviam falar dos seus pais ou avós, que já moravam na região e relatavam ter bandos numerosos de queixadas circulando, o que já não se vê atualmente, nas suas percepções.

Em relação à diminuição populacional da anta, 12,5% dos entrevistados acham que ‘diminuiu muito’ o número de antas, e 10% acham que ‘diminuiu’. Quase todos atribuem também à predação da onça, e não tanto à atividade de caça, tal como é comentado para a queixada. Alguns entrevistados comentaram que a anta não é uma espécie tão fácil para ser caçada como a queixada. Para alguns moradores, então, a diminuição da população de queixadas, antas e outros animais está diretamente relacionado ao aumento da população de onças:

*“Aumentou muito [a onça-pintada]. Na época era muito pouco, tinha talvez uns dois casais por aí. Hoje (...) tem muita onça. A gente escuta assim história de onça a cada mês. (...). Segundo eu tenho alguma informação eu acho que o pessoal do meio ambiente andou soltando lá na BR. E porque ninguém mata. Ela se reproduz (...), aí ela vai aumentando. Enquanto a caça [outros animais] é pequena vai indo tudo embora, porque elas vão comendo, comendo. Não tem predador pra ela. (...) Quem tem coragem de matar uma onça hoje? Às vezes o crime é maior que matar um ser humano, então o pessoal fica com medo, né?”*

Em síntese, a queixada parece ser a espécie que mais divide opiniões: 32,5% dos entrevistados acham que ela ‘aumentou’ ou ‘aumentou muito’, enquanto 35% disseram que ela ‘diminuiu’ ou ‘diminuiu muito’ e 32,5% não notaram diferença no tamanho populacional. A

onça-pintada é apontada como a espécie que mais aumentou: foi citada por 55% dos moradores como sendo uma espécie que ‘aumentou’ ou ‘aumentou muito’, sendo que somente 2,5% dos moradores acham que houve diminuição no número de animais, e 42% acham que não houve nem aumento nem diminuição da espécie. Já a anta recebeu a mesma pontuação que a queixada em relação a ter ‘aumentado’ ou ‘aumentado muito’ (32,5%), mas sua pontuação foi menor em relação à diminuição populacional: 22% dos moradores acham que ela ‘diminuiu’ ou ‘diminuiu muito’, e 45% não notaram diferença.

#### 4.2.3.3 Emoções/sentimentos

Foi perguntado aos moradores o que eles sentiam em relação à anta, queixada e onça-pintada e, mais especificamente, o que acham que sentiriam se encontrassem esses animais (Figura 28). As respostas variaram entre sentimentos de alegria, prazer, contentamento e medo, receio, apreensão (em alguns casos ambos presentes para a mesma espécie).

A anta revelou-se como a espécie mais querida, com a maioria dos entrevistados relatando que gostariam de encontrá-la e que isso traria contentamento: *“Se tem um bicho que eu olho na TV e tenho um carinho por ele é a anta (...). Queria um bem mansinho pra abraçar”*. Adjetivos como ‘dócil’ e ‘bonita’ foram associados por algumas pessoas para justificar o sentimento, e também as frases que ‘não incomoda’ e ‘não ataca’. Tanto que o ‘medo da anta’ foi reportado pela minoria. Alguns moradores também relataram que gostariam de encontrar o animal para tirar fotos.

O sentimento de medo em relação à onça foi relatado por metade dos entrevistados, acompanhados na maioria das vezes pelas frases que é um animal perigoso, pode atacar e matar pessoas e a criação: *“Não tem como conviver com um bicho perigoso desses. Ela pega galinha, pega porco, vai causar só prejuízo, não vai trazer benefício nenhum. Ela pega até bezerro”*. Em contrapartida, há os moradores que dizem que mesmo com o medo gostariam de encontrar uma onça, desde que à distância, pela curiosidade de ver e tirar fotos. Foi a espécie que menos despertaria contentamento nas pessoas. Dentre os que relataram sentimentos positivos em relação à onça, a maioria diz que ela é bonita e não ataca se não for ameaçada: *“Porque a onça também, ela não te faz nada se você não fizer nada pra ela. Medo dá, mas se você respeita ela, ela vai te respeitar”*.

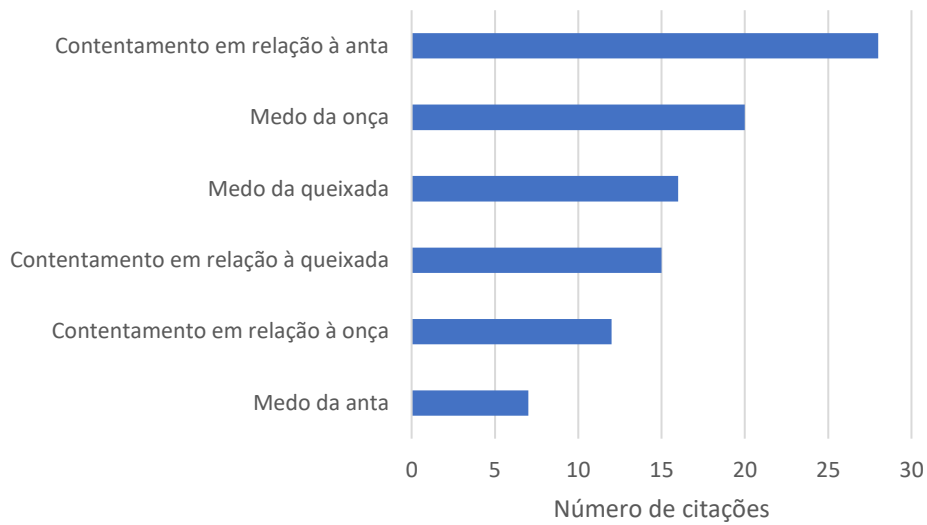


Figura 28. Sentimentos dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR em relação à anta, queixada e onça-pintada (n=40).

A queixada teve praticamente o mesmo índice de citações para sentimentos de medo (40%) e contentamento (37,5%). O medo está associado às características que as pessoas atribuem à espécie, de ser um animal bravo, agressivo, que ataca as pessoas e são perigosos, principalmente quando estão em bandos: *“Eles são mais agressivos. (...) eu não gostaria de estar andando no meio do mato e ser atacado por uma queixada e ter que subir num pé de árvore. (...) eu já vi eles atacarem as pessoas”*. Já as pessoas que dizem que ficariam felizes ao avistar uma queixada não demonstraram uma afeição específica à espécie, como foi relatado no caso da anta, mas aos animais de uma forma geral. A maioria disse que gosta de bichos, que é sempre bom encontrar os animais na natureza, ou conviver com os animais. Uma minoria falou que a queixada é bonita e gostaria de tirar fotos.

#### 4.2.3.4 Atitude

Foi perguntado para os moradores se eles gostariam que houvesse mudanças no tamanho populacional da anta, queixada e onça-pintada, fosse para aumento ou para diminuição do número de animais (Figura 29).

Em relação à anta, 45% dos moradores relataram que gostariam que houvesse aumento populacional, sendo que 12% gostariam que ‘aumentasse muito’ o número de animais. Ou seja, 57% dos entrevistados manifestaram uma atitude favorável à anta, que foi também a espécie menos votada para que houvesse diminuição populacional (2,5%). Os motivos estão relacionados ao que já foi mencionado no item ‘Sentimentos’, que é um animal dócil, bonito e

não atrapalha. Os que gostariam que diminuísse a quantidade destes animais alegaram que eles “*comem muito a plantação*”.

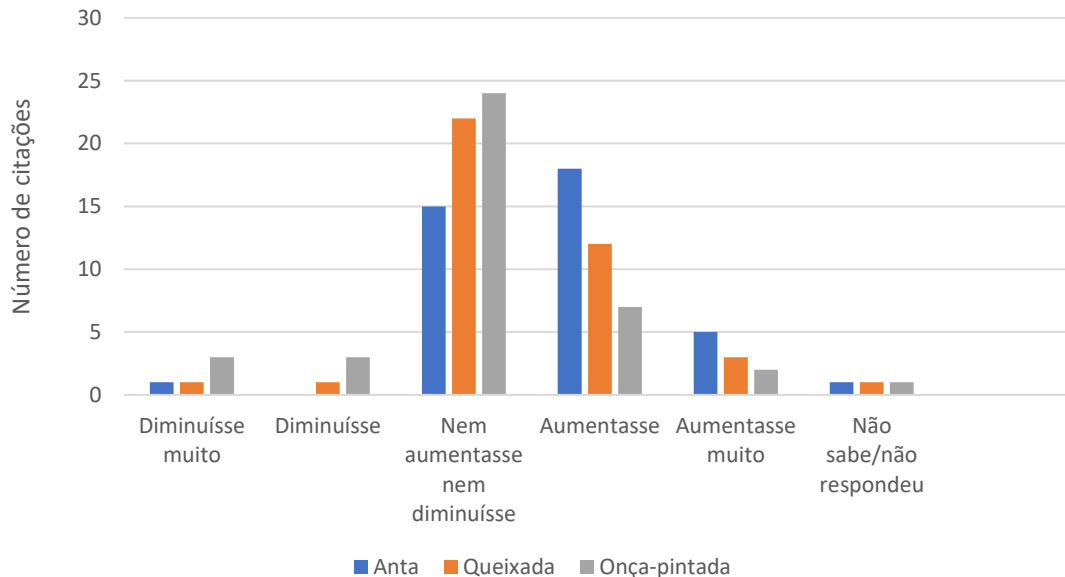


Figura 29. Atitude dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR em relação ao tamanho populacional da anta, queixada e onça-pintada (n=40).

Queixada e onça-pintada tiveram mais preferência para que permanecessem como estão, praticamente empatadas (55% e 60%, respectivamente). A segunda opção mais votada para a queixada foi o desejo que ‘aumentasse’ a população (30%), e na sequência que ‘aumentasse muito’ (7,5%). Os motivos alegados pela maioria foi o gosto pelos animais em geral, por conviver com os bichos, pelo prazer de avistar os bichos na natureza. Alguns relataram que é um animal bonito e não traz prejuízo. Uma pequena minoria relatou apreciar a carne da queixada. Em relação a diminuir, 5% gostariam que ‘diminuísse’ ou ‘diminuísse muito’ o número de queixadas, alegando ser um animal brabo, que predador a criação e come a plantação.

Em relação à onça, sua 2ª opção mais votada foi que ‘aumentasse’ (17,5%), seguida das opções ‘diminuísse’ e ‘diminuísse muito’ (7,5% para cada). É a espécie que menos foi citada para o aumento e a mais citada para diminuição populacional. Dentre os que gostariam que aumentasse o número de animais, os motivos principais variam entre a percepção que ela não ataca, não atrapalha e o fato de gostarem dos bichos de uma maneira geral. Uma minoria fala da função ecológica da onça na natureza. Já para aqueles que gostariam que diminuísse a população, os fatores alegados são principalmente a predação de animais e o risco de ataque a pessoas:

*“O pessoal do meio ambiente, eles acham lindo tirar uma foto de uma onça no mato. Eu também acho bonito. Mas ela é predadora. Na minha opinião ela tem que estar lá no Pantanal, na Amazônia, que lá tem comida. Aqui é meio complicado, a onça veio aqui na vizinha, entrou no galinheiro e matou 16 patos e galinhas numa noite. E podia até ter matado a mulher (...).”*

Foi perguntado também aos entrevistados o que sentiriam caso a anta, queixada e onça-pintada entrassem em extinção. A grande maioria relatou que ficaria ‘triste’ caso isso acontecesse, resposta essa citada com praticamente o mesmo índice para as três espécies (80% para a anta e 77,5% para queixada e onça). As outras opções foram escolhidas em menor escala (Figura 30).

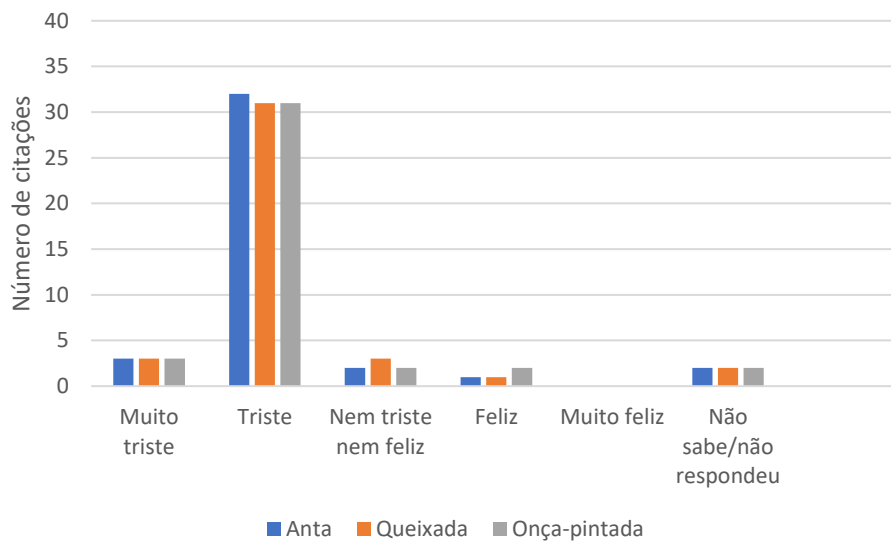


Figura 30. Sentimento dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR em relação à suposta extinção da anta, queixada e onça-pintada (n=40).

Ao serem questionados pelo motivo do sentimento de tristeza por uma suposta extinção das espécies, as respostas eram dadas ora separadamente, de acordo com a espécie, ora de forma geral, como por exemplo ‘os bichos são importantes para a natureza’ (Figura 31).

Dentre as justificativas mais citadas, o fato que simplesmente os bichos ‘não podem acabar’ teve um destaque, independente de qual seria a função deles na natureza ou qualquer outro motivo mais tangível. Dentre os que deram essa resposta, alguns diziam que “*precisa ter*” os bichos, “*é da natureza*” ou “*faz parte*”, mesmo sem uma explicação mais concreta: “*Porque tem que ter o animal também, né? Tem que ter, todas as espécies têm que ter*”.

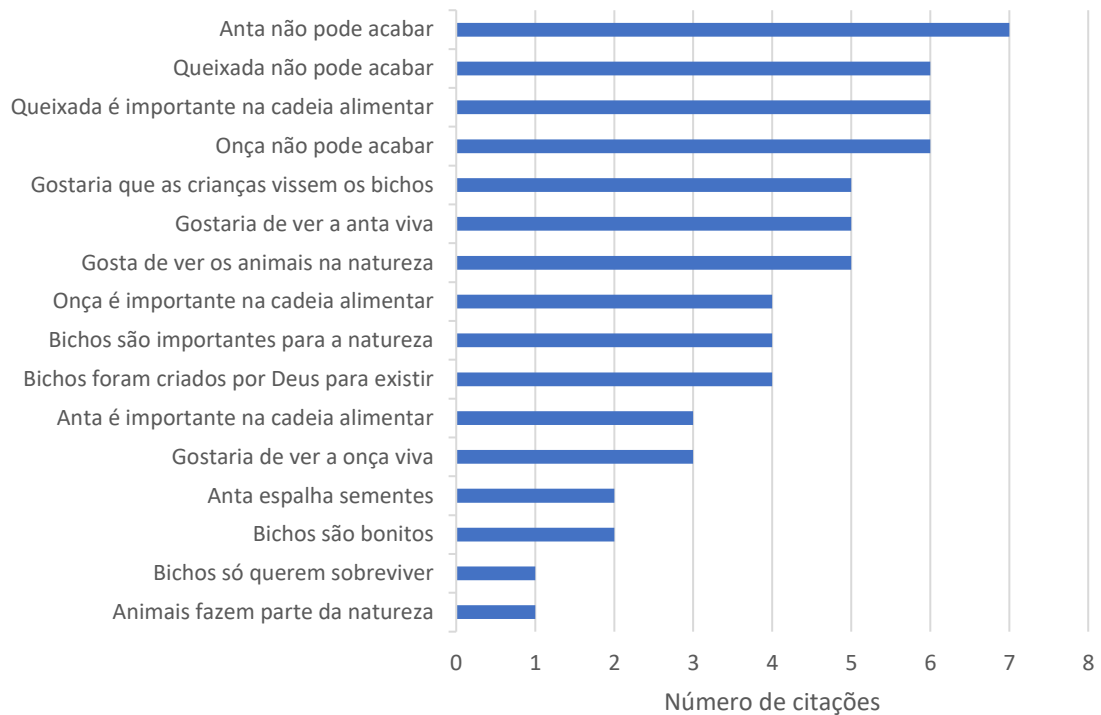


Figura 31. Justificativas dos moradores do entorno da Reserva Biológica Bom Jesus-PR para o sentimento de tristeza em relação à possível extinção da anta, queixada e onça-pintada (n=40).

Para os que não ficariam ‘nem triste nem felizes’, o motivo alegado é que os bichos não fazem diferença na sua vida. E dentre a minoria que ficaria feliz, a justificativa é que os animais comem lavouras e criação.

#### 4.2.3.5 Aceitação das espécies

Ainda sobre a relação dos moradores com as três espécies, foi feita uma pergunta mais específica sobre aceitação, se os entrevistados aceitariam a presença da anta, queixada e onça-pintada, caso elas começassem a aparecer mais na região onde moram. A anta foi novamente a espécie mais acolhida, com 80% de aceitação entre os moradores e baixíssimo índice de rejeição. A espécie que seria menos aceita foi a onça, com 45% de aceitação e 30% de rejeição entre os moradores. Já a queixada teve 60% de aceitação e 17,5% de rejeição (Figura 32).



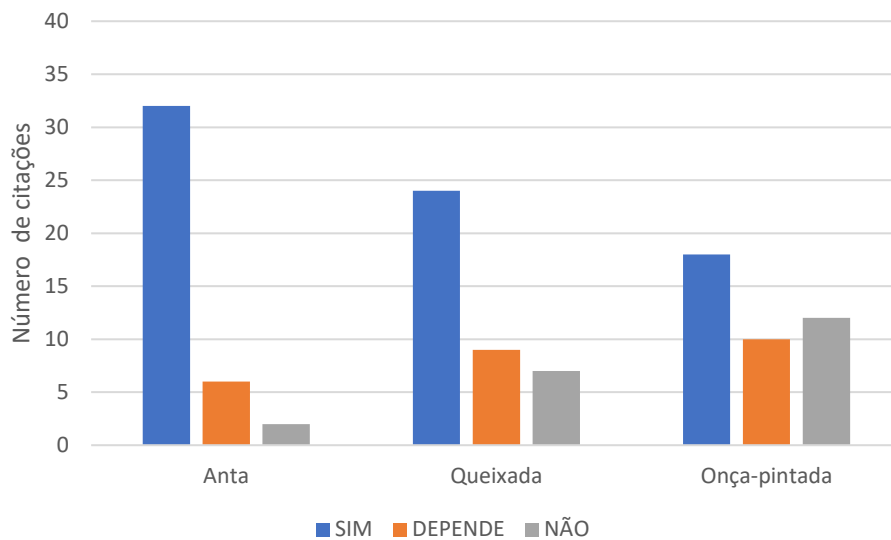


Figura 32. Grau de aceitação da anta, queixada e onça-pintada pelos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR (n=40).

Todas as espécies obtiveram a resposta ‘depende’, e para todas a aceitação estaria condicionada ao fato de os animais não trazerem prejuízo material (dano à lavoura ou à criação), afetivo (predação de animais domésticos) ou ameaça à vida humana. Uma certa distância espacial foi mencionada como sendo algo desejável, no sentido de eles não chegarem tão perto a ponto de atrapalharem ou ameaçarem: *“Eu gostaria que eles continuassem aqui com a gente, mas no habitat deles. (...) Mas se for atacar uma criação, atacar uma criança, eu prefiro que eles fiquem no mato”*.

Em relação aos motivos que justificariam a aceitação das espécies, os mais citados foram que eles ‘não atrapalham’, sendo que a anta foi a mais reportada para esta categoria (Figura 33). Uma atitude favorável em relação aos animais em geral também foi um dos mais comentados, pois no caso são pessoas que gostam de ver os bichos na natureza: *“Legal, sempre que estou andando no mato e vejo um bicho, é dez. Gosto dos animais, todos. ‘Olha a onça, eu vi a onça’. Legal! É uma emoção”*. Em menor escala, alguns comentários foram que as pessoas gostariam de ver os animais pessoalmente e que a presença deles é um indício que o ecossistema está saudável, conservado. Algumas das demais justificativas para a aceitação já haviam sido comentadas nos itens ‘sentimentos’ e ‘atitude’, como o fato da anta ser considerada bonita e dócil, por exemplo, e o item que os ‘animais só querem sobreviver’.

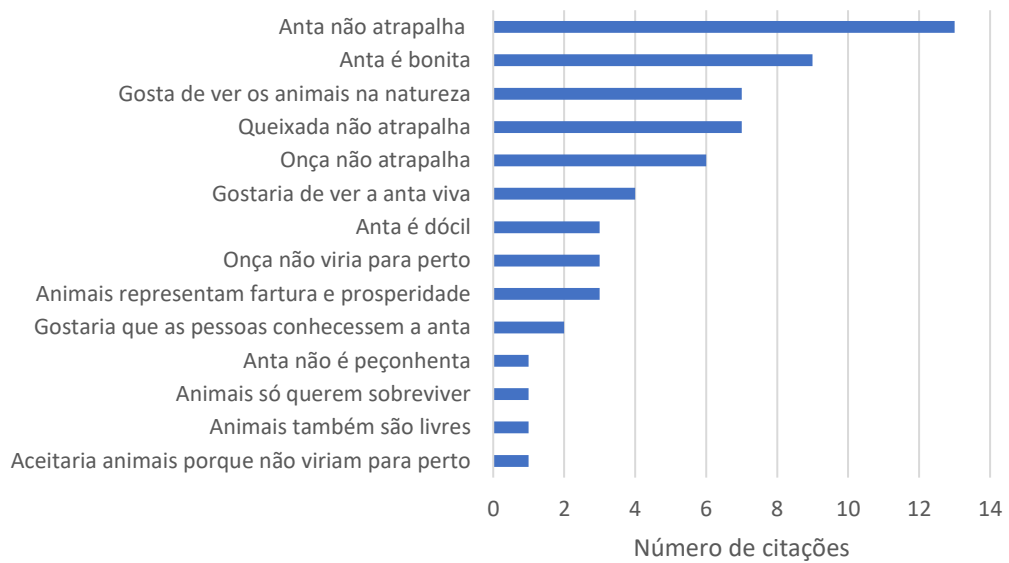


Figura 33. Justificativas dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR para a aceitação da anta, queixada e onça-pintada nas regiões onde moram (n=40).

Dentre as justificativas para a rejeição das espécies, o mais citado foi em relação à onça, com 17,5% dos moradores dizendo que não a aceitaria porque ela preda os animais (Figura 34). Em seguida, o próximo item também foi relacionado a prejuízo material, desta vez associado à queixada (15%): “*O porco-do-mato (...) pra nós, na lavoura, é bom que ele não apareça. Porque senão, você vê um bando desse por aí, (...) numa roça, meu Deus! É melhor que fique como está*”.

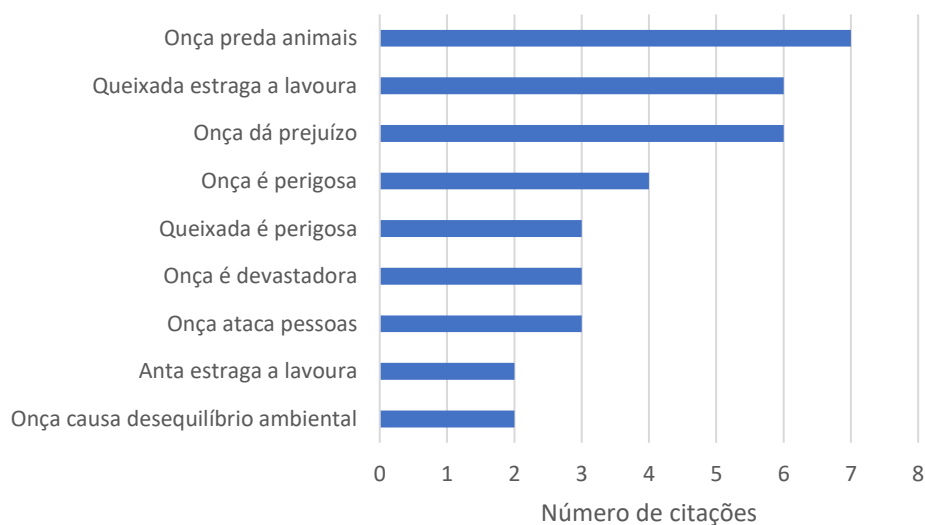


Figura 34. Justificativas dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR para a rejeição da anta, queixada e onça-pintada (n=40).

A onça foi protagonista nesta seção, estando presente em 6 das 9 justificativas apresentadas pelos moradores, com comentários como ‘a onça é devastadora’ e ‘ataca pessoas’: “*Eu queria que tivesse menos [onça] porque ela é uma devastadora do mato. Ela pega as outras cacinhas, cacinhas pequenas. (...) Ela diminuiu a caça. Porco-do-mato ela pega, cateto ela pega*”. Em relação à anta, uma pequena minoria demonstrou rejeição a esta espécie alegando que ela estraga a lavoura (5%).

Foi perguntado também aos entrevistados se eles achavam que os outros moradores aceitariam a anta, a queixada e a onça-pintada (Figura 35). Todas as espécies tiveram diminuição no índice de aceitação, enquanto o índice de rejeição aumentou, indicando que os moradores acreditam que seus vizinhos aceitariam menos as espécies e rejeitariam mais do que eles próprios (com exceção da queixada, que teve o mesmo índice de rejeição).

Alguns moradores optaram por se abster de dar a resposta, alegando que não gostariam de falar pelos outros, ou que não podiam dar essa resposta porque “*cada um tem a sua cabeça, seu pensamento, vai saber*”. Por conta disso, as três espécies obtiveram praticamente a mesma quantidade de citações na categoria ‘não sabe/não respondeu’. Em relação à categoria ‘depende’, as justificativas também se relacionavam aos possíveis prejuízos ou ameaças que os animais poderiam trazer. Também foi mencionado o fato que ‘depende’ se for um morador nativo ou que veio de fora, alegando que estes valorizam mais a biodiversidade, enquanto os nativos ainda praticam extrativismo: “*O pessoal, os nativos daqui, acabariam com ela [a onça]. A gente que é mais de fora, a gente preserva, tudo, mas eles eu acho que não*” (mais detalhes sobre as características das comunidades no item 4.2.9).

Na opinião dos moradores, os motivos pelos quais os vizinhos aceitariam ou rejeitariam as espécies seriam praticamente os mesmos reportados por eles quando foram diretamente perguntados sobre essa questão. Em síntese, os mais citados no quesito aceitação foram que os animais não atrapalham e/ou não dão prejuízo, com ênfase maior para a anta, e que os moradores gostam de conviver com os animais, que eles fazem parte da natureza: “*Eles gostariam da anta também. Anta podia andar aí. Ninguém se incomoda*”.

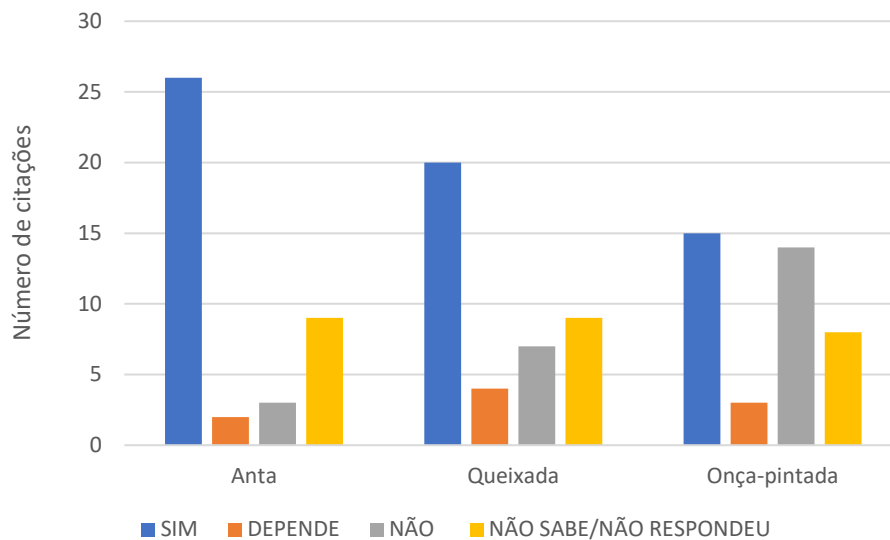


Figura 35. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre a aceitação dos vizinhos em relação à anta, queixada e onça-pintada (n=40).

No quesito rejeição, as justificativas mais citadas pelos moradores também foram que seus vizinhos se incomodariam com o fato de a onça preda animais e poder atacar as pessoas, e com a possibilidade da queixada estragar a lavoura. Além disso, alguns mencionaram que os vizinhos acham a onça e a queixada perigosas, e que as pessoas têm medo da onça.

*“Imagina, os queixadas invadindo a plantação deles ali, que que pode dar? Ninguém vai gostar, vai dar problema. (...) O que eu tenho visto nos livros dos produtores é que os caras detestam, eles não querem, é muito problema pra eles. E daí cresce demais lá, sei lá, eles metem bala. Ou o queixada ou a plantação deles.”*

Um tema que apareceu nesta temática, quando os entrevistados falavam sobre os outros moradores, foi a questão da caça. Foi frequente o comentário que os vizinhos aceitariam, sim, as espécies, mas para caçá-las. Por conta da frequência, esta categoria de respostas foi codificada como ‘sim, para caçar’, para poder ser visualizada em outra figura. Ou seja, quando havia um adendo à resposta ‘sim’, alegando que a espécie seria caçada, foi feita uma outra pontuação para o código ‘sim, para caçar’. Pode-se observar na Figura 36 a diminuição que houve para a resposta ‘sim’ quando se incluiu esta categoria da caça. Esta categoria não foi incluída nas respostas sobre aceitação que concerniam somente aos próprios moradores porque nenhum morador admitiu diretamente a atividade de caça nessa questão.

A queixada foi a espécie que seria a mais caçada pelos vizinhos, na opinião dos moradores (30%), superando neste caso o índice de aceitação, que diminuiria para 20%. A anta recebeu quase a mesma quantidade de citações (25%), e a onça um pouco menos (15%). Anta

e queixada foram mais mencionadas nesse item por serem animais cuja carne é apreciada e também por ser vendida no comércio:

*“Tem um pessoal aí que eles vivem à base de caça, e eu não sei se eles vissem rastro de anta se eles não iam perder uns dias atrás, sabe? Caçam pra comer. Alguns até vendem também (...) Eu acredito que se aparecesse, alguém ia correr atrás. Queixada também. Tem aqueles que vão querer matar e aqueles que vão querer preservar. Tem de tudo”.*

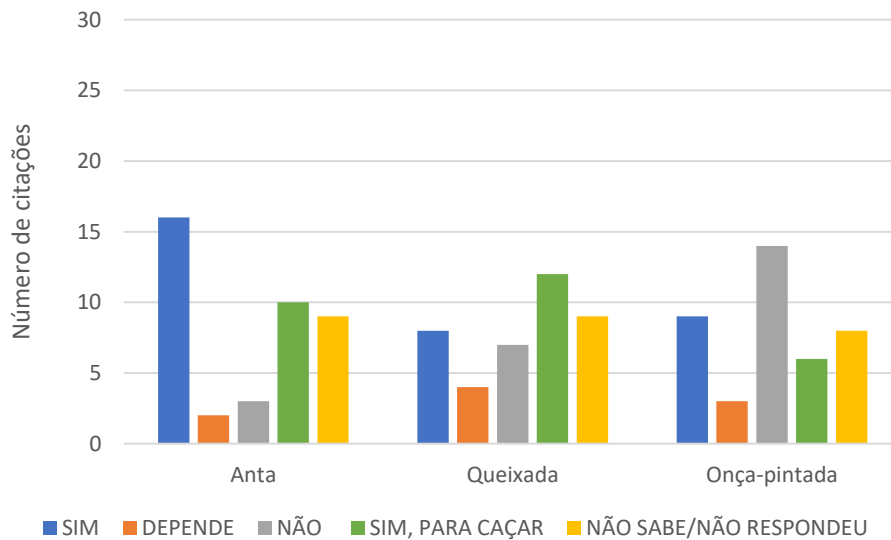


Figura 36. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre a aceitação dos vizinhos em relação à anta, queixada e onça-pintada, considerando a atividade de caça (n=40).

#### 4.2.4 Motivação para caça

Por ser um tema sensível, já que se trata de uma atividade ilegal, não foi feita nenhuma pergunta direta sobre a atividade de caça aos entrevistados. Porém, o assunto surgiu espontaneamente, tal como foi mencionado no item anterior, e por conta disso a temática foi tabulada em 6 categorias (Figura 37).

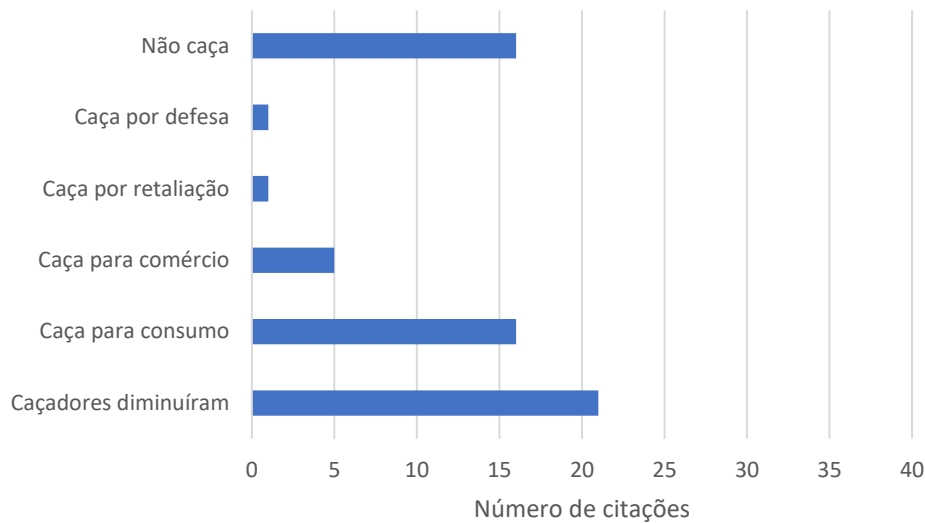


Figura 37. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre a atividade de caça na região onde moram (n=40).

Quando o entrevistado mencionava alguma atividade de caça, ele a atribuía aos moradores do entorno de uma forma geral. Nesses casos, o próprio entrevistado informava qual seria a motivação para a caça ou a pesquisadora indagava. A caça para consumo foi a mais comentada, com 40% de citações, seguida da caça para comércio (12,5%).

Conforme já mencionado, nenhum entrevistado admitiu diretamente a atividade de caça na atualidade, porém 40% se posicionaram espontaneamente dizendo que não caçam. Dentre estes, alguns admitiram já terem praticado a atividade de caça, mas que abandonaram porque não precisam mais, alguns influenciados pelos filhos ou porque adquiriram uma certa afeição pelos animais e não conseguem mais matar.

Mais da metade dos entrevistados (52,5%) disseram que não há mais tantos caçadores na região como havia antigamente. Além daqueles que admitiram que já foram caçadores e não são mais, alguns relataram o que escutavam dos pais ou avós sobre a atividade de caça, ou o que eles mesmos presenciaram. Tal como foi comentado no item sobre percepção do tamanho populacional, alguns entrevistados falaram que os jovens não têm interesse em caçar, e aliado a isso o fato que eles vão embora para outros lugares e que quem caçava está velho atualmente ou já morreu:

*“A maioria dessas pessoas mais antigas, que caçavam, alguns já se foram e os filhos já não ficaram aqui, vão saindo. A maioria dos filhos já não pega mais aquele ritmo do pai, então eles já vão saindo pra procurar serviço em outro lugar”.*

#### 4.2.5 Conhecimento

Foi feita uma série de perguntas para medir o conhecimento dos moradores em relação ao papel das UCs, funcionamento da gestão, tipos de UC, dentre outros detalhes, assim como para medir o conhecimento sobre os riscos de extinção da flora e da fauna (Figura 38).

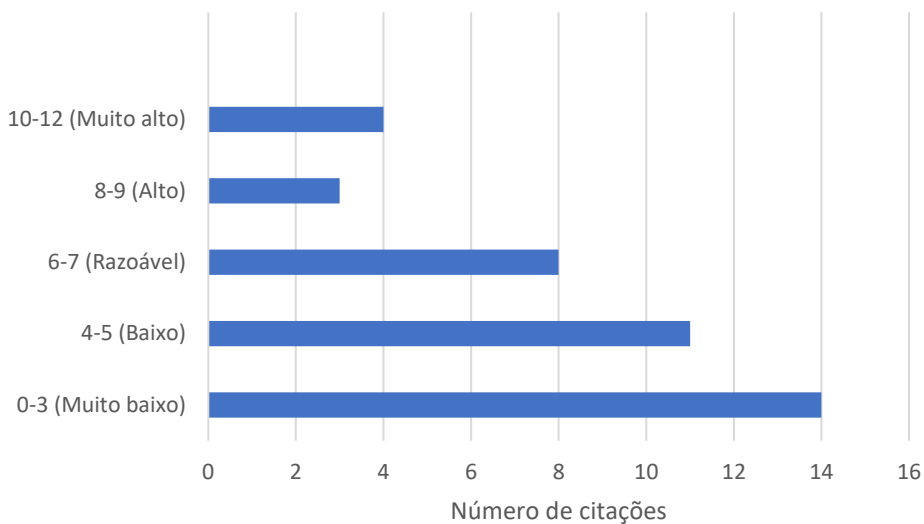


Figura 38. Índice de conhecimento dos moradores do entorno da Reserva Biológica Bom Jesus-PR sobre as Unidades de Conservação e os riscos da flora e da fauna (n=40).

Nota-se que a maioria dos entrevistados demonstrou conhecimento ‘baixo’ (27,5%) ou ‘muito baixo’ (35%), sendo que conhecimento ‘alto’ foi um dos menos pontuados (7,5%), quase empatado com conhecimento ‘muito alto’ (10%), e 20% apresentaram conhecimento ‘razoável’.

Sobre as UCs, em geral os entrevistados sabem que moram em um local que é uma área de preservação, submetido a leis que restringem o uso do solo e os espaços para visitação. Praticamente todos sabem que a caça é uma atividade proibida. Quando se aprofunda as questões para medir detalhes mais específicos, o índice de conhecimento vai diminuindo. São frequentes as confusões entre os diferentes tipos de UCs e suas diretrizes, às vezes com entendimentos que fazem ou são a mesma coisa:

*(...) tem o Salto Morato lá (...), mas acho que não entra qualquer um. Tem que agendar, não pode ir numa moto e colocar em cima de uma grama. É muito restrito, se visita acho que é os grandes lá de cima que já vêm com ordem lá do Clóvis [presidente da SPVS]. Salto Morato pertence à SPVS também. Mas a comunidade aqui nunca teve acesso a lugar nenhum da SPVS. O povo nativo, as comunidades daqui, nunca tiveram acesso.”*

No geral, os entrevistados sabem que existe a SPVS, o Boticário e a APA, que são nomes mais conhecidos. Alguns se referem ao “Parque” ou à “Reserva”, sem deixar muito claro se estão se referindo a alguma RPPN da SPVS, à Rebio Bom Jesus ou a alguma outra coisa. Poucos têm o discernimento que as UCs são diferentes entre si, quais seriam as especificidades de cada uma, qual o papel específico de órgãos como o ICMBio e a polícia ambiental, qual a origem da verba que sustenta as UCs, dentre outros detalhes de funcionamento.

Foi perguntado, por exemplo, se os moradores podiam participar das decisões relacionadas às UCs, e se sim, de que forma (Figura 39). Dentre os 32,5% que responderam afirmativamente, uma minoria demonstrou conhecimento específico sobre os conselhos. Estes normalmente eram líderes comunitários ou têm/já tiveram participação mais ativa nos conselhos. Os outros responderam que a forma de participação é “pelas reuniões”, e a maioria não sabe ou acha que não é possível participar destas decisões: “*Não sei se é possível, só sei que eles fazem tudo debaixo do pano, quando você vê ‘tá’ feito*”.

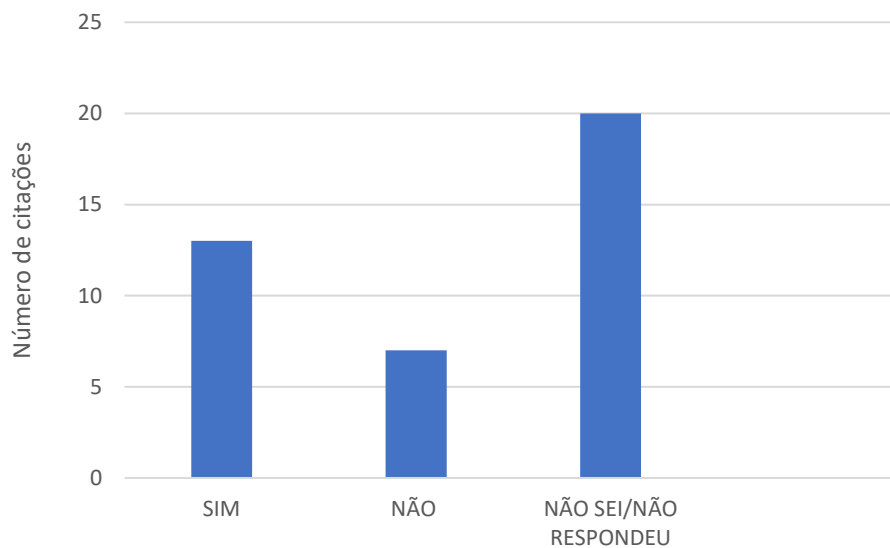


Figura 39. Índice de conhecimento dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre a possibilidade de participação nas decisões relacionadas às UCs (n=40).

Foi perguntado também aos moradores qual(s) seria(m) a(s) UC(s) mais perto de onde moram, sendo que foram consideradas respostas corretas a Rebio Bom Jesus, a APA de Guaraqueçaba e a SPVS, enquanto representativa de qualquer uma das RPPNs de sua propriedade que circundam a Rebio. Para cada resposta dessas havia uma pontuação. A SPVS foi de longe a mais citada (60%), sendo lembrada por mais da metade dos entrevistados, seguida da Rebio Bom Jesus (22,%) e da APA de Guaraqueçaba (17,5%). Para efeito de dados



qualitativos, todas as respostas foram consideradas, mesmo aquelas que não são UCs, como o ICMBio e a Reserva de uma forma genérica (Figura 40).

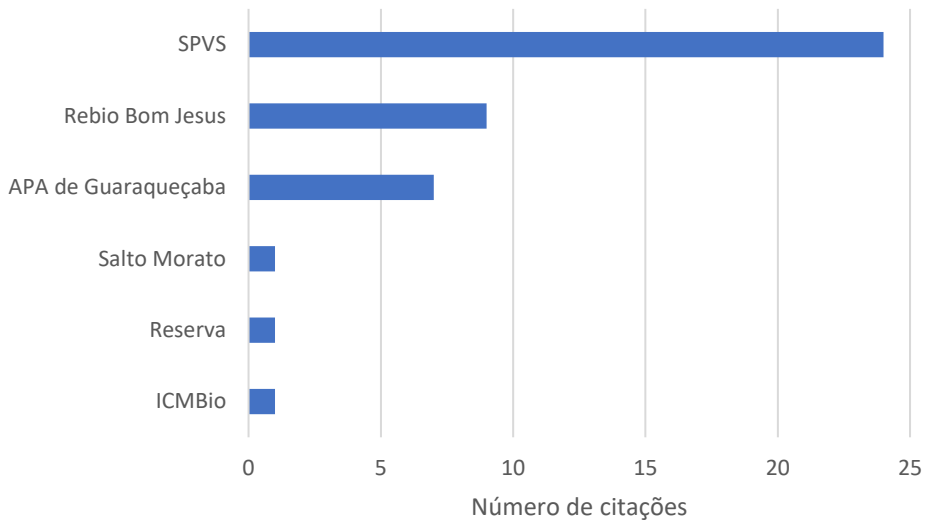


Figura 40. Índice de conhecimento dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre a (s) UC (s) mais perto da região onde moram (n=40).

Especificamente sobre a Rebio Bom Jesus, pouco mais da metade dos entrevistados relataram que sabem onde fica a Rebio, ou pelo menos já ouviram falar. Alguns lembraram dela espontaneamente, quando foram perguntados sobre a UC mais próxima, e outros somente quando foram perguntados diretamente se conheciam ou já ouviram falar da Rebio. Particularmente na comunidade do Cedro, onde existem algumas placas com o nome da Rebio, alguns moradores relataram que têm conhecimento porque viram as placas, mas sem necessariamente saber do que se trata: *“Já ouvi falar, que é pra lá, mas não sei como explicar, ninguém me fala o que significa essa Reserva Bom Jesus. Nem sei onde que é também. Não sei pra que serve.”*

Sobre a gestão da Rebio, foi feita uma questão de múltipla escolha aos moradores indagando se eles sabiam quem seria o responsável por tomar as decisões concernentes à UC (Figura 41). Cerca de 17% dos entrevistados disseram a resposta certa, que cabe ao gestor ou chefe da Unidade (ICMBio também foi considerada uma resposta correta). A maioria dos entrevistados não sabia dizer quem seria, e em uma menor escala alguns entrevistados falaram que seria o governador, a SPVS ou o Ibama.

Em relação ao conhecimento sobre os riscos de extinção da flora e da fauna, cerca de 25% dos entrevistados afirmaram que uma das espécies-alvo da pesquisa (anta) corre risco de extinção, assim como a palmeira juçara. Uma minoria demonstrou conhecimento sobre o risco

de extinção da onça-pintada. O restante acredita que os animais acabam se reproduzindo e, por conta disso, uma extinção seria difícil, aliado ao comentário já mencionado que as pessoas não matam mais.

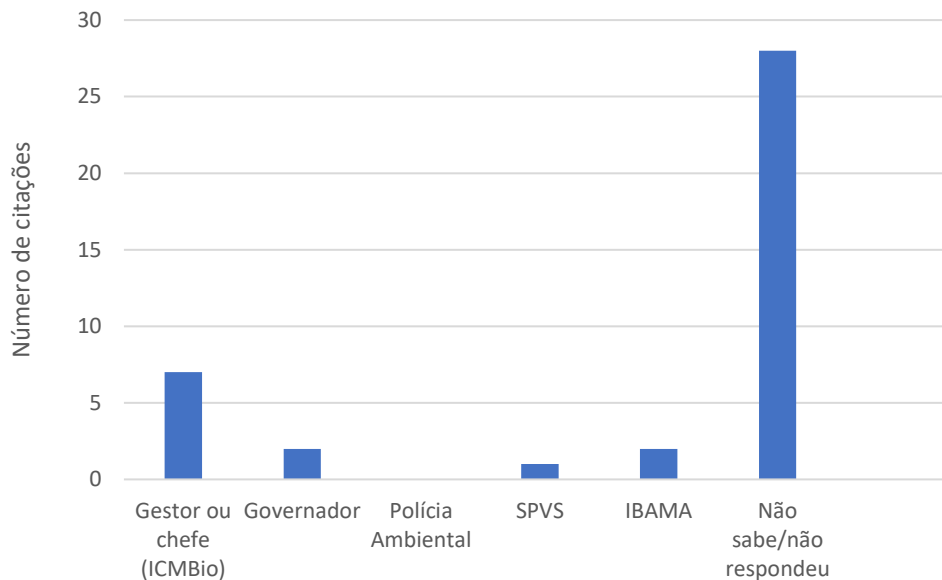


Figura 41. Índice de conhecimento dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre o responsável pela gestão da Unidade (n=40).

Sobre a flora, a maioria relata que o palmito juçara cresce em grande quantidade, que está espalhado por toda a região e a lei de proibição do corte fez com que diminuísse muito o número de palmiteiros, tudo isso impedindo a extinção da espécie. Alguns entrevistados relataram que já fizeram o corte de palmito, para alguns inclusive foi a fonte de renda por um tempo. Dentre estes alguns concordam com uma regularização do corte, mas criticam a forma como a atual lei de proibição está posta:

*“Eles falam que o palmito está em extinção. Não ‘tá’. Eu não concordo. Eu falo pra eles, nas reuniões que eu vou, (...) que eu tenho dó de estar limpando a pupunha e ter um pé de palmito e eu ter que passar a roçadeira nele. Porque se eu deixar ele crescer vai me incomodar. E não posso usar (...). Se eles tivessem uma lei (...) que se criasse uma bitola e eles fiscalizassem o mercado, o corte do palmito poderia ser normal.”*

#### 4.2.6 Relação com as Unidades de Conservação

##### 4.2.6.1 Atitude

Foi perguntado aos moradores se o fato de eles morarem perto de uma (ou mais) área (s) protegida (s) ajudava ou atrapalhava suas vidas. A maioria (65%) relatou ser indiferente a presença das UCs no entorno. Na sequência, 15% relatou que ‘atrapalha muito’ e 12,5%

disseram que ‘atrapalha um pouco’. Em escala bem menor, 5% relataram que ‘ajuda muito’ e 2,5% que ‘ajuda pouco’ (Figura 42).

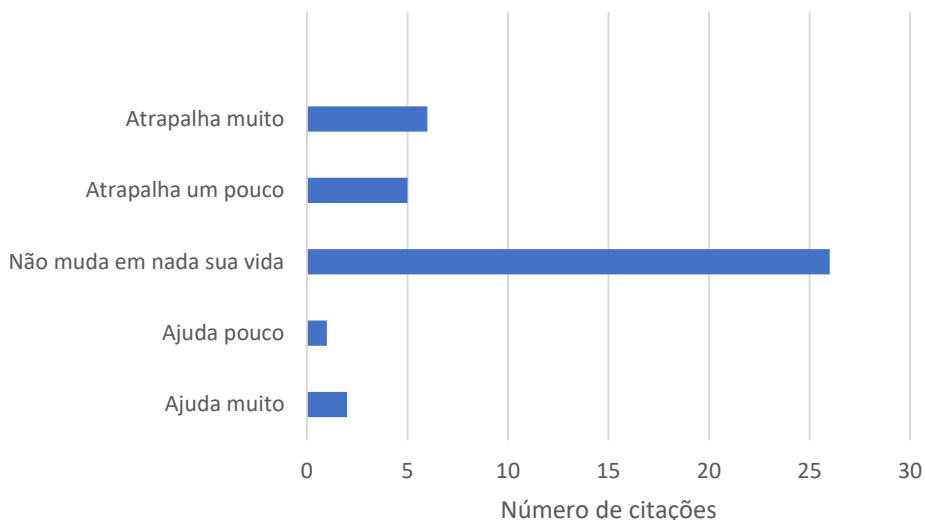


Figura 42. Atitude dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR em relação às UCs da região onde moram (n=40).

Medir a atitude dos entrevistados em relação às UCs foi a temática mais difícil da pesquisa, tanto que se optou por não dividir os moradores entre aqueles que teriam uma atitude positiva e os que teriam uma atitude negativa, pela complexidade dos fatores envolvidos. Foi muito frequente a situação em que o mesmo entrevistado teceu tanto críticas quanto elogios aos órgãos de proteção ambiental. Para alguns, houve dificuldade para responder a questão acima, por dizerem que ao mesmo que atrapalha, também ajuda: *“É bom por um lado e atrapalha um pouco por outro. É bom porque tem que ter as leis, senão desmatam tudo, mas atrapalha nessa parte de demorar muito pra tirar as licenças”*.

Dentre os que responderam que a presença de UCs é indiferente, a maioria agregava comentários à resposta para emitir sua opinião sobre o assunto, fosse um comentário positivo ou negativo: *“Eles [a SPVS] só não gostam que entrem no terreno deles, mas aqui com a gente eles respeitam. É só respeitar o deles e eles respeitam a gente também”*.

As justificativas dos moradores que disseram que as UCs ajudam estavam relacionadas às melhorias na qualidade de vida e ao meio ambiente, como ar mais puro e qualidade da água (mais detalhes serão descritos na sequência). E apesar da quantidade de pessoas que falaram que as UCs atrapalham ter sido relativamente pequena (27,5%), os motivos foram muitos. Ou ainda comentários que demonstravam atitude negativa em relação às UCs apareceram quando falavam sobre os outros moradores – que vai ser descrito na sequência – ou em outros momentos

da entrevista. Ou ainda, conforme já mencionado, mesmo o entrevistado tendo respondido que a presença da UC era indiferente na sua vida, ele emitia comentários negativos: “*Pra mim não atrapalha em nada, mas...*”. Desta forma, para facilitar a apresentação deste resultado, foram listadas todas as justificativas que expressavam uma atitude negativa às UCs. Elas foram codificadas e contabilizadas, em um total de 25 temas (Figura 43).

Quase metade dos entrevistados demonstraram incômodo pelo fato de não poderem usufruir dos recursos naturais da forma como gostariam (42,5%). Em muitas falas os temas apareciam interligados. Por exemplo, a justificativa mais citada, que foi a restrição da liberdade, aparecia facilmente com outras como ‘proteção das UCs é exagerada’ e ‘UCs não orientam’.

*“Eles chegam aí, embargam a gente de trabalhar... Se o caminho não é esse, tem que mostrar outro caminho. Mas eles não mostram. Só diz que é proibido e pronto. E se a gente teimar, multa, prende. É assim que ‘tá’ o negócio aqui. (...). Atrapalha tudo, porque a pessoa que mora aqui tem que fazer a rocinha dele pra colher uma batata-doce, uma mandioca, uma banana. Mas do jeito que ‘tá’ ninguém pode plantar mais nada.”*

As outras duas justificativas que vieram na sequência, empatadas com 20% de citações, também são facilmente interligadas, pois dizem respeito à relação das UCs com os moradores (‘UCs não se preocupam com as pessoas’ e ‘UCs não trazem benefícios aos moradores’), e que também se relacionam a outras justificativas menos citadas, como ‘UCs não consultam as pessoas’ e ‘não tem diálogo com UCs’. Apareceram juntas em algumas falas dos entrevistados:

*“Atrapalha, porque com eles não têm diálogo, por ex, não existe um estudo de comunidades com órgãos ambientais, ou com as UCs, lideranças que coordenam isso. Eu estou há 15 anos morando aqui, sou um líder (...). Nunca me chamaram. Assim é as UCs (...). Ou seja, faz tudo do jeito deles (...). Não vieram ver se o povo precisa daquela propriedade (...) para alguma coisa. Então essas coisas que estão erradas.”*

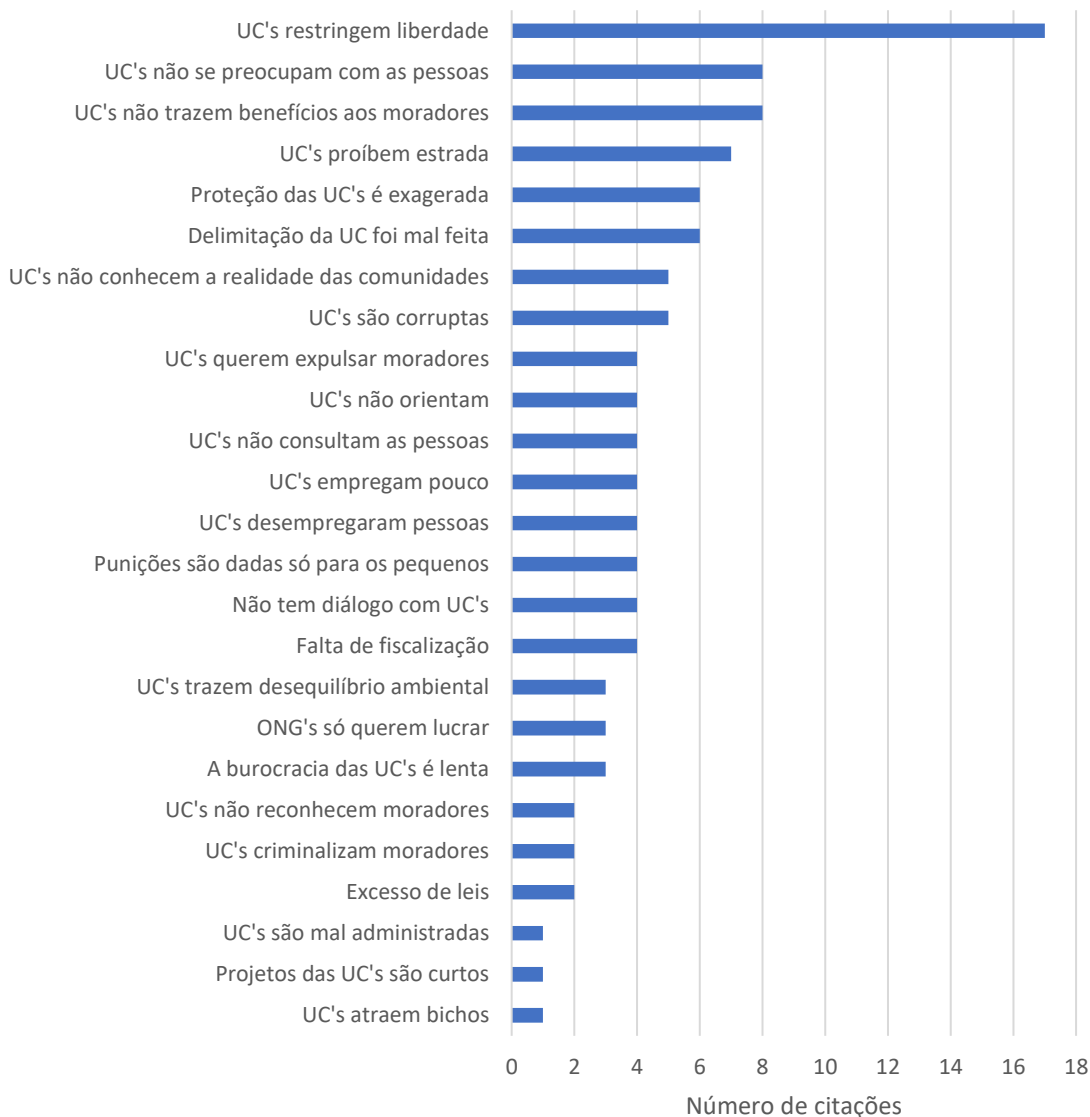


Figura 43. Justificativas para atitude negativa dos moradores do entorno da Reserva Biológica Bom Jesus-PR em relação às UCs da região onde moram (n=40).

Algumas justificativas estão ligadas a crenças ou boatos que circulam, como ‘UCs trazem desequilíbrio ambiental’, que está ligada à ideia que as UCs soltaram onças que predam em excesso os animais, conforme já foi mencionado. Ou ainda, uma das mais citadas e que se mostra como uma questão cara aos moradores, que é a ideia que ‘UCs proíbem estrada’, e para algumas pessoas se liga aos imaginários sobre os funcionamentos das UCs:

*“Eu não gosto porque eles não ajudam a gente em nada, só atrapalham (...). O que eles querem hoje é que o morador saia daqui. Inclusive a estrada, nunca foi aprovada nada de melhoria por isso (...). Hoje nem ônibus não temos (...). E são essas ordens aí, esses órgãos ambientais que prejudicam isso. Eles que não deixam. Porque (...) eu não tenho conhecimento disso, mas a gente escuta falar, esses órgãos mandam muito dinheiro pro*

*município, então se entrar um asfalto, daí vai aumentar a população, aí já não vai vir a verba pra eles.”*

A mesma pergunta, se a presença de UCs atrapalha ou ajuda, foi feita aos entrevistados indagando a percepção deles sobre qual seria a opinião dos outros moradores da região. Diferente do primeiro resultado, foi a opção ‘atrapalha um pouco’ a mais citada, por 40% dos entrevistados. Em seguida ‘atrapalha muito’ e ‘não muda em nada’ vieram praticamente empatadas, com cerca de 20% (Figura 44).

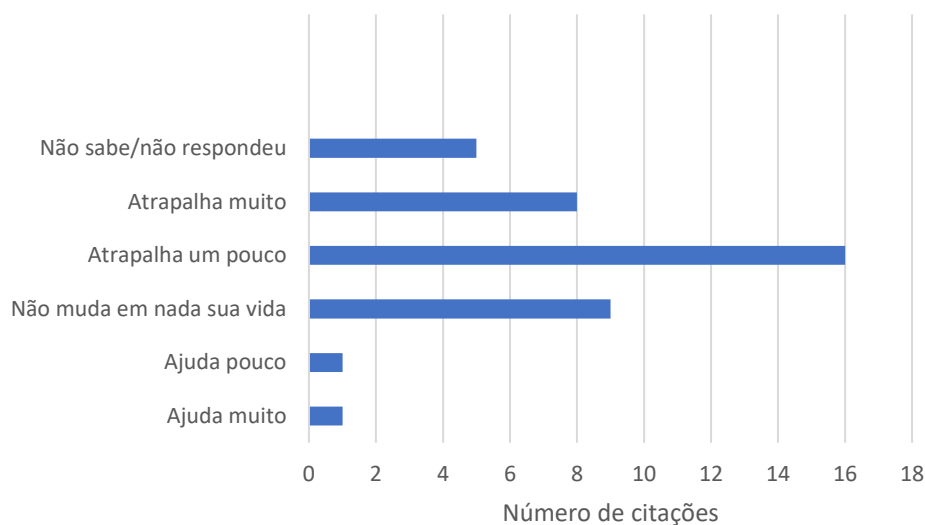


Figura 44. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre a atitude dos vizinhos em relação às UCs da região onde moram (n=40).

As justificativas para essa questão foram similares às que foram dadas quando os entrevistados foram perguntados diretamente. Mais da metade dos entrevistados (57,5%) falaram que os outros moradores se incomodam com as restrições de uso dos recursos naturais por conta da presença de UCs:

*“Pra eles atrapalha muito mais ainda. Porque nós achamos que, mesmo que atrapalhe, nós ‘se’ adaptamos, nós sabemos levar a natureza, nós sabemos ter contato com ela, e sabemos delimitar um pedacinho pra nós ali e ficar ali. Mas acho que ‘pros’ outros atrapalha ainda mais, por causa de plantação, por causa de caçar, dos impedimentos, essas coisas que eles querem fazer, então atrapalha bastante”.*

Foi perguntado também aos entrevistados se eles achavam que as UCs são importantes, e para justificar a resposta. A maioria (80%) respondeu que sim, que as UCs têm importância por uma ou mais razões (Figura 45). Dentre os motivos apresentados, o mais citado foi que elas

‘preservam a natureza’, relatado por 55% dos entrevistados (Figura 46). Em menor escala, foi dito que elas contribuem para preservar a fauna especificamente, e para a qualidade de vida das pessoas, no sentido de terem ar e água mais puros na região: *“Pra mim do jeito que ‘tá’ aí ‘tá’ bom. Pra mim não interfere em nada no meu serviço, nem na minha vida, só a qualidade de vida é melhor porque eles protegem a mata. Aí vem um ar mais puro pra gente”*.

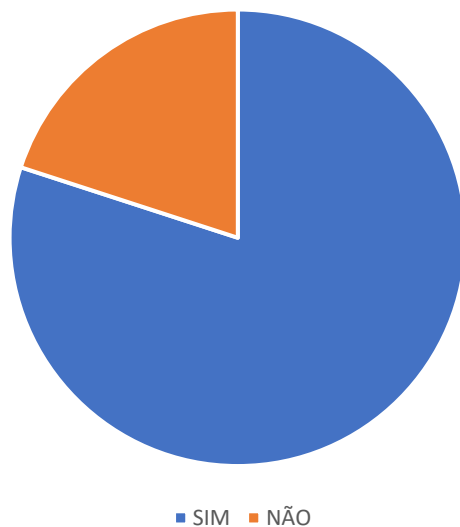


Figura 45. Resposta dos moradores do entorno da Reserva Biológica Bom Jesus-PR em relação à importância das UCs (n=40).

Percebe-se por esse resultado que alguns dos entrevistados que responderam que ‘UCs atrapalham’ ou que ‘não mudam em nada’ ao mesmo tempo falaram que elas têm uma função importante, indicando uma tendência a valorizar a conservação (mais detalhes no item 4.2.7): *“Pra mim não muda em nada. Se não tiver... Quer dizer, tem que ter, não pode desaparecer [as UCs]. É bom ter. Quanto mais tiver espécie que aparecer melhor. Mas pra mim não muda, porque a gente vai vivendo, a vida da gente é trabalhar, pescar”*.

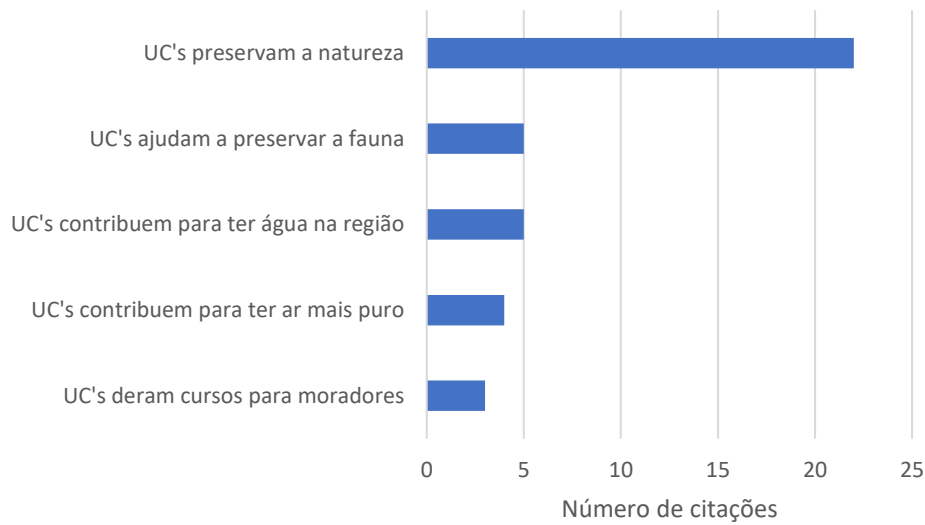


Figura 46. Justificativas dos moradores do entorno da Reserva Biológica Bom Jesus-PR em relação à importância das UCs (n=40).

Também foi perguntado aos entrevistados se eles achavam que os outros moradores da região consideravam que as UCs tinham alguma importância (Figura 47). A resposta mais citada (42,5%) foi que 'não sabe/não respondeu'. Na sequência 37,5% dos entrevistados relataram que acham que para seus vizinhos as UCs não são importantes, enquanto para 20% os vizinhos diriam que sim, que as UCs têm sua importância.

Dentre os que responderam que para os vizinhos as UCs não são importantes, os motivos normalmente se relacionavam ao que já foi apresentado sobre as justificativas para atitude negativa em relação aos órgãos de proteção ambiental, principalmente sobre as restrições de uso e a falta de olhar para as pessoas: *“Só pros bichos [é importante]. Pro povo não é. (...). Pros bichos é, porque eles têm onde andar. Mas o importante é alimentar o ser humano, não os bichos. Mas tem gente que dá mais valor num bicho do que num ser humano”*.

Já dentre aqueles que falaram que os vizinhos consideram as UCs importantes, os motivos foram os mesmos relatados pelos entrevistados sobre a importância das UCs: *“Uns gostam e outros não. Mas a maior parte do pessoal acho que sim. Porque eles veem que é benefício pra gente mesmo, do lugar”*.



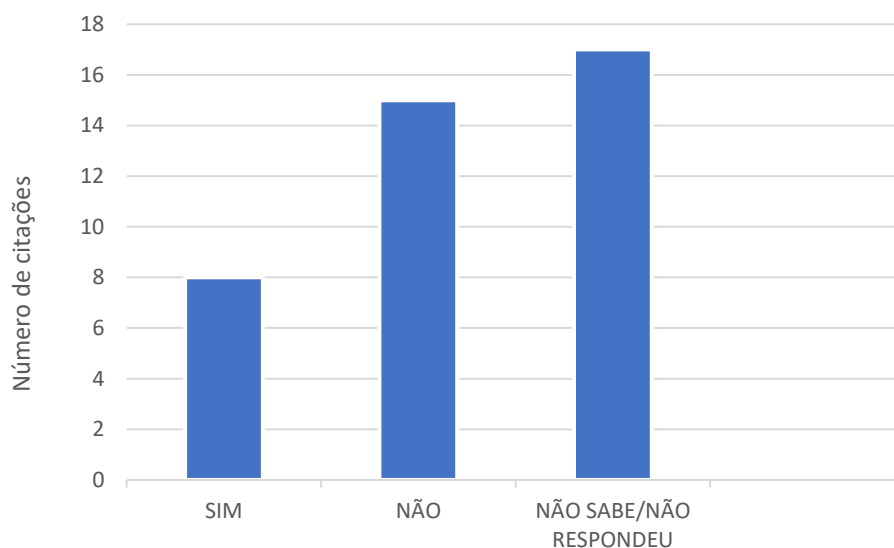


Figura 47. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre as respostas dos vizinhos em relação à importância das UCs (n=40).

#### 4.2.7 Valor

Uma das questões do instrumento de pesquisa foi se os entrevistados teriam orgulho da região onde moram, com o objetivo de investigar se a conservação da natureza é um valor para eles, considerando que se trata de uma área de Mata Atlântica preservada.

A grande maioria (90%) respondeu que sente muito orgulho da região (Figura 48), que gostam de morar ali, muitos dizendo que não têm vontade de estar em outro lugar. Os motivos alegados foram que valorizam a liberdade e o sossego propiciados por residir em uma área natural, diferente do que consideram o meio urbano; que apreciam as belezas naturais da região, incluindo a flora e a fauna; e pela qualidade da água e do ar: *“A vida aqui é bem melhor. É mais sossegada, a qualidade de vida é melhor, a gente tem o alimento da gente mesmo, banana, mandioca, a hortinha da gente em casa (...). Daí tem peixe na represa, nós criamos galinha, porco... (...) O ar também é melhor, pra criar os filhos é melhor”*. Alguns entrevistados mencionaram as dificuldades que enfrentam na região, principalmente ligadas à infraestrutura e à falta de empregos, mas ainda assim enaltecendo o local e sem que isso fosse suficiente para alterar a resposta.

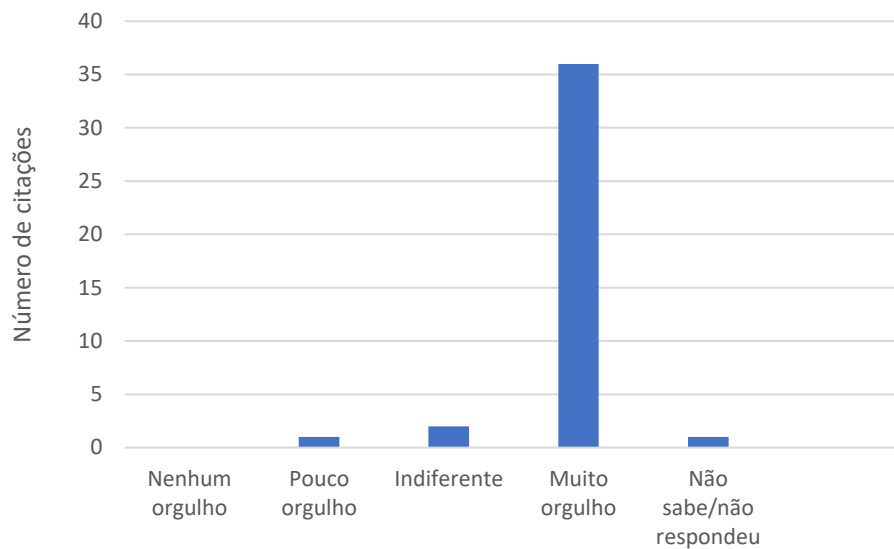


Figura 48. Resposta dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR em relação ao orgulho da região onde moram (n=40).

Os dados que envolviam a questão específica do valor à conservação da natureza foram tabulados e quantificados (Figura 49). Não necessariamente este tema apareceu nesta questão sobre o orgulho, mas foram codificados da mesma forma.

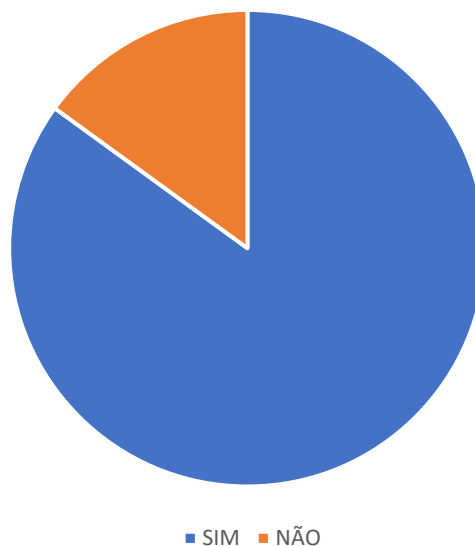


Figura 49. Respostas dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR em relação à conservação da natureza como um valor (n=40).

Pela Figura 49 nota-se que 85% dos entrevistados valorizam a conservação da natureza. Este tema apareceu em vários momentos da entrevista, seja quando falavam do orgulho por morar em uma área natural, ou sobre os sentimentos ligados à extinção dos animais, ou sobre a

aceitação das espécies. Às vezes as justificativas giravam em torno da natureza propiciar mais qualidade de vida, como já foi mencionado, ou pelo valor intrínseco, quando diziam que ‘os bichos não podem acabar’, ‘tem que ter’. Alguns entrevistados associaram este tema ao falar sobre suas percepções em relação aos órgãos de proteção ambiental. Outros diziam que mesmo que não houvesse as UCs os próprios moradores protegeriam o ecossistema local, endossando dessa forma a importância de conservar, independente por quais meios. E ainda na fala de muitos entrevistados aparecia tanto uma atitude positiva quanto negativa em relação às UCs, ao tecerem uma ou mais críticas ao seu funcionamento, porém também endossando que o trabalho de conservação da natureza é importante:

*“No início eles [UCs] foram bem rígidos (...). Mas a turma também acostumou, é que o pessoal é ‘xucro’, né? É que nem mexer com criação, tem que domar um cavalo, o bicho é ‘xucro’. Eles chegaram ali dizendo o jeito que tinha que ser, o povo achou que era uma coisa de outro mundo, depois acostumaram (...). É importante porque antes criação andava pra dentro do rio, os caras desmatavam tudo na beira do rio, então muita coisa vai sumindo. Tem que ter, senão os ‘bicho’ aí tudo some. Queimada. Desmatavam lá e metiam fogo, acabava com tudo.”*

Ainda nesta linha, foi também perguntado aos entrevistados se eles achavam que era possível haver progresso econômico junto com proteção da natureza. A maioria disse que sim, com alguns citando exemplos e dando sugestões de como isso poderia ser operacionalizado (mais detalhes no item 4.2.10).

#### 4.2.8 Engajamento

Em relação à variável ‘engajamento’, foi perguntado aos entrevistados se haveria disposição para colaborar em projetos para a conservação de animais silvestres na região (Figura 50). Após algumas entrevistas, ao perceber que havia muitas críticas às áreas protegidas pelo que os moradores consideraram um excesso de preservação, a pesquisadora adaptou a questão, indagando sobre a disposição para dialogar com profissionais dos órgãos de proteção ambiental.

Pela Figura 50 nota-se que 40% dos entrevistados disseram se sentir ‘muito dispostos’ para colaborar. Em sequência vieram empatadas as opções ‘nem um pouco disposto’ e ‘um pouco disposto’, com 25% de citações cada. As justificativas das respostas foram registradas e também codificadas, totalizando seis temas para a opção ‘muito disposto’ (Figura 51).

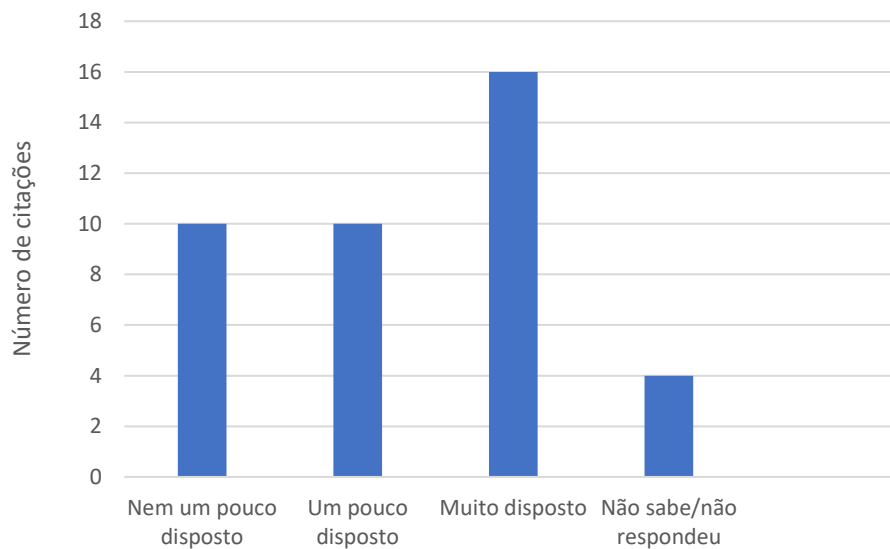


Figura 50. Disposição dos moradores do entorno da Reserva Biológica Bom Jesus-PR para engajamento em projetos de conservação (n=40).

A justificativa mais citada para a disposição a engajamento foi a vontade de colaborar para a conservação da fauna silvestre, citada por 22,5% dos entrevistados (Figura 51). Estes são os que demonstraram ao longo da entrevista uma atitude favorável à fauna, apreço por conviver com os animais, poder avistá-los na natureza: *“Eu da minha parte, tinha que colaborar com isso, porque (...) os bichos vivem aí, tem que viver igual nós (...) É difícil lugar com mato que você não vai ver bicho, passarinho, não vai ver nada. Então por mim que se forme de novo o bicho, porque é uma coisa que já é antiga, faz parte, é até bíblico (...)”*. Na sequência, o motivo mais citado (15%) é que haveria disposição para engajamento, desde que os projetos beneficiassem também os moradores. Nesses casos, os entrevistados demonstravam uma propensão à conservação, mas deixavam muito clara esta condição de dar atenção também às pessoas, que geralmente vinha acompanhada de uma crítica à forma como os órgãos de proteção ambiental vêm conduzindo seus trabalhos:

*“Olha, desde que esses projetos ajudem a população também. Porque infelizmente os projetos que têm aparecido é de preservar a natureza. Mas o homem faz parte da natureza. (...). E infelizmente a ideia de preservar é tirando o homem da natureza. E aí, dessa forma eu não participo não. Tem que achar um meio termo aí, uma condição das pessoas sobreviverem junto com a natureza. O ICMBio, na verdade, quando foi criado, eu sinceramente achei um tremendo de um desrespeito com Chico Mendes. Porque o Chico Mendes foi um ambientalista que via o homem dentro da natureza. O Instituto Chico Mendes vê a natureza sem o homem. É uma maneira totalmente equivocada: criar um instituto e colocar o nome de uma pessoa que nunca agiu da maneira que o instituto age.”*

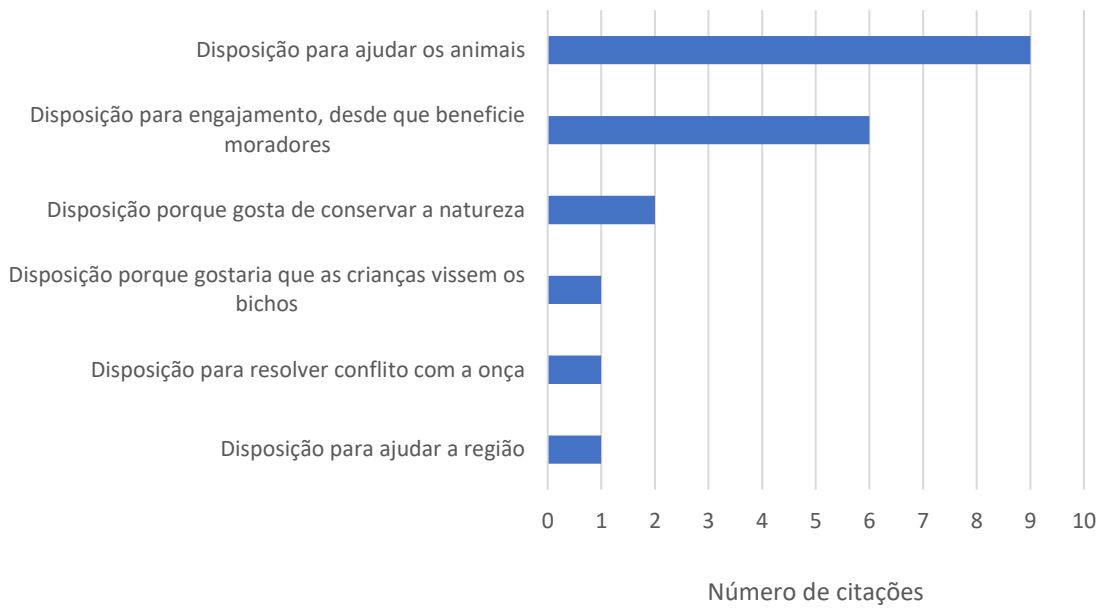


Figura 51. Justificativas dos moradores do entorno da Reserva Bom Jesus-PR para engajamento em projetos de conservação (n=40).

Dentre os que se manifestaram com pouca ou nenhuma disposição para engajamento, em geral alegavam falta de tempo, cansaço ou indiferença. Alguns disseram que a região já está preservada o suficiente e não há necessidade de fazer mais nada: *“Pra mim do jeito que está ‘tá’ bom (...). Desmatar não vai mesmo, ninguém vai conseguir. A lei não vai ficar mais branda do que isso (...). Nem precisaria muita coisa (...). Os caçadores nem estão aí, só tem velho (...). Os moleques só querem celular, então...”*.

A mesma pergunta também foi feita considerando o que os entrevistados achavam que seria a posição dos outros moradores em relação a este tema. O resultado foi bastante diferente. A maioria (40%) optou por se abster da resposta, quase sempre alegando que era difícil, não poderiam dizer pelos outros. Na sequência a opção mais citada foi que os vizinhos estariam ‘nem um pouco dispostos’ (27,5%), e em menor escala que estariam ‘um pouco dispostos’ (17,5%). A opção menos reportada foi que estariam ‘muito dispostos’, sendo citada por 15% dos entrevistados (Figura 52).

Como a maioria das citações para essa questão foi relacionada à ausência ou pouca disposição, as justificativas para tal foram também mensuradas e codificadas, em um total de 8 temas (Figura 53).

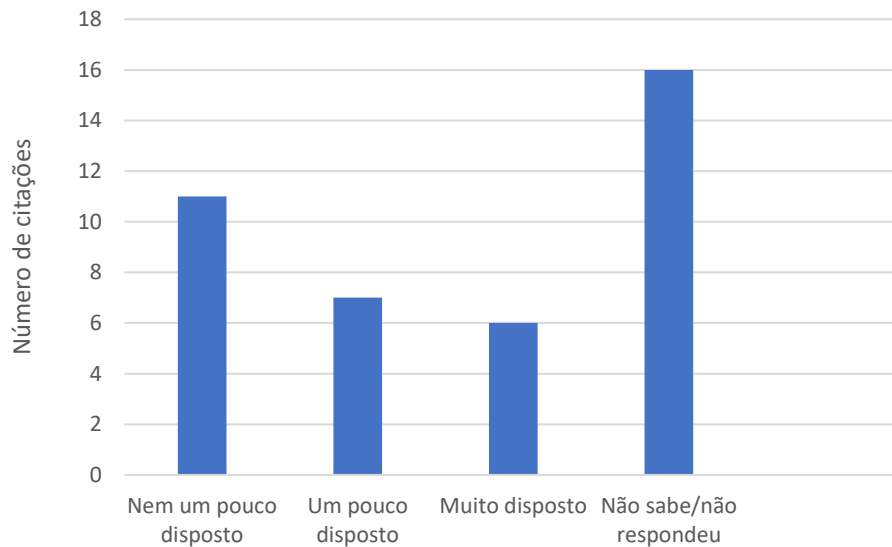


Figura 52. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre a disposição a engajamento por parte dos vizinhos (n=40).

As justificativas mais citadas, como ‘moradores dão pouca importância’, ‘não se engajam porque UCs não trazem benefícios’, ‘engajamento não faz sentido’ e ‘estão descrentes’ se interligavam na fala da maioria dos moradores, algumas vezes aparecendo na mesma justificativa:

*“Eu vejo que não é fácil reunir as pessoas, pelo fato de estar desgastado mesmo, não acreditando mais em resultado. Tanto é que a gente não conseguiu, na última reunião do conselho, não conseguiu representantes pra formar o conselho. Então eu vejo dificuldades assim. Precitaria de algum resultado pra poder motivar eles. Alguma coisa que mudasse pra melhor”.*

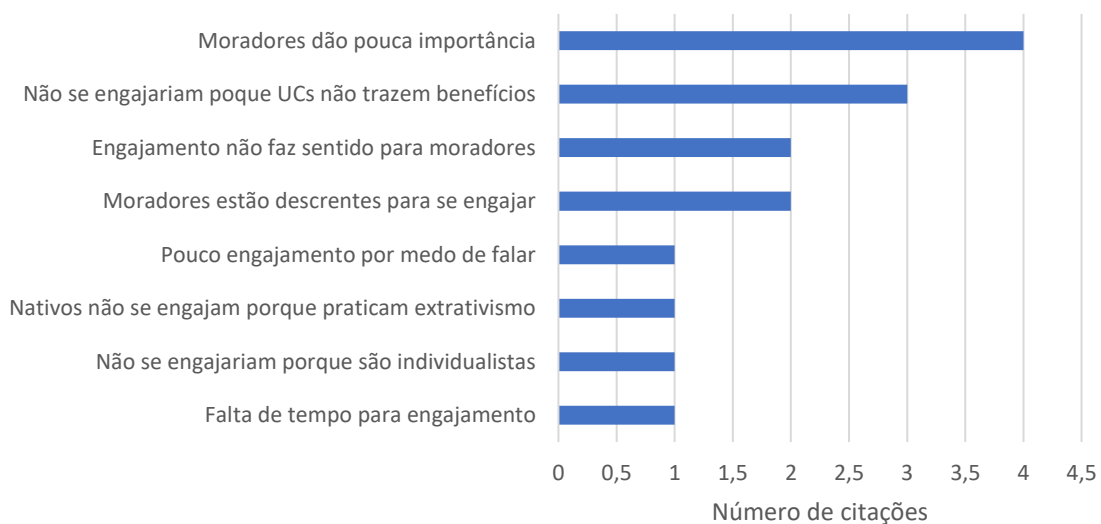


Figura 53. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre os motivos para a falta de engajamento de seus vizinhos em projetos de conservação (n=40).

Essa questão de benefícios apareceu novamente nas justificativas daqueles que falaram que haveria disposição para engajamento por parte dos vizinhos, sendo a justificativa mais citada que esse engajamento aconteceria com a condição de receber benefícios em troca (Figura 54). A maioria que trouxe esse tema disse que esse benefício precisaria ser financeiro, que os moradores só se engajariam se houvesse dinheiro em contrapartida.

Outro dado que apareceu nessa questão e em outros momentos da entrevista é a diferença entre moradores nativos e os que vieram de fora, indicando que os nativos seriam mais difíceis para se engajar, porque não valorizam a conservação e alguns praticam extrativismo, enquanto os moradores de fora teriam mais consciência ambiental (mais detalhes no item 4.2.9):

*“(...) os vizinhos novos que estão vindo eu acredito [na disposição para se engajar]. Agora os moradores antigos, eu já não digo muito pra você não, porque eles já são acostumados a tirar madeira daqui, enfim, eles estão acostumados a viver da mata, então acho que pra eles não é muito interessante”.*

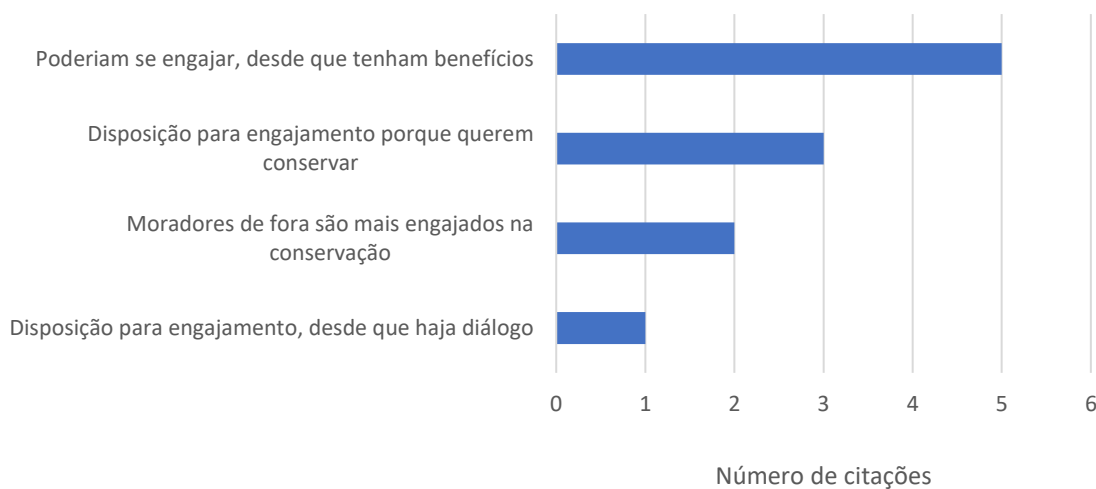


Figura 54. Percepções dos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus-PR sobre os motivos para a disposição a engajamento de seus vizinhos em projetos de conservação (n=40).

#### 4.2.9 Características das comunidades e região

Em vários momentos da entrevista os moradores discorriam sobre características das comunidades, as diferenças entre os mais velhos e os mais jovens, ou entre os nativos e os moradores que vieram de fora, as condições atuais da região em termos de população, mudanças que vêm acontecendo, dentre outros temas, que foram codificados e quantificados (Figura 55).



Figura 55. Características das comunidades do entorno da Reserva Biológica Bom Jesus-PR e da região, na opinião dos moradores entrevistados (n=40).

O comentário mais citado foi que não há mais tantos caçadores na região, que já foi mencionado no item sobre a caça. Relacionado a esse fator surgiam as dicotomias nativos x pessoas de fora, e também velhos x jovens, para dizer das diferenças existentes dentro das comunidades, considerando idade e origens das pessoas.

*“(...) historicamente os caiçaras eram extrativistas, isso ainda existe, por reação se ele vê um passarinho taca uma pedra (...) E se ele tiver com uma espingarda ele atira no passarinho, numa caça (...). Mas os mais novos não, os mais novos já vêm com um espírito diferente (...). Quando eu era criança, eu caçava passarinho (...). Os meus filhos nunca atiraram uma pedra num passarinho. E o que eles veem acidentado, de repente um passarinho que quebrou a asinha, eles tentam salvar ele (...). Então a gente vê assim, que existe meio que uma barreira entre o pensamento lá dos mais antigos e dos mais novos. (...). Eles adquiriram isso naturalmente, com os novos tempos. Na escola, com as informações que eles têm, eles vêm valorizando esse lado da preservação.”*

A falta de emprego foi citada por 25% dos entrevistados. Alguns moradores alegam que isso acontece justamente por conta da presença das áreas protegidas, que não trariam oportunidades para as pessoas (‘UCs empregam pouco’ e ‘UCs desempregaram pessoas’ foram itens relatados para atitude negativa em relação às UCs), ou impediriam a criação de empreendimentos que gerassem empregos. A restrição do uso do solo e da impossibilidade da caça foi levantada por alguns para argumentar que os jovens não teriam o que fazer na região. Essa questão divide opiniões, pois alguns entrevistados disseram que, mesmo que fosse possível, os jovens já não têm interesse em trabalhar na roça nem em caçar. Tudo isso corrobora



para que o entorno da Rebio Bom Jesus seja descrito como uma região cuja população é formada principalmente por velhos e crianças: *“A gente aqui, para uma pessoa jovem não tem futuro mais. Se quiser arrumar alguma coisa tem que ir lá pra fora. Aqui é só pros ‘véio’. Primeiro tinha futuro aqui, a pessoa podia trabalhar, podia plantar, vendia o produto que produzia, agora não tem nem como trabalhar mais”*.

Destacou-se também as diferenças entre as pessoas nativas e os moradores que vieram de fora e se estabeleceram na região. Tal como já foi mencionado em outros itens, alguns entrevistados disseram que os nativos são menos propensos à conservação, a engajamentos que contemplem parcerias, justamente pelo estilo de vida próprio ao ‘caiçara’, pela prática do extrativismo. Em menor escala, foi comentado também de uma certa resistência que os nativos apresentariam em relação às pessoas que vêm de fora, sendo descritos como mais fechados e também como não muito propensos ao trabalho:

*“Na verdade, eles [os nativos] veem todo mundo de fora como intrusos. A gente, pessoal de fora, 40 anos aqui, nós não somos aceitos aqui. (...). E eles sempre viveram de uma maneira e eles acham que podem viver dessa maneira. Eles não são muito de respeitar propriedade alheia. Eles têm essa cultura. Na verdade eles são caiçaras. E caiçara, até onde eu saiba, são aquelas pessoas que não gostam muito de viver do trabalho. Eu acredito que vai encontrar sim, alguns que até ajudem algum projeto aí de preservação. Mas são poucos. Eu acho que, pra funcionar, teria que mostrar o negócio na prática: pessoas tendo uma qualidade de vida preservando. Só que eu não vejo o governo fazendo isso.”*

#### 4.2.9.1 Crenças, imaginários, boatos

Em meio aos dados qualitativos surgiram na fala dos entrevistados os boatos que circulam na região (informações não necessariamente verdadeiras que se dissipam entre um grupo), as crenças pessoais (convicção íntima que se adota sobre algum assunto) e alguns imaginários (algo que não é real, só existe na imaginação). Tais informações foram quantificadas e codificadas em seis temas (Figura 56).

As onças estavam presentes em quase todos os comentários. A ideia que estes animais estão circulando na região, e que foram soltos pela SPVS, ou pelo ‘pessoal do meio ambiente’, foi citada por 27,5% dos entrevistados. Dentre estes, a maioria diz que escutou falar, mas não sabe se é verdade. Normalmente são falas acompanhadas de expressões como ‘*parece que...*’, ‘*dizem que...*’. Uma minoria relata essa informação como crença, afirmando que realmente é uma verdade. Associada a essa possível soltura das espécies, alguns entrevistados também acrescentam que se trata de onças que estavam em circos ou foram resgatadas de incêndios no Pantanal (10%).

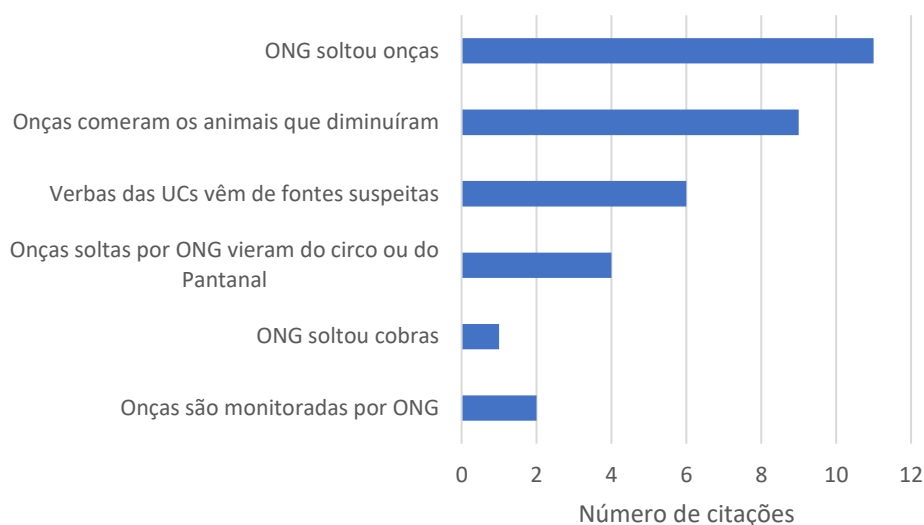


Figura 56. Boatos, crenças e imaginários das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus-PR (n=40).

O segundo comentário mais citado foi que as onças comeram os animais que tiveram uma diminuição populacional, reportado por 22,5% dos entrevistados. Esses relatos normalmente apareciam quando se referiam aos motivos que justificariam a diminuição populacional das antas e das queixadas, ou de outras espécies, principalmente o tatu:

*“(...) o que a gente mais sente falta é o tatu. O tatu desapareceu, e a onça ‘tá’ pegando (...). Só que ninguém viu, todo mundo diz que pegou, mas assim ver, ver, acho que ninguém viu. (...) Por isso que eu ‘tô’ falando que no mato talvez ‘tá’ acabando algumas espécies que ela se alimentava, e ela ‘tá’ com fome, e tem que sair procurar comida. (...) Porque eu não sei se as onças são daqui ou se a ONG andou soltando, isso eu já não sei”.*

Outro assunto que mexe com o imaginário de alguns moradores, às vezes associados a boatos, é a origem das verbas que sustentam o trabalho das UCs. Quinze por cento dos entrevistados discorreram sobre este tema: para alguns, isto está associado à ideia da soltura dos animais, ou seja, as ONGs receberiam verbas para soltar algumas espécies na região; para outros, o fato de que a SPVS fez uma parceria internacional, na época da implementação de suas RPPNs, aparentemente contribuiu para imaginários como ‘a SPVS é uma ONG americana’, ‘é dinheiro de gringo’, e que eles teriam interesse nos crimes ambientais porque dessa forma justificariam a necessidade do seu trabalho para conseguir verbas internacionais. Alguns acreditam ainda que haveria um esquema entre instituições diferentes para também conseguir verbas: *“Eu acho que eles são todos ‘acolheados’ junto. A Polícia Ambiental, o ICMBio e a SPVS. Eles fazem um serviço só. Um pouco de gente fala que isso aí dá muito*

*dinheiro pra eles, verbas, pra eles ‘estar mantendo’ esse lugar aí”*. Inclusive na temática ‘Sugestões’, que será descrita no próximo item, um dos pontos sugeridos foi que houvesse transparência sobre o fluxo de verbas das instituições de proteção ambiental.

#### 4.2.10 Sugestões

A última pergunta do instrumento se referia a sugestões que os moradores teriam para a conservação da fauna silvestre. Essa pergunta foi ampliada para incluir sugestões para a melhoria das condições de vida na região, tanto para as pessoas quanto para manter a área natural preservada. Tudo o que foi respondido nessa pergunta, assim como sugestões que foram mencionadas em outros momentos da entrevista foram tabuladas. No total foram contabilizadas 38 sugestões (Figura 57).

De longe a sugestão mais citada foi a pavimentação da estrada que liga o município de Antonina à Guaraqueçaba, que foi reportada por quase metade dos entrevistados (40%). Em alguns momentos este item foi associado a outras sugestões, como ‘Turismo’ e ‘Investimento em Infraestrutura’ – as duas outras sugestões mais citadas, ambas empatadas com 20% de citações – e ‘Fiscalização’ e ‘Oportunidades de emprego’. Os argumentos em geral eram que se houvesse uma melhor condição de deslocamento seria mais fácil fazer investimentos e melhorias na região, que promoveriam maior circulação de pessoas e produtos, beneficiando inclusive a conservação da biodiversidade:

*“As pessoas que vêm [turistas] querem ver os bichos (...). Quem mata os bichos aqui são os próprios nativos, que matam pra comer, porque estraga roça. Você vê um curitibano aí, se encontrar uma onça é capaz de querer tirar uma selfie (...). As pessoas de fora querem ver esse bicho, eles querem vir conhecer a nossa região, querem ver as plantas, os bichos (...) porque na cidade já não tem mais. Então se tivesse uma condição melhor, de estrada, tudo, as pessoas vêm pra ver, não pra depredar”*.

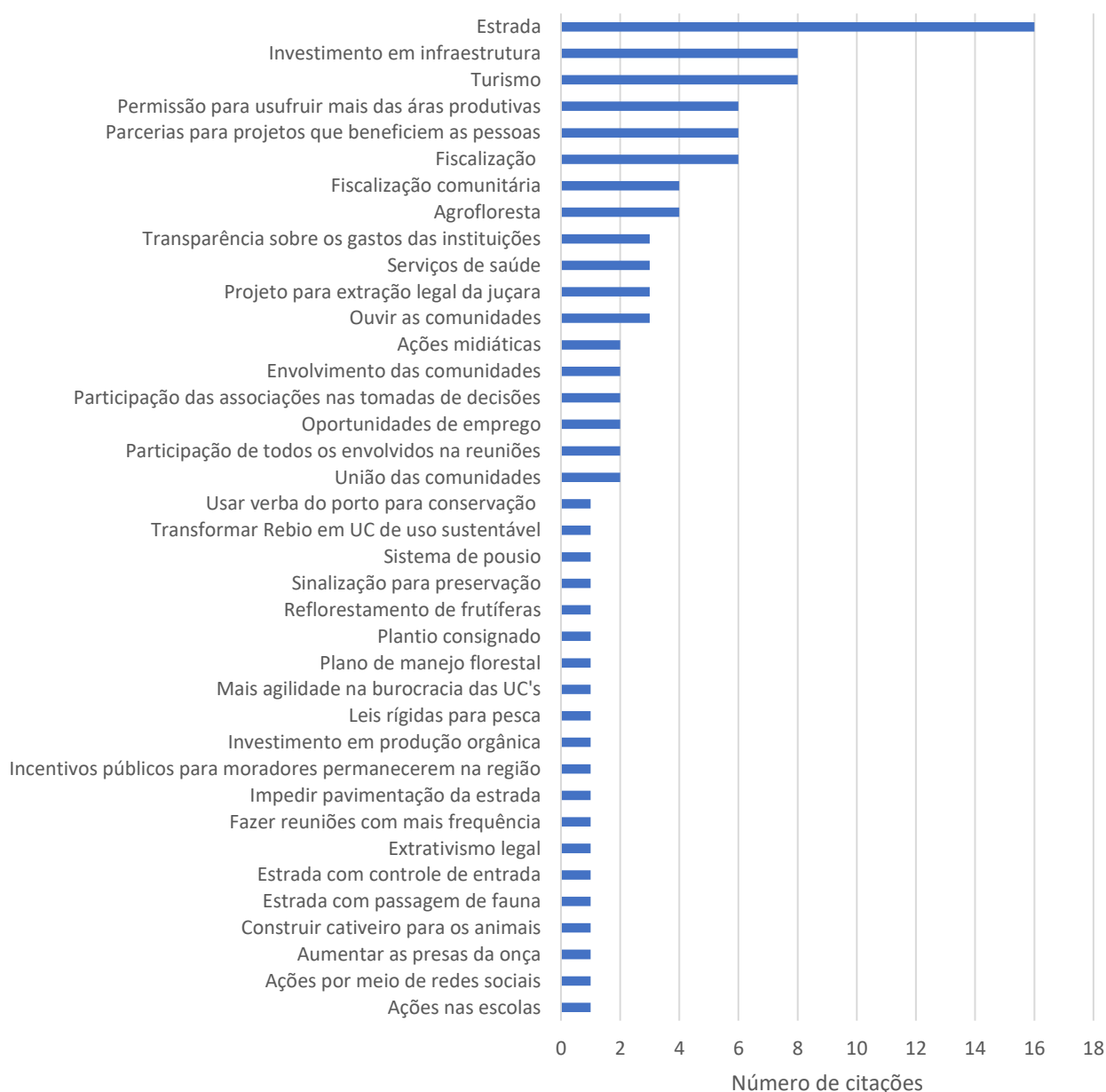


Figura 57. Sugestões das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus-PR para melhorias nas suas condições de vida e da fauna silvestre da região (n=40).

A sugestão para que os moradores possam usufruir mais das áreas produtivas, em 3º lugar em quantidade de citações (15%), relaciona-se à maior crítica que foi feita às UCs, sobre a restrição do uso do solo. É importante frisar que todos os entrevistados que abordaram esse ponto revelaram que não são contra as leis de proteção, que acham importante que elas existam, mas nas suas opiniões poderiam ser flexibilizadas em prol das comunidades.

Outros itens que apareceram interligados relacionava-se à forma como alguns entrevistados gostariam de ser tratados na relação com as UCs: ‘ouvir comunidades’,

‘participação de todos os envolvidos’, ‘transparência nos gastos das instituições’, para alguns surgiam na mesma fala:

*“(...)tudo o que eles [as UCs] fossem fazer lá dentro, que o povo aqui ficasse a par do assunto (...). Teria que ter participação comunitária. Pelo menos a liderança (...). Eu acho que a primeira coisa que eles tinham que fazer é sentar numa mesa redonda, com essas organizações (...). Até nós podemos fazer (...) uma fiscalização comunitária do lugar, da prefeitura (...), a participação deles, polícia ambiental, comunidades (...), tudo junto (...). Nós todos somos responsáveis. E nós todos temos que ser participantes dessas ideias, dessas análises, desses estudos. E outra, eles têm que declarar o que eles estão fazendo dentro da UC pra essas comunidades. Outra coisa que não tem, o repasse de valores para os municípios. Eles não dizem quanto eles repassam para o município (...). Não adianta falar ‘ah, conseguimos uma verba (...) pra Guaraqueçaba, pra prefeitura’. Mas não vimos a cor de um centavo aqui, nas comunidades”.*

As sugestões mais citadas estão ligadas a benefícios para as pessoas – ou, mesmo quando relacionadas à conservação da fauna, também frisavam que precisaria ser vantajoso para as comunidades também, como em ‘parcerias para projetos que beneficiem as pessoas’, que em algumas vezes apareceu ligada a outros itens, como ‘agrofloresta’ e ‘fiscalização comunitária:

*“(...) nós cuidamos porque dependemos desse recurso. Nós não queremos que coloque búfalo lá, que use agrotóxico, porque nós temos um rio que passa aqui. Vai contaminar a água, acabar com os peixes. Parte da alimentação das famílias é do pescar. Então tem essa importância, vai alguém lá começar a cortar uma árvore na beira do rio, a comunidade vai se organizar pra não deixar. Então as famílias aqui elas já têm essa consciência ambiental. Tá num processo mais evoluído que as outras comunidades? ‘Tá’, porque nós tiramos isso daqui de um projeto pra desenvolver um sistema agroflorestal, de trabalhar 100% com ecologia. Mas isso serve também como um exemplo para as outras comunidades (...) e aqui passa a ser uma referência. (...) Tem pessoal lá do outro lado da BR que vem aqui pra cortar palmito, pra caçar, então pra nós era interessante, de fato, (...) que não acessasse esse tipo de pessoa. E a comunidade poderia ajudar (...), ter um treinamento e ajudar a cuidar desses espaços. Então todo mundo ganhava. Poderia pensar numa parte de usar os recursos naturais, coleta de cipó, uma erva medicinal, uma madeira que cai, pra fazer um artesanato, e aí você envolve tanto as instituições governamentais como a comunidade local presente no próprio espaço. Ou seja, os dois grupos conseguem começar a construir uma mesma proposta, um mesmo projeto. Isso é o que eu penso, almejo futuramente que a gente consiga pautar isso nas retomadas de conselho e a gente possa avançar nisso. (...) Tem alguns movimentos que (...) nesse momento aí mostram também que a forma que está sendo conduzida pelas ONGs, esses grupos de ambientalistas, não serve mais. Esse negócio de dividir o ser humano aqui (...), movimento social num campo, grupo ambiental em outro. Então ou a gente pensa em um projeto em conjunto (...), pra ‘nós chegar’ num projeto pro litoral do Paraná... porque a ofensiva que eu vejo do capital vai ser muito forte, e não importa se vai ser governo progressista ou não.”*

A título de ilustração, na Tabela 3 pode-se verificar quais foram as sugestões mencionadas tanto pelos conservacionistas quanto pelos moradores das comunidades, que favorece a visualização dos pontos em comum entre os grupos.

Tabela 3 – Sugestões em comum citadas pelos conservacionistas e pelos moradores do entorno da Rebio Bom Jesus.

	CONSERVACIONISTAS	COMUNIDADES
Envolvimento das comunidades	X	X
Estratégia de comunicação/ouvir as comunidades	X	X
Fiscalização	X	X
Ações nas escolas	X	X
Turismo	X	X
Envolvimento do poder público	X	X
Ações midiáticas	X	X
Atender às necessidades das comunidades	X	X
Agrofloresta	X	X

#### 4.2.11 Síntese dos resultados

A maioria dos entrevistados demonstrou uma atitude favorável aos animais, relatando gostarem da interação com eles. Porém, é importante frisar que isso não descarta a possibilidade de caça, já que foi dito que uma parte dos moradores pratica o extrativismo, ou seja, para estes a presença dos animais é considerada interessante porque eles teriam utilidade às pessoas, principalmente no que concerne à alimentação.

Sobre os animais menos tolerados, os entrevistados demonstraram um incômodo maior com a cobra e os insetos. Uma hipótese para a cobra ter sido mais citada é o fato de esta espécie estar muito presente na vida dos moradores, trazendo incômodos reais para o cotidiano das pessoas, que já foram mordidas ou conhecem alguém que foi, ou já se depararam com situações de precisar matar uma cobra, ou tirar de dentro de casa, etc. Diferente da onça, que está muito frequente no discurso, porém na prática já não se faz tão presente na vida das pessoas. Além disso, alguns moradores relataram que seria difícil sofrer um ataque de onça, diferente da cobra, que apresenta uma probabilidade maior de encontro e eventuais acidentes: *“Só a cobra eu não queria que aumentasse, é muito perigosa. Porque a onça ela não te ataca a torto e a direito”*. A mesma hipótese seria válida para as referências aos insetos.

Sobre as espécies-alvo da pesquisa, a anta despontou como a que menos traria incômodos e com potencial para se tornar uma espécie bandeira, tal como os profissionais afirmaram. Da mesma forma que também já tinha sido apontado, a onça é a espécie mais citada

em relação a boatos, conflitos e sentimentos ambivalentes, e também com maior índice de rejeição. Porém, em relação aos sentimentos, houveram mais moradores relatando simpatia e alegria pelos animais do que foi dito pelos profissionais, inclusive pela onça e pela queixada. Da mesma forma, a grande maioria não gostaria que as espécies entrassem em extinção, e o desejo que aumentasse o número de animais na região foi a segunda opção mais citada na questão sobre tamanho populacional (para a anta foi a primeira).

Estes resultados sugerem uma tendência a uma atitude favorável às três espécies, mas desde que com uma certa distância, principalmente em relação à queixada e à onça, o que foi descrito na pergunta sobre aceitação. A princípio todas as espécies seriam mais aceitas do que rejeitadas pela maioria, porém quando se pergunta sobre as percepções dos vizinhos surge um assunto importante que provoca modificação nos resultados, que é a atividade de caça. Sob este prisma, a anta continuaria sendo a mais aceita, mas ainda assim com risco de ser caçada. Já a queixada e a onça correriam mais risco de serem rejeitadas e/ou caçadas do que de serem aceitas, o que corrobora também a preocupação que já havia sido comentada pelos conservacionistas.

A motivação para a caça é parecida com o que foi relatado pelos profissionais, com mais destaque à caça para consumo e comércio. Porém, se os conservacionistas demonstraram bastante preocupação com a caça esportiva, o tema não apareceu entre os moradores, a não ser em alguns casos isolados em que se reportavam a pessoas de fora que teriam essa prática, e não nas comunidades. Uma grande diferença é que, se para os profissionais ainda há muita atividade de caça, os moradores frisam o quanto diminuiu, alguns alegando que ninguém mais caça – apesar de no gráfico da aceitação dos vizinhos às espécies isso aparecer com um certo destaque. No geral os moradores falam que, mesmo tendo diminuído, ainda acontece a caça, e somente uma pequena minoria relata que ainda há muita atividade de caça.

Sobre ocorrência e conhecimento, os moradores dizem que a anta é a espécie com menos ocorrência e a menos conhecida. Com a queixada teriam mais familiaridade, e teria a mesma ocorrência que a anta. E a onça seria a espécie com mais ocorrência e mais conhecida, assim como a mais presente e incômoda na vida das pessoas, mesmo que muitas vezes somente no discurso. Sobre tamanho populacional, na percepção dos entrevistados a queixada é a espécie que mais diminuiu, e a onça a que mais aumentou. A anta fica quase no meio termo, com tendência para aumento. A maior causa para esse aumento populacional dos animais seria a diminuição da atividade de caça. A presença dos órgãos de proteção ambiental também ajuda, o que corrobora uma percepção geral entre os entrevistados que a região está preservada o suficiente e o que é necessário seria atenção às pessoas.

Sobre a relação com as UCs, as percepções dos profissionais se concretizaram nos resultados com os moradores: há uma diversificação grande dos perfis, havendo aqueles que são mais desfavoráveis à presença dos órgãos ambientais – a maioria – e os que seriam mais favoráveis à UCs. Dentre esses, alguns dizem que a presença das UCs traz qualidade de vida e ajudar a proteger o ecossistema dos próprios moradores.

Há uma tendência grande à valorização da conservação da natureza, mas não necessariamente isso se liga à atitude favorável às UCs: a maioria dos entrevistados critica a forma como as UCs trabalham e como foram implementadas, sendo os motivos muito parecidos com aqueles trazidos pelos profissionais e que se interligam. Por exemplo, para alguns moradores, a diminuição da população de queixadas, antas e outros animais está diretamente relacionado ao aumento da população de onças, que estaria ligado ao fato que essas onças foram soltas pelas UCs, e que por conta disso trazem um desequilíbrio ambiental para a região, e que é dessa forma que as UCs ganham dinheiro, dinheiro este que não é revertido para a população, etc. Estes dados também se entrelaçam com a variável conhecimento: tal como os profissionais apontaram, o índice de conhecimento sobre o funcionamento e características das UCs revelou-se muito baixo nas entrevistas com as comunidades.

Por conta destes fatores, um possível engajamento por parte dos moradores para colaborar com projetos de conservação parece estar atrelado à condição de que eles tivessem benefícios. Os mais jovens e os moradores que vêm de fora parecem mais dispostos do que os mais velhos e os nativos. Mas, de forma geral, o que os profissionais também já haviam mencionado sobre a relação com as UCs, e conseqüentemente para colaborações para projetos de conservação, surgiu também nas falas dos moradores: seria necessário mais diálogo, aproximação e atenção para as necessidades das comunidades, pois as marcas negativas do passado ainda permanecem.



## 5 DISCUSSÃO

No geral, as percepções dos conservacionistas se alinharam ao que foi dito pelos moradores, demonstrando que a maioria dos profissionais têm um alto conhecimento sobre as características das comunidades da área de estudo. Alguns pontos revelaram uma certa divergência, como por exemplo na temática sobre a relação dos moradores com a fauna silvestre. Os resultados demonstraram que, de uma forma geral, os moradores possuem uma atitude um pouco mais favorável aos animais do que o relatado pelos profissionais, o que se evidenciou nos resultados sobre sentimentos, na tristeza perante as constatações de diminuições populacionais e perante uma suposta extinção das espécies. O avistamento, a proximidade com os animais e o desejo que as próximas gerações possam experimentar essa convivência parece indicar que o contato com a fauna silvestre traz sensações de bem-estar, dados já presentes na literatura científica (Curtin, 2009; Brumatti, 2013).

Os pontos críticos nesta relação com a fauna surgem quando os animais predam as criações, fazem danos às plantações ou representam ameaças à vida, ou seja, quando há uma proximidade que pode trazer prejuízos. Estes fatores normalmente relacionam-se a conflitos entre pessoas e fauna silvestre e podem ser motivadores para o abate dos animais (Marchini; Crawshaw, 2015; Marchini; Macdonald, 2012). No contexto da Rebio Bom Jesus, estes prejuízos foram elencados para justificar quais animais seriam menos tolerados ou que trazem incômodos, tanto pelos profissionais quanto pelos moradores.

Especificamente sobre a anta, queixada e onça-pintada, os motivos elencados acima parecem influenciar nos sentimentos e atitude em relação a essas espécies. Sobre a anta, por exemplo, tal como os conservacionistas afirmaram, o fato de ela ser considerada um animal pacato e não trazer grandes prejuízos parece influenciar para ela ser a espécie que mais causa sentimentos de alegria e desejo de aumento populacional entre os moradores.

Já em relação à queixada, a quantidade de citações para o sentimento de alegria e desejo de aumento populacional demonstrou que é uma espécie que desperta atitude um pouco mais favorável no relato dos moradores do que foi retratado pelos profissionais. No entanto, não se pode concluir que esse dado não implica em risco para a espécie, pois para alguns moradores essa atitude favorável está ligada ao fato de que haveria mais animais para caçar, conforme será discutido mais adiante.

As pessoas normalmente não são indiferentes à onça-pintada, sendo esta uma espécie que causa reações mais passionais (Marchini; Macdonald, 2012). No entorno da Rebio isso não se mostrou diferente: medo, alegria, boatos, histórias em que a onça é a protagonista por acabar com as presas, pela sua vida valer mais do que a de humanos, junto com alguns “defensores”

que a admiram dizendo que ela não ataca as pessoas, todo esse conteúdo se apresentou no discurso dos entrevistados. Tal como a queixada, os resultados demonstraram uma atitude um pouco mais favorável dos moradores do que foi relatado pelos conservacionistas, indicado pela quantidade de citações para sentimentos de alegria e desejo de aumento populacional. Ainda assim, ela é a espécie com maior potencial para rejeição e conflitos com os moradores.

Quando se fala em interações humano-fauna, normalmente se encontra os termos aceitação, tolerância e coexistência, nem sempre com definições precisas (Glikman *et al.*, 2021). Aqui estamos usando coexistência como um conceito que contempla um foco mais imparcial na interação humano-fauna, abrangendo a ideia que pessoas e fauna silvestre possam conviver com o menor prejuízo possível para ambos os lados da interação (Marchini *et al.*, 2019). Nesse sentido, a coexistência não implica em ausência de riscos ou conflitos (IUCN, 2023), mas sim contempla a ideia que seja possível administrar uma certa tolerância aos possíveis riscos implícitos na convivência com a fauna silvestre (Pooley, 2021).

Especificamente sobre a aceitação, Glikman *et al.* (2021) demonstraram que ela tende a ser percebida como uma posição mais passiva que coexistência, ou seja, a aceitação precisa estar presente, mas não garante a efetividade da coexistência humano-fauna da forma como a estamos definindo aqui. Justamente por isso decidimos discriminar nos resultados a informação ‘aceitaria, mas para caçar’, que surgiu com relativa frequência na questão sobre aceitação das espécies. Ali ficou demonstrado que nem sempre que alguém afirma que aceita o animal significa que não haja risco para a espécie, pois tanto a atitude pode estar favorável e a aceitação ter frequência alta por estarem enxergando o animal como recurso. Ou seja, não necessariamente seria uma situação de coexistência.

Essa discriminação foi possível de ser feita a partir da questão que incluía a percepção dos moradores entrevistados sobre outros moradores da região em relação à aceitação das espécies, ou seja, o que eles achavam que seria o posicionamento de seus vizinhos sobre o tema. Isto propicia uma discussão sobre os métodos utilizados em pesquisa social. Esta pergunta e outras de mesmo teor foram incluídas no instrumento para facilitar o acesso a dados relacionados a temas sensíveis, como a atividade de caça e as percepções sobre as UCs. Em pesquisa social, a fonte dos dados são pessoas, logo suas falas estão permeadas por fatores subjetivos e socioculturais, o que eventualmente suscita questionamentos sobre a validade dos resultados (Marchini *et al.*, no prelo). Mas isso não implica que o trabalho não possa ser realizado com êxito, pois existem técnicas específicas para obter e validar as informações, particularmente quando se trata de temas sensíveis, atividades ilegais, etc (Nuno; St. John,

2015). No caso do nosso instrumento de pesquisa, escolhemos incluir a pergunta sobre os vizinhos porque, ao falar sobre o outro, o entrevistado pode se sentir mais à vontade por não estar implicado na resposta, mas ao mesmo tempo transmitir a verdade contextual da região.

Dessa forma, foi possível averiguar que de fato existe atividade de caça no entorno da Rebio Bom Jesus, mesmo com praticamente nenhum entrevistado tendo admitido que caça. Ao analisar os resultados sobre aceitação das espécies, notou-se uma mudança significativa nas respostas dadas em nome próprio e nas respostas em que os moradores falavam sobre os vizinhos, evidenciando situações de risco, principalmente para a anta e a queixada. A partir do que foi discutido acima sobre as técnicas utilizadas em pesquisa social, as respostas dos moradores sobre os vizinhos parecem ser as mais recomendadas para se analisar a possibilidade (ou não) de uma situação de coexistência entre as comunidades e as espécies, por representar com mais veracidade a realidade do entorno da Rebio Bom Jesus.

Considerando que coexistência não implica somente nas interações entre pessoas e fauna silvestre, mas também entre grupos de pessoas que se encontram em um sistema socioecológico complexo, dinâmico e multifacetado (IUCN, 2023), a análise da relação dos moradores com os conservacionistas da região tem uma importância grande para se pensar na efetividade de projetos de conservação. Nesse sentido, os dados coletados demonstraram que esse é um ponto crítico e sensível no entorno da Rebio Bom Jesus, com os moradores demonstrando, de forma geral, que possuem uma atitude ‘moderamente desfavorável’ às UCs, tal como já havia sido apontado pela maioria dos conservacionistas. Esta atitude se justifica por uma série de motivos que se interligam, compondo uma narrativa tecida por fatos históricos verídicos, outros baseados em crenças infundadas, porém ambos catalisadores de sentimentos que podem influenciar as opiniões e comportamentos das pessoas.

A começar pela variável conhecimento, os resultados das entrevistas nas comunidades também foram compatíveis com o que havia sido dito pelos conservacionistas: grande parte dos moradores possui um conhecimento baixo sobre os objetivos das UCs, as diferenças entre os órgãos de proteção ambiental e o funcionamento da gestão das áreas protegidas. Esta falta de conhecimento na região já foi relatada na literatura (Torrens; Santos, L. S.; Paula, 2019), e contribui para a atitude negativa em relação às áreas protegidas, pois ajuda a disseminar boatos que se espalharam pelas comunidades, como a ideia que a SPVS soltava onças e mosquitos para afugentar os moradores, ou que haveria expulsão dos territórios. A pouca comunicação que se estabeleceu com as comunidades, principalmente na época da implementação da maioria das áreas protegidas, parece ter dado margem para estas histórias, que fomentaram a polarização ‘áreas protegidas vs bem-estar humano’.

O fato de que a Rebio Bom Jesus foi pouco mencionada pelos moradores provavelmente também indique uma certa desconexão entre a realidade das comunidades e a presença desta UC, algo que não é exclusivo deste contexto. O baixo conhecimento, atrelado a outros itens que surgiram nos resultados como a questão fundiária, a desconfiança do poder público, a lentidão dos processos administrativos e a falta de transparência já foram apontados em estudo com as UCs do estado de São Paulo como fortes empecilhos para a relação entre comunidades e gestores (Ferreira, 2022).

Além dos itens mencionados acima, na longa lista de motivos que corroboram uma atitude negativa dos moradores, destacou-se o dado que as UCs restringem a liberdade das pessoas, o mesmo motivo também mais citado na fala dos conservacionistas para justificar atitude negativa. Questões específicas da Rebio Bom Jesus, como a falta de um plano de manejo e o fato de ter somente 9% de seu território regularizado (Paula *et al.*, 2018), prejudicam sua gestão e a relação com as comunidades. Além disso, é uma das UCs do litoral paranaense com mais restrições de uso da terra, tendo mais de 5 categorias diferentes de restrição (Silva; Paula, 2020). Uma vez que a grande maioria dos moradores depende ou dependia da natureza para viver, a restrição do uso da terra incide em um ponto crucial para as pessoas, que é o trabalho ou mesmo a própria subsistência. Não por acaso, movimentos que prezam por transições sustentáveis e justas, que têm crescido na agenda de órgãos governamentais e ambientalistas, trazem à cena o protagonismo das pessoas enquanto trabalhadoras, enfatizando os complicadores decorrentes de situações em que elas não podem ou não são permitidas a trabalhar (Stevis, 2023).

A frequente associação que se faz entre a falta de pavimentação da estrada com as Unidades de Conservação também alimenta a dicotomia ‘desenvolvimento econômico vs proteção do meio ambiente’. Soma-se à questão das vias de transporte a ideia de que as UCs impossibilitam a construção de fábricas que gerariam empregos, e adentra-se no terreno em que o meio ambiente aparece como o signo negativo da modernidade (Floriani; Vergara, 2015), também um dos fatores mais citados pelos dois grupos entrevistados, ligado às percepções negativas sobre as UCs (‘UC proíbe estrada’).

A área onde está localizada a Rebio Bom Jesus e grande parte do seu entorno passou de fato por uma transição bastante grande com a implementação das diversas UCs que estão até hoje na região. Foi um passo importante para a conservação, mas que parece ter deixado marcas que ainda não se apagaram para as comunidades, como pôde ser percebido quando relataram sobre as dificuldades que sofreram para se adaptar a novas formas de produção e sobre as dores

sentidas ao ver as pessoas indo embora por não terem oportunidades de trabalho. Apesar de algumas tentativas que foram feitas na região para propiciar oportunidades para as comunidades, de maneira geral parece que não foi possível fomentar uma transição efetivamente justa, considerando que a ideia central deste conceito é que comunidades que são afetadas por qualquer tipo de transformação possam ser tratadas de forma que suas necessidades e opiniões também sejam consideradas (Vucetich, 2018; Stevis, 2023).

Além disso, ambos os grupos discorreram sobre sentimentos de abandono, insatisfação e ressentimentos próprios a uma população que carece de atenção para suas necessidades básicas. Ao demonstrar interesse e cuidado pela flora e fauna, a presença dos órgãos de proteção ambiental acaba por potencializar uma revolta dos moradores que não está ligada à natureza, mas sim ao próprio descaso das políticas públicas. Desta forma, a grande quantidade de áreas protegidas transformou a região em palco para conflitos de ordem ideológica, relacionados a visões diferentes sobre o problema e às formas de resolvê-los. Em cenários como esse, ideologias diferentes sobre os paradigmas da conservação tendem a provocar tensões e fricções entre os stakeholders envolvidos (Hiller; Macmillan, 2021; Frank; Glikman, 2019). Irrompem situações de grande complexidade, como ocupação de território, direitos sobre terras e sobre quem deveria gerenciá-las, questionamentos sobre a legislação, dentre outros fatores. Uma placa da Rebio Bom Jesus com uma bala de arma de fogo no meio parece ilustrar estas tensões que estão presentes no território (Figura 58).



Figura 58. Placa da Rebio Bom Jesus marcada por arma de fogo. Fonte: A autora.

Perante este quadro multifacetado em que se misturam valores diferenciados, questões socioculturais, ambientais, econômicas e políticas, as UCs parecem encarnar uma posição que se assemelha à de “bode expiatório”, já que é quem “mostra a cara e leva o tapa”, conforme relatado por um dos profissionais entrevistados. A Psicologia Social utiliza a concepção do bode expiatório para compreender as formas como se desloca a responsabilidade pelos próprios problemas para uma outra pessoa ou grupo, em uma reação defensiva, consciente ou não, para justificar erros ou fracassos (Glick, 2002). Por mais que não se possa afirmar que as dificuldades sofridas pelos moradores sejam de responsabilidade exclusivamente sua, já que estão submetidos a um sistema social de injustiça, quadros como esse podem suscitar uma tendência a localizar um bode expiatório para *projetar* sentimentos de hostilidade (Glick, 2002). A projeção é um mecanismo de defesa que faz com que sentimentos indesejáveis que não se deseja reconhecer em si próprio possam ser direcionados para o exterior (Freud, 1911/1958). Tais sentimentos originalmente podem estar relacionadas a algo ou alguém contra quem não se pode lutar, por isso o direcionamento para um alvo mais fraco, que não tem força para revidar a agressividade (Glick, 2002).

Na relação das comunidades com as UCs, os resultados indicam que a origem da revolta dos moradores não é com os animais ou com as áreas protegidas, necessariamente, mas sim com algo maior, com o sistema de poder dominante que trata este grupo social de forma negligente. As UCs seriam um alvo “fácil”, que parecem servir de depositário para esses sentimentos, já que de certa forma representam este sistema de poder, porém em uma escala muito menor e numa posição também desfavorecida. Os profissionais entrevistados apontaram para as dificuldades das UCs de realizar um trabalho de melhor qualidade, inclusive com as comunidades, pela falta de recursos para investimento em logística e pessoal, indicando que também sofrem com a negligência deste mesmo sistema.

Ainda no campo da Psicologia Social, mais especificamente em pesquisas sobre psicologia de grupos, outras formas de aplicação da teoria do bode expiatório indicam que o grupo escolhido como alvo tem uma distinção bastante clara do grupo que direciona a hostilidade, e pode ser facilmente reconhecido (Glick, 2002). É o que parece acontecer com os órgãos de proteção ambiental, que ficam rotulados sob a insígnia do “meio ambiente”. Em alguns momentos das entrevistas com os profissionais, apareceram frases como “*eles põem toda a culpa no pessoal do meio ambiente. Se você fala que é da SPVS, o cara diz ‘não falo com o pessoal da SPVS’, ele não quer nem conversar*”. A pesquisadora inclusive participou de um diálogo informal em campo, em que foi dita a frase “*nós não temos a estrada aqui por causa*

*do pessoal do meio ambiente*". O grupo que serve como bode expiatório também tende a ser percebido como uma ameaça, daí o ímpeto de canalizar para este grupo a hostilidade, principalmente quando há situações de fragilidade econômica e social (Glick, 2002). Isso também pôde ser constatado nos resultados, nas falas atestando que os moradores literalmente se sentem ameaçados pelas UCs, principalmente em relação a suas terras, que lhes propiciam moradia e fonte de renda por meio da atividade agrícola. Trata-se de uma reação comum em relações entre grupos, nas quais um deles está sendo invadido pelo medo e necessita justificar de alguma forma por algum motivo que pareça racional (Nadler; Malloy; Fisher, 2008).

Estas marcas negativas parecem se expressar também nos itens relacionados à falta de diálogo com as UCs, como as percepções que UCs não se preocupam com as pessoas, não orientam, não trazem benefícios, etc. Esses comentários parecem justificar a discrepância nas respostas sobre o impacto da presença das UCs, que foram bastante diferentes quando os moradores respondiam em nome próprio – ‘UCs são indiferentes’ – e quando davam suas opiniões sobre qual seria a percepção dos vizinhos sobre o tema – ‘UCs atrapalham a vida’. Nossa hipótese é que, na primeira questão, a maioria dos moradores respondeu que as UCs não atrapalham em nada sua vida porque, de fato, as pessoas que permaneceram na região após o período de maior implementação das áreas protegidas, cerca de vinte anos atrás, adaptaram-se com as leis no cotidiano e seguiram em frente. Muitos optaram por sair da região e procurar emprego em outras cidades, mas quem ficou não teve outra saída senão conviver com as novas diretrizes e profissionais que se instalaram na região. Sendo assim, a fase mais difícil ficou no passado, justamente uma fase de transição de uma época em que as pessoas podiam usufruir livremente da natureza para uma outra, em que foram impostas restrições, demarcações, multas e etc. Com o passar do tempo, os moradores foram se familiarizando com a presença dos órgãos ambientais, entendendo o que pode e o que não pode ser feito, em uma espécie de acomodação perante um vizinho inconveniente que chegou sem avisar e contra quem eles não teriam muito o que fazer.

Sendo assim, se a maioria dos moradores respondeu que atualmente a presença das UCs é indiferente em suas vidas, por que, quando perguntados sobre a opinião dos vizinhos, a maior quantidade de respostas foi para o item que as UCs atrapalham? Os outros moradores não teriam se adaptado? Ou eles também se adaptaram, mas o discurso desfavorável às UCs circula ainda tão fortemente na região que a *sensação* de atrapalhar influenciou mais na resposta do que o que realmente acontece na prática? Em outras palavras, nossa hipótese é que atualmente a presença das UCs não interfere tanto no cotidiano das pessoas, porque quem ficou na região se adaptou. Porém, o ressentimento de um passado marcado pela sensação de desrespeito, de não

serem ouvidos, da ideia de rejeição (‘UCs querem expulsar os moradores’), ainda denuncia a dor de uma ferida que não foi cicatrizada, deixando resquícios que contribuem para a atitude negativa. Essa hipótese está sustentada nas próprias falas de alguns conservacionistas e pela forma como foi respondida essa questão durante a entrevista: muitos moradores, mesmo quando diziam que as UCs não atrapalham sua vida, traziam histórias com teor negativo do passado, ou faziam queixas sobre o modo de trabalho do ‘pessoal do meio ambiente’, a forma de eles se relacionarem com as comunidades, dentre outras reclamações. Contextos como esse não são raros de acontecer, e podem comprometer os esforços em direção à coexistência se esses impactos de teor traumático do passado não forem reconhecidos e devidamente direcionados (Pooley, 2021; Zimmermann; Mcquinn, 2023).

Apesar das críticas e de dizer que para boa parte dos vizinhos as UCs não teriam importância, a grande maioria dos moradores endossou a necessidade das áreas protegidas para a região. Retomando uma fala que foi apresentada nos resultados: *“Pra mim não muda em nada [as UCs]. Se não tiver... Quer dizer, tem que ter, não pode desaparecer. É bom ter. Quanto mais tiver espécie que aparecer melhor”*. A fala desse morador parece indicar o quanto ele valoriza a conservação, apesar de parecer que há um impulso para dizer que as UCs não têm serventia. As reticências e a frase que vem na sequência sugerem que ele iria dizer que se não existissem as UCs não faria diferença na sua vida, porém ele hesita, pensa e afirma a importância das UCs para a conservação dos animais.

A análise dos resultados da variável ‘valor’ e das justificativas para atitude positiva em relação às UCs contribuem para essa discussão. Quando admitiam a importância das UCs e falavam que a presença delas ajudava suas vidas, praticamente todas as justificas estavam relacionadas ao papel de proteção dos ecossistemas e à melhoria na qualidade de vida que as áreas naturais lhes trazem, como a qualidade da água e do ar, e o bem-estar psicológico decorrente do avistamento da flora e da fauna silvestre. Há também uma associação do ambiente natural a uma região que propicia tranquilidade para viver, ao contrário do ambiente urbano, considerado violento, ameaçador e estressante. Estas correlações entre a percepção de bem-estar e os benefícios à saúde proporcionados pela proximidade com a natureza são alvo de pesquisas científicas (Crilley *et al.*, 2012; Moreira *et al.*, 2019; Steil; Toniol, 2011) que apontam para uma conexão entre natureza e saúde física e mental, exatamente o que foi relatado pelos moradores. Estes dados, aliados ao índice elevado do orgulho que sentem pela região, indicam que a conservação é um valor importante para a maioria, e que eles sabem que o trabalho das UCs, por estar atrelado à proteção dos ecossistemas, é um trabalho importante, o que não os



impede de tecer as críticas. Provavelmente as pontuações para o item ‘UCs ajudam a vida’ foi tão baixa porque os sentimentos estão falando mais alto que a razão. O fator emocional normalmente não é considerado ao se pensar em tomadas de decisões no campo da coexistência, mas é importante de ser posto em discussão quando se trabalha com pessoas e comportamento humano (Poley, 2021). Sendo assim, estes resultados indicam que o problema não é o trabalho das UCs, mas a forma como é realizado esse trabalho, principalmente como foi conduzido no passado, especialmente no que concerne à maneira como as comunidades são/foram tratadas.

Isto nos leva a aprofundar esta discussão para um outro nível de conflito que parece se apresentar no contexto da Rebio Bom Jesus: talvez não se trate somente da questão objetiva de uma perda de liberdade e possibilidades de trabalho, mas o maior impeditivo para parcerias em projetos de conservação e disposição para engajamento por parte das comunidades estaria centrado no ressentimento que ainda permanece por uma relação que não começou bem. E que não começou bem por uma complexidade de fatores, como as diferenças culturais, a forma de enxergar a natureza e as interpretações que as comunidades fizeram sobre o modo de trabalho das UCs, o que abre para uma questão importante que são as relações de poder implícitas em contextos que envolvem áreas protegidas e comunidades do entorno. É importante ressaltar que nesse ponto não se trata somente da verdade histórica dos fatos, se a forma como as comunidades relatam suas histórias corresponde ao que realmente aconteceu. Trata-se das percepções destes moradores, de como eles interpretam os fatos e os sentimentos que essas interpretações lhes causam. Isto é importante para evitar uma dicotomia entre conservacionistas *vs* moradores, entre o certo e o errado, ou de vilanizar alguns e vitimizar outros. São narrativas que fornecem elementos para a compreensão da situação presente nesta região.

De acordo com o modelo proposto por Madden e McQuinn (2014) e Zimmermann *et al.* (2020), existem três níveis de conflito relacionados à vida silvestre. O primeiro está ligado a perdas materiais, preocupações com segurança e questões mais objetivas relacionadas à proximidade com os animais. Já ao segundo nível acrescenta-se também questões subjacentes aos conflitos, como sentimentos de injustiça e ressentimentos decorrentes de um histórico de disputas, de situações que não foram satisfatoriamente resolvidas. Alguns sintomas deste tipo de conflito se expressam em ceticismo sobre as motivações para resolver a situação, expectativas de compensação pelos danos causados e uma rachadura entre as partes, que se evidencia na fala “nós *vs* eles”. E ao terceiro nível acrescenta-se os conflitos mais profundos, enraizados já pelo tempo e cuja complexidade liga-se também ao fato de envolver valores e identidades sociais que são percebidas como estando ameaçadas. Nestes casos, a hostilidade em relação à fauna silvestre é desproporcional ao dano causado, há falas exageradas,

dramatizações intensas e linguagem polarizada ao relatar situações, assim como relutância e desconfiança para dialogar (Zimmermann; McQuinn, 2023; Zimmermann *et al.*, 2020).

No caso da Rebio Bom Jesus, tudo indica que estamos às voltas com este terceiro tipo de conflito, considerando o que já foi exposto nos resultados sobre as sensações de ressentimento, injustiça e desrespeito em relação ao modo de vida das comunidades relatadas nas falas da maioria dos moradores. A questão da ameaça à identidade caiçara, as discrepâncias entre os grupos quando o assunto é o usufruto da natureza e a demarcação de terras, os ânimos exaltados ao falar de “nós, os moradores *vs* eles, o pessoal do meio ambiente”, tudo corrobora para esse diagnóstico sobre o nível de conflito desta região. Além disso, a onça-pintada parece despontar como a espécie símbolo deste conflito, estando presente na grande maioria das falas em que há queixas sobre “os bichos que são mais cuidados que as pessoas”, sobre a percepção de desequilíbrio ambiental que seria causado por esta espécie, já que ela estaria sendo introduzida na região pelos órgãos ambientais, o que seria responsável pelo aumento populacional que estaria causando um extermínio das presas. Ou, mesmo que não haja a ideia de reintrodução, o fato que não se pode mais caçar onças (“*culpa dos órgãos ambientais*”) faz com que aumente a população destes animais, trazendo prejuízos, etc., falas estas que muitas vezes são entoadas pelos moradores com a intensidade apontada por Zimmermann *et al.* (2020) como indício deste tipo de conflito: “*Eu não vou exagerar, 90% dos bichos. Tatu, você não acha mais. Sumiu o tatu que tinha aqui, sumiu tudo. Ela mata tudo. Ela é assassina, ela é terrível essa onça*”.

A questão da identidade caiçara<sup>3</sup> parece ser um fator influente nesta discussão. O sentimento de pertença ao lugar e de quem seria de fato “dono da terra” parece potencializar a sensação de injustiça e de terem tido suas propriedades “roubadas” – mesmo quando não há documentos legais para comprovar posse, pois, novamente, estamos lidando aqui mais com as percepções do que com fatos verídicos e questões legais. Mesmo alguns entrevistados que não são nativos falavam a favor dos moradores nascidos na região, estes que vêm de famílias que já há muito tempo residem ali. Ainda que estes não-nativos pudessem discordar do modo de vida dos caiçaras, pela questão extrativista, por não concordarem com a caça, etc, mas ainda assim alguns manifestavam uma certa solidariedade por entenderem que eles não saberiam

---

<sup>3</sup> Por caiçara entende-se uma parte da população do litoral brasileiro que tem origem na miscigenação entre negros, indígenas e portugueses, cujo modo de vida caracteriza-se basicamente por uma economia de subsistência voltada à pesca artesanal e à agricultura, com um grande patrimônio cultural como a dança do fandango e a literatura de cordel, que refletem a relação dessas comunidades com a natureza, particularmente com o ambiente marítimo (Diegues, 1988).

viver de outra forma, ou minimamente precisariam ser bastante orientados, algo que, nas suas percepções, não aconteceu.

A indignação de alguns moradores que criticam os “*burocratas que só assinam, mas não conhecem a realidade das comunidades*”, que “*não estão abertos a dialogar com os moradores, pois querem fazer tudo do jeito deles*”, dentre outros motivos, denunciam que os conflitos do entorno da Rebio Bom Jesus não são problemas pontuais que seriam facilmente resolvidos com a colocação de cercas, por exemplo. Este nível de conflito aponta para uma dimensão histórica relacionada a divergências entre grupos sociais, no caso da Rebio entre comunidades locais e aquilo que essas comunidades entendem como autoridade ambiental.

Adentrando, então, no campo das possíveis soluções para este contexto, e considerando todos estes aspectos discutidos anteriormente, antes de mais nada é fundamental trabalhar a relação já desgastada das partes que estão envolvidas. Para este nível de conflito, Zimmermann *et al.* (2020) e McQuinn *et al.* (2023) propõem resoluções calcadas na reconciliação, por meio de diálogos que reconheçam as diferenças de poder entre as partes e redistribuam as responsabilidades e tomadas de decisão. No entanto, esta não é uma tarefa simples, podendo inclusive causar efeito contrário se não for conduzida adequadamente. É importante considerar todos os detalhes do contexto em questão, uma vez que não há receitas genéricas que se apliquem universalmente (Zimmermann *et al.*, 2020; McQuinn *et al.*, 2023; Zimmermann *et al.*, 2021). Por exemplo, a gestão da Rebio Bom Jesus é realizada por meio de um conselho consultivo, em que os moradores podem participar das reuniões, são consultados, mas não têm poder decisório. Casos como esses podem gerar rejeições às soluções propostas e hostilidade por conta do sentimento de exclusão (McQuinn *et al.*, 2023), dados esses que apareceram nas falas de alguns moradores (“*nós até fomos consultados, fomos contra, mas não adianta nada, quem decide são eles*”). Desta forma, este seria um ponto relevante para ser pensado, se estamos falando de reconciliação, inclusão, empoderamento e colaboração.

Um processo de diálogo efetivamente construtivo depende de vários fatores, uma vez que se trata de estabelecer laços de confiança e lidar com pessoas que carregam fortes sensações de rejeição e ressentimento, muitas vezes acumulados por anos. Um dos mais importantes é o foco no fortalecimento da relação entre os stakeholders, o que é recomendado que seja conduzido e mediado por uma terceira parte que não esteja envolvida com os interesses de cada grupo (Zimmermann *et al.*, 2020; McQuinn *et al.*, 2023). Algumas atitudes aparentemente simples, como realizar uma reunião em um local escolhido pelos próprios moradores, podem ser de grande utilidade por representar a disponibilidade para o diálogo e o respeito de um grupo

para outro. Gestos simbólicos como estes são muito bem-vindos para fomentar a confiança em processos de reconciliação (Zimmermann *et al.*, 2020).

Outra maneira de conduzir conflitos baseia-se na teoria da negociação por princípios (Fisher *et al.*, 1991), bastante útil quando se está diante de dois grupos com posições aparentemente opostas, como é o caso da Rebio Bom Jesus. Trata-se de uma situação em que, num primeiro olhar, mais superficial, as posições são vistas como antagônicas. Porém, uma análise mais profunda pode revelar que há interesses e necessidades em comum entre os grupos, o que pode ser o ponto de partida para a reconciliação, engajamento e busca de soluções. Por exemplo, pôde-se perceber pelos resultados que os moradores do entorno da Rebio apreciam muito a natureza do local onde moram, sentem orgulho pela região e, em sua maioria, gostariam que no mínimo ela se mantivesse como está. Assim como os conservacionistas, que também têm interesse em trabalhar pela conservação da região. Neste sentido, uma negociação eficiente poderia partir desse interesse em comum, ao invés de alimentar os antagonismos que se engessam nas posições *nós contra eles*.

Ainda nesta linha e considerando também as necessidades de ambos os grupos, os dados resultantes para a variável ‘engajamento’ podem ajudar. Muitas respostas traziam a condição de que os moradores teriam disposição para se engajar em diálogos/projetos com os conservacionistas, *desde que* houvesse algum benefício para eles. Ou seja, parece que ali estavam dizendo também que suas necessidades precisariam ser atendidas para se iniciar alguma parceria. A modificação da questão sobre sugestões no instrumento de pesquisa, que foi feita ao longo das entrevistas com os moradores, baseou-se nesta ideia, pois a demanda por reconhecimento de suas necessidades revelou-se intensa, um dado que não era conhecido antes desta etapa da pesquisa. Enfatizando novamente a questão dos interesses em comum, o incômodo destes moradores não parece estar relacionado ao trabalho pela conservação, mas sim à *forma* como esse trabalho é conduzido pelos conservacionistas. Considerando que as pessoas não são somente parte do problema, mas também da solução (Frank; Glikman, 2019), parece que as tentativas de convergir para estes pontos em comum podem resultar em soluções que satisfaçam ambos os grupos, e desta forma contribuam para amenizar os ressentimentos e sentimentos de injustiças do passado. Somente depois desses passos em direção a uma reconciliação é que será possível discutir as medidas técnicas para os problemas em questão (McQuinn *et al.*, 2023).

As próprias sugestões que foram dadas pelos entrevistados para a proteção da fauna e melhorias para as comunidades também podem colaborar neste processo, visto que há nove

sugestões em comum. A ideia de incrementar a comunicação entre os conservacionistas e as comunidades, que foi mencionada por ambos os grupos, poderia ser o ponto de partida para se construir conjuntamente uma base sólida para fortificar esta relação e, tendo isso posto, seguir com a discussão dos demais temas.

A inserção da sociedade na gestão de áreas protegidas não é uma novidade que foi trazida somente por estes entrevistados. A participação pública já é contemplada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), porém há enormes desafios para ser implementada, principalmente considerando as dificuldades de ordem prática e de logística enfrentadas por gestores e pesquisadores no contexto brasileiro (Ferreira, 2022). Dentre estes desafios, os principais relatados pelos entrevistados foram a falta de recursos, dificuldades de acesso e logística para fazer reuniões, o descrédito e a falta de motivação já consolidado entre os moradores para participar de encontros, e ausência de resultados concretos.

Um dos espaços formalizados para a realização de trocas e tomadas de decisões, que seriam os Conselhos das áreas protegidas, muitas vezes estão perfeitamente descritos na teoria, mas com mau funcionamento na prática, existindo às vezes somente como aparato burocrático (Ferreira, 2022). Logo, é importante criar medidas que busquem diminuir a distância entre a gestão ideal que está transcrita no SNUC e a realidade das áreas protegidas brasileiras. Pelos resultados pôde-se perceber que muitos moradores apresentam uma disposição para conversar, pensam em alternativas, argumentam, desde que encontrem interlocutores dispostos a ouvi-los. Este é um ponto importante, pois relaciona-se à disposição interna, um fator determinante para ajudar a transpor as barreiras dos desafios logísticos.

Características das comunidades também são relevantes e devem ser consideradas, como as diferenças entre nativos e não-nativos e as divergências geracionais, dados muitas vezes citados pelos entrevistados e que os deixavam confusos para responder (“*Se for jovem tem mais aceitação às UCs, se for velho menos...*”). Essa heterogeneidade é fundamental para se determinar estilos de comunicação, linguagem, formas de abordagem e outros fatores relevantes quando se fala em engajamento de stakeholders (Young *et al.*, 2023). Realizar um mapeamento dos diferentes grupos também é uma ferramenta bastante útil para promover uma coprodução de conhecimento e fortalecimento de laços de confiança em projetos com grupos diversificados (Sandroni *et al.*, 2022). Esta identificação dos diferentes perfis, seus graus de influência e níveis de conhecimento também são importantes para se delinear quem engajar, como e quando (Young *et al.*, 2023).

Também é importante considerar as diferenças culturais existentes entre os moradores das comunidades e os profissionais que atuam na área de conservação para fomentar essa

discussão. Entendendo que a cultura é um “código através do qual as pessoas de um determinado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas” (Da Matta, 1981, p. 2), é fato que, ao compartilhar este código, as pessoas transformam-se num grupo e são parte de uma totalidade, tendo uma bússola com a qual podem se orientar na sua relação com os demais e também com o ambiente a sua volta. Quando os profissionais afirmam que há “questões culturais” que influenciam nos hábitos das comunidades, referem-se justamente a esse compartilhamento de códigos, em que é natural caçar, por exemplo, ou usufruir dos recursos naturais de uma forma que lhes foi transmitida geracionalmente.

Além disso, a cultura também pode assumir a função de dar sentido à existência e corroborar para a formação da identidade (Sort, 1993), daí a resistência apresentada muitas vezes para se modificar determinados comportamentos. Esta questão apareceu nos resultados, em um exemplo sobre a dificuldade de os moradores aderirem à proposta de utilizar o fruto da palmeira juçara para comercializar, ao invés de derrubar a árvore para produção de palmito. A resistência girava em torno do fato que desde sempre, com os avós, aprenderam a cortar, e não a subir na árvore para pegar o fruto. Ou seja, por mais que houvesse o argumento racional que iriam obter inclusive mais renda financeira, eles pareciam não se identificar àquela forma de se relacionar com a natureza, não fazia sentido para aquele grupo. Nesta mesma vertente também foi dito da resistência ao artesanato, por ser considerado uma atividade feminina.

Quando se procura trazer um referencial externo a um determinado segmento social, sem realizar uma aproximação mais minuciosa sobre os códigos, valores e princípios que regem este grupo, corre-se o risco de causar ruídos graves à comunicação, o chamado desencontro cultural (Costa, 1990). Muitas vezes há percepções diferentes em relação inclusive a espaço e tempo (Viertler, 2002), um dado que também surgiu nos resultados para dizer das dificuldades em se operacionalizar um trabalho com os moradores na área de turismo, por exemplo. Era marcado um horário para realizar determinada atividade, mas eles não cumpriam por estarem submetidos a uma outra lógica temporal. Como engendrar uma parceria, então, com pessoas submetidas a formas diferentes de se relacionar com o mundo? São questões que devem ser ponderadas quando se pensa em estratégias de comunicação com grupos pertencentes a culturas diferentes. É importante destacar que tal comunicação será mais efetiva quando se parte do princípio que não existem formas mais ‘avançadas’ de cultura, todas têm seus códigos específicos, o que torna necessário descobrir suas etiquetas de comunicação intercultural (Viertler, 2002). Sob esta perspectiva, os gêneros de cultura estão relacionados a formas

diferentes de pensar e agir, sem julgamento de valores em relação a mais ou menos sofisticado, ou a formas secundárias ou inferiores de vida social (Da Matta, 1981).

É importante destacar que as questões culturais não devem ser confundidas somente com os conteúdos normativos de uma determinada população, com aquilo que determina padrões e regras de conduta (Durham, 2004). Nas recentes desconstruções do conceito de cultura, é enfatizado justamente um aparente paradoxo relacionado ao caráter regulador da cultura e ao mesmo tempo sua relação com a criatividade humana; a cultura comporta, então, tradição e novidade, preservação e invenção (Bauman, 2012).

Neste movimento fluido traçado pela cultura, ao mesmo tempo que os valores são criados, são também renovados, de acordo com as novas necessidades condizentes com cada época, moldando as formas de viver com componentes mais estáveis e outros mais mutáveis (Moraes, 2004). Este dado apareceu claramente nas descrições feitas sobre as comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus, ao comentar sobre as diferenças entre a população mais velha e os mais jovens. Pelos relatos, há uma quebra geracional que acompanha uma renovação ética que vem acontecendo na sociedade contemporânea, em que se convoca cada vez mais as responsabilidades ecológicas, humanitárias, bioéticas e econômicas (Lipovetsky, 2005)

A atenção aos diferentes perfis se faz mais delicada ainda no entorno da Rebio Bom Jesus, por se tratar de um território que carrega um pluralismo identitário composto por caiçaras, indígenas, nativos e moradores que vieram de fora. Por exemplo, é natural que o turismo tenha se destacado entre as sugestões dos entrevistados, considerando o potencial da região por conta de sua beleza cênica e áreas preservadas. Entretanto, é uma atividade que gera questões sensíveis e complexas, em função do impacto que pode gerar principalmente em comunidades tradicionais, como a dependência do mercado, desmembramento de territórios e perda da identidade cultural (Maldonado, 2009), esta última, particularmente, uma questão cara para os moradores da região. Locais normalmente denominados de “paraíso ecológico”, como é o caso de Guaraqueçaba, podem atrair os grandes mercados de operadoras de turismo que poderiam surgir de forma oportuna, alavancado o crescimento da especulação imobiliária e consequente expansão urbana que pode acabar sobrecarregando o território, muitas vezes usando o prefixo ‘eco’ como disfarce para iniciativas que não são necessariamente sustentáveis (Prado, 2003).

É natural que os povos tradicionais sejam impactados pelo contato com grupos que têm outros modos de viver e se relacionar com a natureza. Sendo assim, o desafio de manter a diversidade de culturas humanas em um mundo cada vez mais homogêneo, por conta da globalização, é enorme (Diegues, 1998). O âmbito em que mais se observa essas mudanças sociais é no padrão de consumo destas sociedades tradicionais, que passam a adquirir com mais

frequência os produtos das cidades. Além disso, são movidos também pela ideia de ascensão social, já que possuem um status de inferioridade perante o sistema dominante (Diegues, 1998), situação essa que foi bastante comentada pelos entrevistados no que se refere à população mais jovem. Porém, isso não significa que as trocas não sejam bem-vindas, já que transformações sociais são inerentes dentro de qualquer formação cultural (Bauman, 2012). Para alguns autores, exigir que as comunidades tradicionais que estão dentro ou nos arredores das UCs permaneçam imutáveis do ponto de vista cultural, também é uma reivindicação incoerente com a própria fluidez que é inerente às reinvenções sociais e culturais. Esse entrecruzamento cultural deve ser positivo para essas populações, trazendo-lhes benefícios e condições para se adaptarem às novas situações emergentes, e não excludentes, como se observa em muitos casos (Diegues, 1998).

Desta forma, o turismo apresenta-se como uma faca de dois gumes, que não por acaso foi apontado por gestores do estado de São Paulo como uma atividade que tanto pode ser um grande benefício para as UCs e comunidades do entorno, como também um problema (Ferreira, 2022). Mas algumas modalidades, como o turismo rural comunitário, propiciam a valorização do acervo do patrimônio comunitário, e já foi demonstrado o quanto isto contribui para a conscientização das comunidades em relação à potência do conjunto de seus recursos humanos, culturais e naturais (Maldonado, 2009). O conceito de “produção de natureza” (Pérez, 2019) também se baseia em aliar a proteção dos ecossistemas ao ecoturismo, a partir da lógica de uma economia restaurativa que busca quebrar com a dicotomia conservação do meio ambiente *vs* desenvolvimento econômico. São iniciativas que trazem casos bem-sucedidos inclusive com reintrodução de espécies ameaçadas, que conciliam o interesse de comunidades locais com o interesse de conservacionistas, de forma que ambos, natureza e pessoas, possam coexistir.

É importante sublinhar que conflitos humano-fauna normalmente são difíceis ou às vezes até impossíveis de resolver (Marchini *et al.*, 2019). Logo, antes de implementar diferentes medidas resolutivas aleatoriamente, um planejamento estruturado e baseado em uma Teoria da Mudança contribui para a definição das metas que se quer alcançar, em quanto tempo e como essas mudanças serão medidas, com indicadores claros e objetivos e dentro de uma abordagem transdisciplinar, que contempla a participação de todos os stakeholders (Marchini *et al.*, 2019; Marchini *et al.*, 2021). Esse planejamento seria interessante para o entorno da Rebio, como uma forma de operacionalizar e organizar o direcionamento das ações, considerando a quantidade de propostas que surgiram nos resultados e a quantidade de atores e setores diferenciados que estão envolvidos.



Todos os contextos de conflitos humano-fauna carregam uma história por trás (Polley *et al.*, 2023). Logo, é importante escutar esses conflitos para buscar compreendê-los enquanto uma narrativa que se inter-relaciona com outras histórias, que podem ser contadas por múltiplas perspectivas (Harison; Loring, 2020). É este entendimento da história do passado que permitirá propor soluções mais assertivas para os problemas do presente (Pooely *et al.*, 2023). Harrison e Loring (2020) sugerem modificar a concepção de ‘conflitos como problemas’ para ‘conflitos como histórias’, sublinhando que é importante saber como elas se iniciam. Sendo assim, aqui foi relatada uma parte da história das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus e dos conservacionistas que por lá trabalham. Temos uma ideia de como ela começou, mas não sabemos ainda como vai terminar. É o começo de uma história que segue em construção.

## 6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa baseou-se no levantamento de percepções de dois grupos distintos: profissionais que trabalham na área da conservação e moradores do entorno de uma Reserva Biológica. Logo, é natural que em vários momentos tenham ocorrido comparações entre os resultados destes grupos para se realizar uma análise dos conflitos presentes na área de estudo. Tais comparações foram feitas para contribuir para uma compreensão detalhada e aprofundada da problemática da região, e não para transformar as diferenças em uma dicotomia opositora, no sentido conservacionistas *vs* moradores. Sendo assim, o propósito desta pesquisa não foi exacerbar antagonismos, pelo contrário, trata-se de um levantamento para buscar as causas destes conflitos, sem tomar as diferenças por julgamentos do que seria correto e incorreto, mas sim para entendê-las e examinar possíveis soluções, respeitando a diversidade que está presente não só entre os grupos, assim como também dentro deles.

Houve uma notável diferença entre os profissionais e os moradores que foram entrevistados: os primeiros demonstraram muita preocupação com a conservação da fauna e flora na região, entendendo que é necessário mais proteção para o ecossistema; já os moradores, de uma forma geral, acreditam que a região já está protegida o suficiente, para alguns até demais. A princípio esse se apresentou como o grande desafio – talvez insolúvel? – para um possível engajamento das comunidades em direção à coexistência humano-fauna: por que eles iriam colaborar para uma ação que nem consideram necessária?

Além disso, um histórico clássico de criação de área protegida que ocorreu “de cima para baixo” desencadeou opiniões e sentimentos negativos nos moradores, como ressentimento, menos-valia e hostilidade para com o “*grupo que dita as regras*”. Instalou-se então uma polarização entre comunidades *vs* ‘pessoal do meio ambiente’, com estes últimos sendo rotulados como exagerados e indiferentes ao sofrimento das pessoas. Ou seja, o trabalho de conservação carrega junto consigo um efeito colateral ardiloso, que é a rejeição de boa parte dos moradores, com consequências inclusive para a fauna silvestre: “*Os bichos não precisam mais, quem precisa somos nós*”.

O problema está claro, mas, como foi trazido aqui, é necessário mudar o foco: menos problemas e mais soluções; menos divergências e mais convergências. E os resultados apontaram que a maior convergência entre os conservacionistas e as comunidades é o desejo de preservar a região, inclusive a fauna, apesar de uma proximidade grande com os animais assustar os moradores, ou os impelirem a caçar. Mas praticamente ninguém quer que as espécies entrem em extinção. Porém, para que as comunidades se engajem em uma postura colaborativa

para a coexistência, suas necessidades precisam também ser atendidas. Caso contrário, não há negociação.

Se ambos os grupos afirmaram que se trata de uma relação que não começou bem, para empreender esta negociação é necessário uma conciliação. Como se comunicar, como conduzir as diferenças culturais, como adequar a linguagem para a diversidade existente entre as próprias comunidades, como por exemplo os mais jovens, os nativos, os velhos, os que vêm de fora? A transdisciplinaridade ajuda nessa mediação, a partir das trocas entre profissionais com formações e filiações institucionais diferenciadas, e com a integração de todos os protagonistas desta história. É fundamental a disposição para ouvir essas comunidades, antes de oferecer quaisquer soluções. Se essa abertura para o diálogo tiver êxito, pode-se pensar então em medidas resolutivas em direção a parcerias e mudanças.

A coexistência humano-fauna é complexa, por contemplar múltiplas dimensões e atores que se interligam em meio a questões históricas, sociais, ecológicas e políticas. Portanto, é necessário repensar os fios condutores para as políticas públicas, a formação dos profissionais e os planejamentos para estratégias de conservação. Principalmente considerando que vivemos em um mundo igualmente dinâmico, que passa por transformações em altíssima velocidade, em que os formatos tradicionais não têm conseguido dar respostas eficientes para os problemas cada vez mais complexos da contemporaneidade. Inter e transdisciplinaridade colaboram nesse sentido, pois propiciam uma melhor compreensão dos conflitos relacionados a pessoas e fauna silvestre, em todos os seus níveis, e consequentemente oferecem soluções mais consistentes em direção a uma conservação para todos os habitantes do planeta: justa, inclusiva e equitativa.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BENNETT, N. J. *et al.* Conservation social science: understanding and integrating human dimensions to improve conservation. **Biological Conservation**, 205, 93-108, 2017.
- BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BRUMATTI, P. N. M. O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza. Anais do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.191-206, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6377>. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- BÜSCHER, B.; FLETCHER, R. Towards Convivial Conservation. **Conservation and Society**. 17(3): 283-296. Doi:10.4103/cs.cs\_19\_75, 2019.
- COSTA, A. L. B. M. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do estado. In: **Hidrelétricas, Geologia e Progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.
- CRILLEY, G.; WEBER, D.; TAPLIN, R. Predicting visitor satisfaction in parks: Comparing the value of personal benefit attainment and service levels in Kakadu National Park, Australia. **Visitor Studies**, 15: 217-237, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10645578.2012.715038>. Acesso em: 08 jun. 2020.
- CURTIN, S. Wildlife tourism: the intangible, psychological benefits of human– wildlife encounters. **Current Issues in Tourism**, v.12, n.5, p.451-474, 2009.
- DA MATTA, R. Você tem cultura? **Jornal da Embratel**, set. 1981.
- DAVIDOFF, L. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- DECKER, D. L.; RILEY, S. J.; SIEMER, W. F. **Human Dimensions of Wildlife Management**. Baltimore: Johns Hopkins, 2012.
- DICKMAN, A.; MARCHINI, S.; MANFREDO, M. The human dimension in addressing conflict with large carnivores. **Key Topics in Conservation Biology** 2, 111-126, 2013.
- DIEGUES, A. C. S. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caçaras**. São Paulo: NUPAUB-USP. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5, 1988.
- DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DURHAM, E. R. A dinâmica cultural na sociedade moderna. In: DURHAM, E. R.; THOMAS, O. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ECOMARUMBI. **Plano Municipal da Mata Atlântica – Guaraqueçaba – PR**. Disponível em: <https://pmma.etc.br/mdocs-posts/pmma-guaraquecaba-pr/>. 2020. Acesso em 30 jul. 2021.

FARIAS, A. L. **A psicanálise e o meio ambiente: caminhos para uma educação ambiental**. Curitiba: Medusa, 2021.

FERRAZ, K. M. P. M. B. *et al.* Best of both worlds: Combining ecological and social research to inform conservation decisions in a Neotropical biodiversity hotspot. **Journal for Nature Conservation** 66 (2022) 126146, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jnc.2022.126146>. Acesso em: 04 jul. 2023.

FERRAZ, K. M. P. M. B. **Conservação da Biodiversidade em Transformação: Participação social, coprodução e transdisciplinaridade**. Tese (Livre-docência) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/11/tde-16052023-135719/pt-br.php>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FERREIRA, B. L. **A dimensão humana na conservação ambiental: uma análise multidimensional da relação entre parques estaduais e comunidades próximas**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Ribeirão Preto/USP, 2022.

FIOCRUZ. Mapa de conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil. **PR - Aldeia Guarani Kuaray Haxa aguarda a sentença definitiva para ter a permanência garantida em seu território**. [201-]. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-aldeia-guarani-kuaray-haxa-aguarda-a-sentenca-definitiva-para-ter-a-permanencia-garantida-em-seu-territorio/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FISHER, R.; URY, W.; PATTON, B. *Getting to yes*. 2. New York: Auflage, 1991.

FLORIANI, D.; VERGARA, N. Hacia un pensamiento socioambiental: aproximaciones epistemológicas y sociológicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 11–27, 2015.

FONSECA, C. R. *et al.* Conservation Biology: four decades of problem - and solution-based research. **Perspectives Ecology and Conservation** 19 (2021) 121-130. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2021.03.003>. Acesso em: 09 jun. 2023.

FRANK, B; GLIKMAN, J. A. Human-Wildlife Conflicts and the Need to Include Coexistence. In: FRANK, B; GLIKMAN, J. A. **Human-Wildlife Interactions: Turning Conflict into Coexistence**. Cambridge University Press, 2019.

FREUD, S. (1911). Psycho-Analytic Notes upon an Autobiographical Account of a Case of Paranoia (Dementia paranoides). In: **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**. London: The Hogarth Press, 1958. v. XII.

FREUD, S. (1920). Beyond the Pleasure Principle. In: **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**. London: The Hogarth Press, 1955. v. XVIII.

FREUD, S. (1930). Civilization and its Discontents. In: **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**. London: The Hogarth Press, 1968. v. XXI.

FUNBIO. **Manual Operacional do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná (TAJ Litoral do Paraná)**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2022/05/MOP-aprovado-CG-31.03.2022.docx.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO. **Reserva Natural Salto Morato**. [199-]. Disponível em: <https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Salto-Morato.aspx>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GLICK, P. Sacrificial lambs dressed in wolves' clothing: envious prejudice, ideology and the scapegoating of Jews. In: NEWMAN, L. S.; ERBER, R. **Understanding genocide: the social psychology of the Holocaust**. New York: Oxford University Press, 2002.

GLIKMAN, J. A.; VASKE, J. J.; BATH, A. J.; CIUCCI, P.; BOITANI, L. Residents' support for wolf and bear conservation: the moderating influence of knowledge. **European Journal of Wildlife Research**, 58(1), 295-302, 2012.

GLIKMAN, J. A.; FRANK, B.; RUPPERT, K. A.; KNOX, J.; SPONARSKI, C. C.; METCALF, E. C.; METCALF, A. L. and MARCHINI, S. Coexisting with Different Human-Wildlife Coexistence Perspectives. **Front. Conserv. Sci.** 2:703174, 2021.

GLIKMAN, J. A.; MARCHINI, S.; RUST, N.; POOLEY, S.; YOUNG, J.; HILL, C. Social Science Research. In: IUCN. **IUCN SSC guidelines on human-wildlife conflict and coexistence**. First edition. Gland, Switzerland: IUCN, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2305/YGIK2927>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GUARAQUEÇABA. Prefeitura de Guaraqueçaba. **Município**. Disponível em: <http://www.guaraquecaba.pr.gov.br>. Acesso em: 27 jul. 2021.

HARRIS, N. C.; WILKINSON, C. E.; FLEURY, G. & NHLEKO, Z. N. Responsibility, equity, justice, and inclusion in dynamic human-wildlife interactions. **Frontiers in Ecology and Environment**, 2023. Doi:10.1002/fee.2603.

HARRISON, H. L.; LORING, P. A. Seeing beneath disputes: A transdisciplinary framework for diagnosing complex conservation conflicts. **Biological Conservation**, 248, 108670. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2020.108670>. Acesso em: 21 jun. 2023.

HILLER, C.; MACMILLAN, D. C. How worldview and personal values can shape conservation conflict – The case of captive-bred lions. **Biological Conservation**, v. 258, p. 109151, 1 jun. 2021.

HOFSTATTER, L. J. V.; OLIVEIRA, H. T. DE. Caminhos Educativos Para Um Melhor Convívio Entre Humanos E Onças. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 22, p. 1–23, 2020.

IBAMA/MMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria no. 444, de 17 de dezembro de 2014**. Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção". Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=134520>. Acesso em: 16 out. 2021.

ICMBio/MMA - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria no. 150, de 08 de maio de 2006**. Cria o Mosaico de Unidades de Conservação abrangendo unidades de conservação e suas zonas de amortecimento localizadas no litoral sul do Estado de São Paulo e no litoral do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/todas-as-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ICMBio/MMA - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Decreto s/no., de 05 de junho de 2012**. Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Bom Jesus, nos Municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá, Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/todas-as-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ICMBio/MMA - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Decreto no. 90.883, de 31 de janeiro de 1985**. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/todas-as-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ICMBio/MMA - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria no. 930, de 07 de novembro de 2018**. Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Antonina, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, no estado do Paraná. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias/portarias-2018/portaria\\_930\\_07\\_de\\_novembro\\_2018.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias/portarias-2018/portaria_930_07_de_novembro_2018.pdf). Acesso em: 25 jul. 2023.

ICMBio/MMA - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Decreto no. no. 97.688, de 25 de janeiro de 1989**. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/todas-as-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 20 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. **Guaraqueçaba-PR. Principais informações sobre o município**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/guaraquecaba.html> Acesso em: 28 jul. 2021.

IUCN. **IUCN SSC guidelines on human-wildlife conflict and coexistence**. First edition. Gland, Switzerland: IUCN, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2305/YGIK2927>. Acesso em: 13 jun. 2023.

JACOBS, M. H.; VASKE, J.; DUBOIS, S.; FEHRES, P. More than fear: role of emotions in acceptability of lethal control of wolves. **European Journal of Wildlife Research** 60, 589-598, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10344-014-0823-2>. Acesso em: 12 abr. 2020.

JACOBS, M.; VASKE, J. J. Understanding Emotions as Opportunities for and Barriers to Coexistence with Wildlife. In: FRANK, B.; GLIKMAN, J. A.; MARCHINI, S. **Human-Wildlife Interactions: Turning Conflict into Coexistence**. Cambridge University Press, 2019.

KÖNIG, H. J.; KIFFNER, C.; KRAMER-SCHADT, S.; FÜRST, C.; KEULING, O. and FORD, A. T. Human-wildlife coexistence in a changing world. **Conservation Biology**, 34, n. 4, 786-794, 2020. Doi: 10.1111/cobi.13513.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LIPOVETSKY, G. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos**. Barueri: Manole, 2005.

MACE, J. M. Whose conservation? **Science**. 345 (6204), 1558-1550. 2014.

MADDEN, F.; MCQUINN, B. Conservation's blind spot: The case for conflict transformation in wildlife conservation. **Biological Conservation**, v. 178, n. 2014, p. 97-106, 2014.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G. e BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANFREDO, M. J. **Who Cares About Wildlife? Social Science Concepts for Exploring Human-Wildlife Relationships and Conservation Issues**. New York: Springer, 2008.

MARCHINI, S.; CRAWSHAW, P. G. Human-Wildlife Conflicts in Brazil: A Fast-Growing Issue. **Human Dimensions of Wildlife**, v. 20, n. 4, p. 323-328, 2015.

MARCHINI, S.; MACDONALD, D. W. Predicting ranchers' intention to kill jaguars: Case studies in Amazonia and Pantanal. **Biological Conservation**, v. 147, n. 1, p. 213-221, 2012.



MARCHINI, S; FERRAZ, K. M. P. M. B.; ZIMMERMANN, A.; GUIMARÃES-LUIZ, T.; MORATO, R.; CORREA, P. L. P.; MACDONALD, D. W. Planning for Coexistence in a Complex Human-Dominated World. In: FRANK, B.; GLIKMAN, J. A.; MARCHINI, S. **Human-Wildlife Interactions: Turning Conflict into Coexistence**. Cambridge University Press, 2019.

MARCHINI, S; FERRAZ, K. M. P. M. B.; FOSTER, V.; REGINATO, T.; KOTZ, A.; BARROS, Y.; ZIMMERMANN, A. and MACDONAL, D. Planning for Human-wildlife Coexistence: Conceptual Framework, Workshop Process, and a Model for Transdisciplinary Collaboration. **Frontiers in Conservation Science**. 2:752953, 2021. doi: 10.3389/fcosc.2021.752953.

MARCHINI, S.; GUIMARÃES, M. A. M; ALCÁZAR, P; TORO-OROZCO, W. D.; FERREIRA, B. L.; GLIKMAN, J. A.; LAS-CASA, M. C.; MACEDO, J.; MARTINS, F. C. ; MONTEIRO, M. C. M.; PAOLINO, R. M.; PEREIRA, J.; PONT, A. C.; RAMOS-SANTOS, I.; SILVA, R. C. Silva; OLIVEIRA, A. C. D. (no prelo). ‘As pessoas mentem’: superando obstáculos para incorporar a pesquisa em ciências sociais à conservação. **Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento**.

MASSARELLA, K. et al. Transformation beyond conservation: how critical social science can contribute to a radical new agenda in biodiversity conservation. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 49, p. 79–87, 2021.

MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA). **Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity Synthesis**. Washington, D.C: World Resources Institute, 2005.

MCQUINN, B.; ZIMMERMANN, A.; STEVENS, J. & THONDHLANA, G. Dialogue: a process for conflict resolution. In: IUCN. **IUCN SSC guidelines on human-wildlife conflict and coexistence**. First edition. Gland, Switzerland: IUCN, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2305/YGIK2927>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MINAYO, M. C. S.(org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MORAES, R. A realidade da cultura. In: DURHAM, E. R.; THOMAS, O. (Ed.). **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MOREIRA, J.C.; HAURA, F.K.; BURNS, R.C.; CAIRES, A.M. Perfil, percepção dos visitantes e a observação de animais silvestres: estudo de caso do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – PE. **Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ ABET**, Juiz de Fora (Brasil), v.9, pp.1 – 13, Jan./ Dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/13867>. Acesso em: 14 maio 2021.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853-858, 2000.

NADLER, A.; MALLOY, T. E.; FISHER, J. D. Between Conflict and Reconciliation: Toward a Theory of Peaceful Coexistence. In: **The Social Psychology of Intergroup Reconciliation**. New York: Oxford University Press, 2008.

NEWING, H. **Conducting Research in Conservation: Social Science Methods and Practice**. New York: Routledge, 2011.

NUNO, A.; ST. JOHN, F. A. V. How to ask sensitive questions in conservation: a review of specialized questioning techniques. **Biological Conservation**, v. 189, p. 5-15, 2015.

OU, Q. A Brief Introduction to Perception. **Studies in Literature and Language**. Vol. 15, No. 4, 2017, pp. 18-28. Doi:10.3968/1005.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Gestão Ambiental – Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. Curitiba: IAP, 1995.

PAULA, E. V.; PIGOSSO, A. M. B.; WROBLEWSKI, C. A. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. In: SULZBACH, M. T.; ARCHANJO, D. R.; QUADROS, J. **Litoral do Paraná: território e perspectivas, volume 3: dimensões de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

PAULA, E. V.; PIGOSSO, A. M. B.; WROBLEWSKI, C. A. Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação. In: SULZBACH, M. T.; ARCHANJO, D. R.; QUADROS, J. **Litoral do Paraná: território e perspectivas, volume 3: dimensões de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

PDS Litoral 2035. **Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná**. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.planejamento.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Desenvolvimento-Sustentavel-do-Litoral-do-Parana-PDSLitoral>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PERCEPTION. In: Oxford Learner's Dictionaries. Oxford University Press, 2023. Disponível em: <https://perception.noun-definition.com>. Acesso em: 30 set. 2023.

PETERSON, M. N. et al. Rearticulating the myth of human-wildlife conflict. **Conservation Letters**, v. 3, n. 2, p. 74–82, 2010.

POOLEY, S.; BHATIA, S.; VASAVA, A. Rethinking the study of human-wildlife coexistence. **Conservation Biology** 35, 784-793, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cobi.13654>. Acesso em: 12 jun. 2023.

POOLEY, S.; HILL, C. & LINNELL, J. How stories shape interactions. In: IUCN. **IUCN SSC guidelines on human-wildlife conflict and coexistence**. First edition. Gland, Switzerland: IUCN, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2305/YGIIK2927>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PRADO, R. M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horiz. antropol.** [online]. 2003, vol.9, n.20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000200011>. Acesso em: 23 maio 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 29 jul. 2021.

RUST, N. A. et al. Quantity Does Not Always Mean Quality: The Importance of Qualitative Social Science in Conservation Research. **Society and Natural Resources**, v. 30, n. 10, p. 1304–1310, 3 out. 2017.

SANDRONI, L.; FERRAZ, K. M. P. M. B.; MARCHINI, S.; PERCEQUILLO, A.; COATES, R.; PAOLINO, R. M.; BARROS, Y.; LANDIS, M.; RIBEIRO, Y. G. G. MUNHÕES, L. P. Stakeholder mapping as a transdisciplinary exercise for jaguar conservation in the Brazilian Atlantic Forest. **Conservation Science and Practice** 4(5): e12651, 2022. Doi: 10.1111/csp2.12651.

SILVA, L. S.; PAULA, E. V. de. El Análisis Espacial de las Restricciones Legales al Uso de la Tierra: Contribuciones a la planificación y gestión del territorio en Brasil. **En Proyección: estudios geográficos y de ordenamiento territorial**, v. XIV, (27), pp. 57-79. Instituto CIFOT, Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza, 2020.

SPVS - SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. Vol. I. Curitiba: SPVS, 1992.

SPVS - SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Estatuto Consolidado da SPVS. Anexo I à Ata de Assembleia Geral de Associados no 96**. Curitiba, 2020a. Disponível em: <http://www.spvs.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Estatuto-Consolidado-SPVS-fev2021.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

SPVS - SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Reservas Naturais da SPVS – 20 anos de história**. Curitiba: Inverso, 2020b.

STEIL, C. A.; TONIOL, R. Ecologia, corpo e espiritualidade: uma etnografia das experiências de caminhada ecológica em um grupo de ecoturistas. **Cad. CRH** [online]. 2011, vol.24, n.61 [citado 2020-04-23], pp.29-49, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000100003>. Acesso em: 14 jun. 2020.

STEVIS, D. **Elements in Earth System Governance: Just Transitions**. Cambridge University Press, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108936569>. Acesso em: 08 abr. 2023.

STORT, E. V. R. **Cultura, imaginação e tradição: a educação e formalização da experiência**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

TORRENS, L. A.; PAULA, E. V. DE; SILVA, L. S. Educação ambiental em unidade de conservação de uso sustentável: estudo de caso no Colégio Estadual Tagaçaba Porto da Linha de Cima – Guaraqueçaba/PR. **Caminhos de Geografia - revista online**, v. 20, n. 71, p. 296–310, 2019.

TREVES, A.; SANTIAGO-ÁVILA, F. J.; LYNN, W. S. Just preservation. **Biological Conservation**, v. 229, n. July 2018, p. 134–141, 2019.

VIERTLER, R. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M.; MING, L. C. ; SILVA, S. P. (Ed.). **Encontro Regional de Etnologia e Etnoecologia**. Rio Claro: UNESP/CNPQ, 2002.

VUCETICH, J. A. et al. Just conservation: What is it and should we pursue it? **Biological Conservation**, v. 221, n. February, p. 23–33, 2018.

YOUNG, J.; GLIKMAN, J.; FRANK, B.; HEDGES, S.; HILL, K. & HOFFMANN, R. Working with stakeholders and communities. In: IUCN. **IUCN SSC guidelines on human-wildlife conflict and coexistence**. First edition. Gland, Switzerland: IUCN, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2305/YGIK2927>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ZIMMERMANN, A.; MCQUINN, B.; MACDONALD, D. W. Levels of conflict over wildlife: Understanding and addressing the right problem. **Conservation Science and Practice**. 2:e259. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1111/csp2.259>.

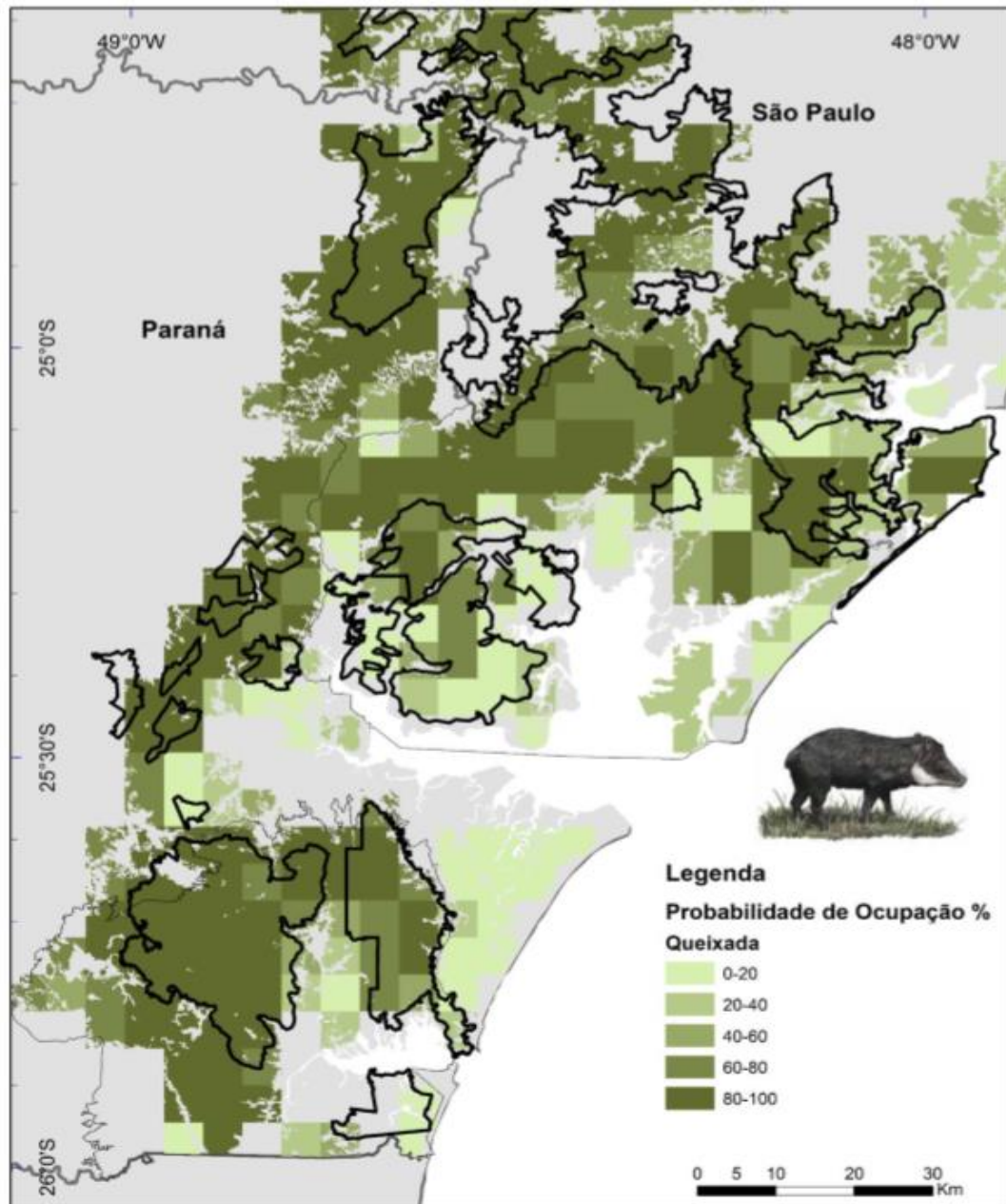
ZIMMERMANN, A. et al. Every case is different: Cautionary insights about generalisations in human-wildlife conflict from a range-wide study of people and jaguars. **Biological Conservation**. 260 109185. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.109185>.

ZIMMERMANN, A.; MCQUINN, B. Levels of conflict over wildlife. In: IUCN. **IUCN SSC guidelines on human-wildlife conflict and coexistence**. First edition. Gland, Switzerland: IUCN, 2023.



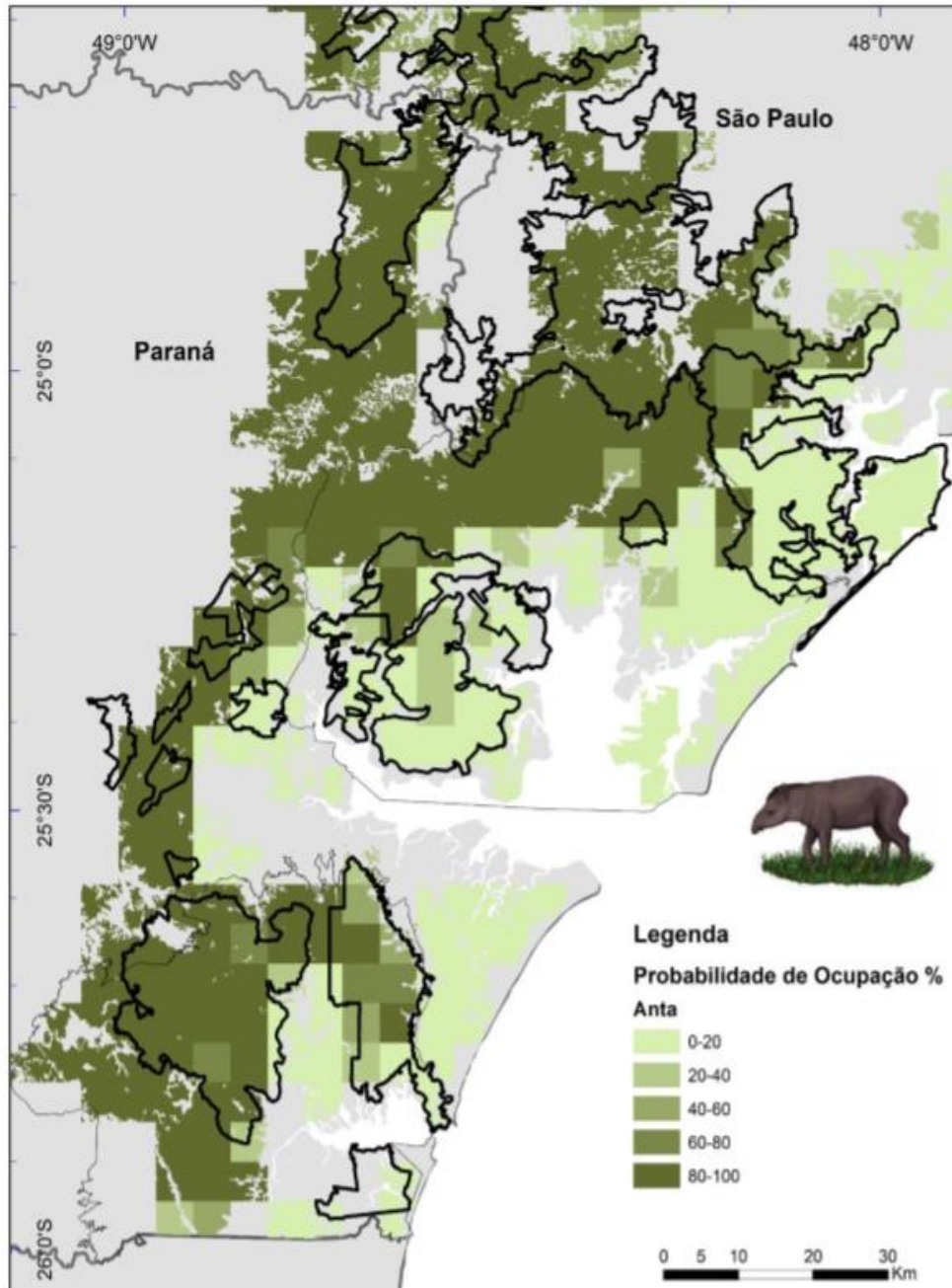
## ANEXOS

ANEXO A<sup>4</sup>. Mapa da área de abrangência do Programa de Monitoramento de Grandes Mamíferos no Corredor Serra do Mar/Lagamar indicando a probabilidade de ocupação do queixada (*Tayassu pecari*).



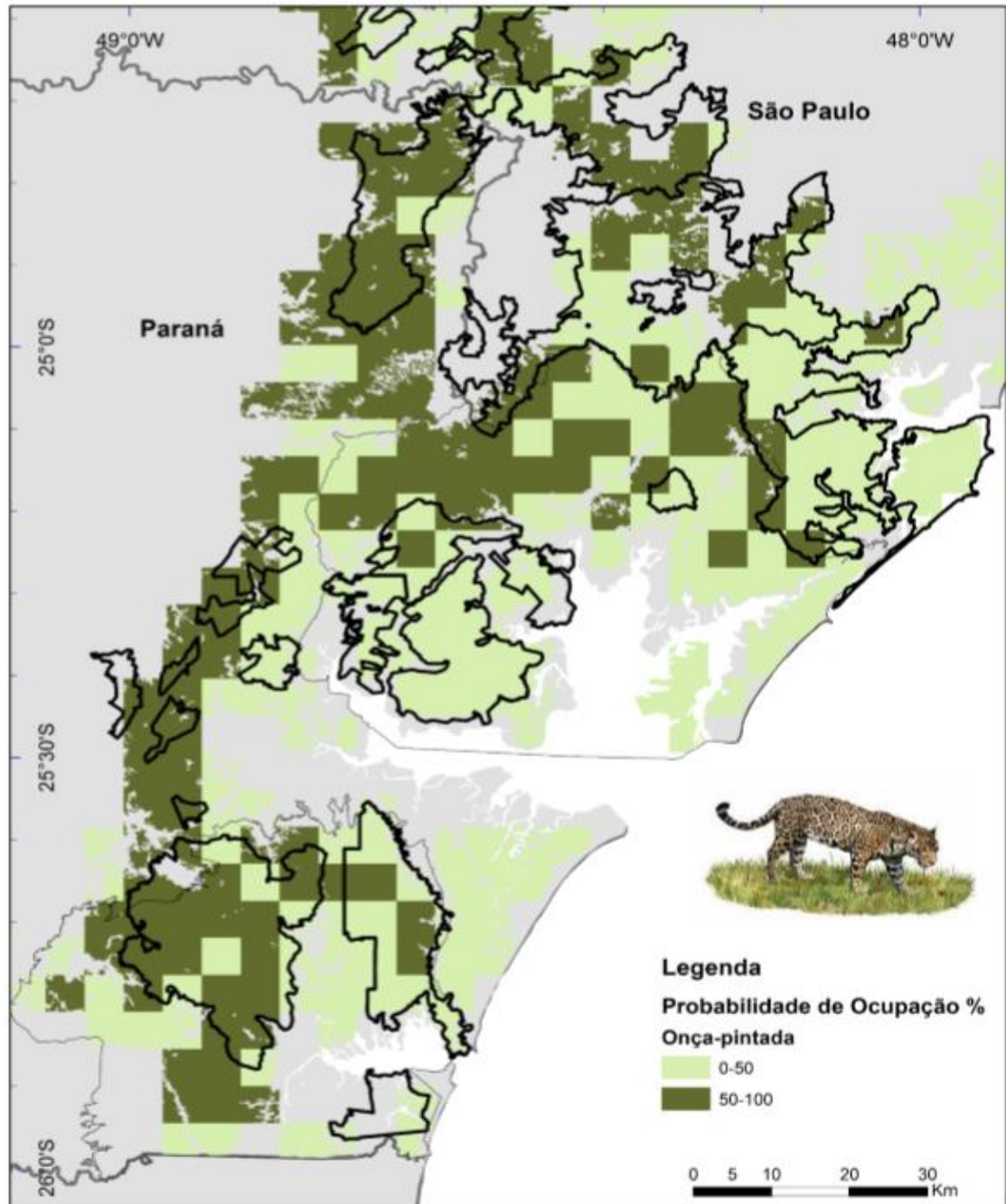
<sup>4</sup> Fonte: Fusco Costa, dados não publicados. Dr. Roberto Fusco Costa, pós-doutorando em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador em Ecologia e Conservação da Vida Selvagem pelo Instituto de Pesquisas Cananea (IPEC) e Instituto Manacá. Endereço: Rua Engenheiro Niepce da Silva, 310, apto 704. Portão. CEP: 80610-280. Curitiba, PR. E-mail: fusco.costa@gmail.com.

ANEXO B<sup>5</sup>. Mapa da área de abrangência do Programa de Monitoramento de Grandes Mamíferos no Corredor Serra do Mar/Lagamar indicando a probabilidade de ocupação da anta (*Tapirus terrestris*).



<sup>5</sup> Fonte: Fusco Costa, dados não publicados. Dr. Roberto Fusco Costa, pós-doutorando em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador em Ecologia e Conservação da Vida Selvagem pelo Instituto de Pesquisas Cananeia (IPeC) e Instituto Manacá. Endereço: Rua Engenheiro Niepce da Silva, 310, apto 704. Portão. CEP: 80610-280. Curitiba, PR. E-mail: fusco.costa@gmail.com.

ANEXO C<sup>6</sup>. Mapa da área de abrangência do Programa de Monitoramento de Grandes Mamíferos no Corredor Serra do Mar/Lagamar indicando a probabilidade de ocupação da onça pintada (*Panthera onca*).



<sup>6</sup> Fonte: Fusco Costa, dados não publicados. Dr. Roberto Fusco Costa, pós-doutorando em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador em Ecologia e Conservação da Vida Selvagem pelo Instituto de Pesquisas Cananeia (IPEC) e Instituto Manacá. Endereço: Rua Engenheiro Niepce da Silva, 310, apto 704. Portão. CEP: 80610-280. Curitiba, PR. E-mail: fusco.costa@gmail.com.



ANEXO D. Questionário para os profissionais.

### QUESTIONÁRIO 01 - PROFISSIONAIS

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_  
 Instituição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

1) Você já teve qualquer contato com as comunidades do entorno da Reserva Biológica (Rebio) Bom Jesus? Se sim, qual?

2) Qual sua opinião sobre a relação dos moradores destas comunidades com a fauna silvestre da região?

3) Sabe se tem algum animal que é pouco tolerado pelos moradores das comunidades? Quais seriam os animais menos tolerados?

4) Na sua opinião, a presença de algum ou alguns dos mamíferos abaixo na Rebio Bom Jesus causaria algum incômodo para a comunidade do entorno?

Anta ( <i>Tapirus terrestris</i> )	( ) Sim	( ) Não
Queixada ( <i>Tayassu pecari</i> )	( ) Sim	( ) Não
Onça-pintada ( <i>Panthera onca</i> )	( ) Sim	( ) Não

Em caso afirmativo, qual tipo de incômodo?

5) Em uma escala de 0 a 5, como você avaliaria a eficácia do reforço populacional da anta (*Tapirus terrestris*) na Rebio Bom Jesus como estratégia de conservação a ser implementada nesta região? Sendo que 0 é 'nenhuma eficácia' e 5 'total eficácia'.

nenhuma eficácia						total eficácia
0	1	2	3	4		5

Justifique sua resposta:

6) Em uma escala de 0 a 5, como você avaliaria a eficácia do reforço populacional da queixada (*Tayassu pecari*) na Rebio Bom Jesus como estratégia de conservação a ser implementada nesta região? Sendo que 0 é 'nenhuma eficácia' e 5 'total eficácia'.

nenhuma eficácia						total eficácia
0	1	2	3	4		5

Justifique sua resposta:

7) Em uma escala de 0 a 5, como você avaliaria a eficácia do reforço populacional da onça-pintada (*Panthera onca*) na Rebio Bom Jesus como estratégia de conservação a ser implementada nesta região? Sendo que 0 é 'nenhuma eficácia' e 5 'total eficácia'.

nenhuma eficácia						total eficácia
0	1	2	3	4		5

Justifique sua resposta:

8) Qual sua opinião sobre a relação dos moradores destas comunidades com as Unidades de Conservação (UC) presentes na região?

9) Na sua opinião, qual a postura das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus em relação às estratégias de conservação da fauna silvestre promovidas por institutos de pesquisa ou por órgãos do governo?

(  ) se opõem/reprovam totalmente                      (  ) se opõem/reprovam parcialmente  
 (  ) não reprovam nem aprovam      (  ) apoiam parcialmente      (  ) apoiam totalmente

Justifique sua resposta:

10) Qual a postura das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus em relação à presença de Unidades de Conservação na região?

(  ) fortemente / muito desfavoráveis      (  ) moderadamente /um pouco desfavoráveis  
 (  ) nem desfavoráveis nem favoráveis      (  ) moderadamente /um pouco favoráveis  
 (  ) fortemente / muito favoráveis

Justifique sua resposta:

11) Que nível de conhecimento os moradores das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus possuem sobre o ecossistema onde moram?

Nenhum                       Baixo                       Médio                       Alto

12) Que nível de conhecimento os moradores das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus possuem sobre os riscos do ecossistema onde moram? (por ex, os riscos de extinção de algumas espécies, os motivos de ser uma área protegida)?

Nenhum                       Baixo                       Médio                       Alto

13) Na sua opinião, estas comunidades atribuem algum valor à região onde moram por ser uma área protegida?

Sim                       Não

Por quê?

14) Como é a relação entre os moradores das comunidades do entorno da Rebio Bom Jesus? (Os moradores mantêm contato entre eles, participam de encontros, associações?)

15) Você sugeriria alguma estratégia de conservação para os mamíferos ameaçados de extinção na região da Reserva Biológica Bom Jesus?

ANEXO E. Questionário para as comunidades.

### QUESTIONÁRIO 02 - COMUNIDADES

**Projeto: Percepções da comunidade e de conservacionistas sobre o conflito humano-fauna –suas causas e soluções– na Reserva Biológica Bom Jesus (Mata Atlântica/PR)**

Protocolo nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ Duração da entrevista: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Bairro/comunidade: \_\_\_\_\_

Localização: Lat. \_\_\_\_\_ Long. \_\_\_\_\_

1) Há quanto tempo mora na região?

#### **I. Fauna silvestre**

2) Conte um pouco sobre a sua relação com os animais silvestres da região onde você mora.

3) Tem algum animal que causa algum incômodo, algum problema para você? Que você gostaria que não existisse na região, ou que existisse menos?

4) Você já viu alguma anta? O que sabe sobre esse animal?

5) Você já viu alguma queixada? O que sabe sobre esse animal?

6) Você já viu alguma onça-pintada? O que sabe sobre esse animal?

#### **II. Percepção e atitude**

7) Nos últimos anos, você acha que a população dos animais listados abaixo na região:

	Diminuiu muito	Diminuiu	Nem aumentou nem diminuiu	Aumentou	Aumentou muito
ANTA					
QUEIXADA					
ONÇA-PINTADA					

8) Você gostaria que a população dos animais listados abaixo em sua região:

	Diminuisse muito	Diminuisse	Permanecesse igual	Aumentasse	Aumentasse muito
ANTA					
QUEIXADA					
ONÇA- PINTADA					

Por quê?

9) Se algum ou alguns dos animais listados abaixo desaparecesse (m) da sua região, você se sentiria:

	Muito triste	Triste	Nem triste nem feliz	Feliz	Muito feliz
ANTA					
QUEIXADA					
ONÇA-PINTADA					

Por quê?

### III. Aceitação

10) Você acha que seus vizinhos aceitariam a presença de algum ou alguns dos animais listados abaixo, caso eles começassem a aparecer na região?

Anta            ( ) Sim        ( ) Não        ( ) Depende        ( ) Não sei

Queixada      ( ) Sim        ( ) Não        ( ) Depende        ( ) Não sei

Onça            ( ) Sim        ( ) Não        ( ) Depende        ( ) Não sei

Justifique suas respostas:

11) Você aceitaria a presença de algum ou alguns dos animais listados abaixo, caso eles começassem a aparecer (ou aparecer mais) na região onde você mora?

Anta ( ) Sim ( ) Não ( ) Depende

Queixada ( ) Sim ( ) Não ( ) Depende

Onça ( ) Sim ( ) Não ( ) Depende

Justifique suas respostas:

#### **IV. Sentimento**

12) Você tem algum sentimento em relação à anta?

Se encontrasse uma anta, o que sentiria?

13) Você tem algum sentimento em relação à queixada?

Se encontrasse uma queixada, o que sentiria?

14) Você tem algum sentimento em relação à onça-pintada?

Se encontrasse uma onça-pintada, o que sentiria?

#### **V. Conhecimento e atitude**

15) Você sabe o que é uma área protegida (área de proteção ambiental, Unidade de Conservação (UC)? Em caso afirmativo, o que você sabe sobre uma UC?

Pontuação \_\_\_\_\_

16) *(somente se a resposta acima for positiva)* E qual é a UC mais próxima daqui?

Pontuação \_\_\_\_\_

17) *(somente se a resposta acima for negativa)* E a Reserva Biológica Bom Jesus? Conhece, já ouviu falar?

Pontuação \_\_\_\_\_

18) Você sabe quais outros tipos de áreas protegidas existem?

Pontuação \_\_\_\_\_

19) Quem toma as decisões relacionadas à Rebio Bom Jesus?

- ( ) Gestor ou chefe ( ) Governador ( ) Polícia Ambiental ( ) SPVS ( ) IBAMA  
( ) Não sei

Pontuação \_\_\_\_\_

20) Você acha que os moradores podem participar das decisões relacionadas à UC?

- ( ) sim De que forma?  
( ) não

Pontuação \_\_\_\_\_

21) Marque se você concorda ou não com as frases abaixo. Não se preocupe em acertar, o que importa é o que você acha.

	CONCORDO	NÃO CONCORDO	NÃO SEI
É permitido plantar em alguns tipos de áreas protegidas.			
Palmeiras como a juçara correm o risco de desaparecer na região de Guaraqueçaba.			
É proibido a presença de visitantes em todos os tipos de UCs.			

TOTAL: \_\_\_\_\_

22) Dos animais listados abaixo, algum está em risco de extinção (pode desaparecer)?

- ( ) Capivara ( ) Anta ( ) Paca ( ) Macuco ( ) Não

TOTAL: \_\_\_\_\_

23) Você acha que, para os seus vizinhos, a presença de Unidades de Conservação na região:

- ( ) ajuda muito ( ) ajuda um pouco ( ) não muda em nada suas vidas  
( ) atrapalha um pouco ( ) atrapalha muito

Justifique sua resposta:

24) Para você, a presença de uma Unidade de Conservação na região onde você mora:

ajuda muito       ajuda um pouco       não muda em nada sua vida  
 atrapalha um pouco       atrapalha muito

Justifique sua resposta:

25) Você acha que, para os seus vizinhos, uma Unidade de Conservação é importante para alguma coisa?

Sim       Não

Justifique sua resposta:

26) E para você, uma Unidade de Conservação é importante para alguma coisa?

Sim       Não

Justifique sua resposta:

## VI. Engajamento

27) Você acha que seus vizinhos se sentem dispostos a colaborar com projetos para proteger os animais silvestres na região?

nem um pouco disposto       um pouco disposto       muito disposto

Justifique sua resposta:

28) Você se sente disposto (a) a colaborar com projetos para proteger os animais silvestres na região onde você mora?

nem um pouco disposto       um pouco disposto       muito disposto

Justifique sua resposta:

## VII. Valor

29) Você tem orgulho de morar em uma área com muita mata e animais silvestres? Isso é importante para você?



nenhum orgulho       pouco orgulho       tanto faz       muito orgulho

30) Você acha que é possível ter progresso econômico e proteção da natureza ao mesmo tempo?       sim       não

31) Você teria alguma sugestão do que poderia ser feito para os bichos não desaparecerem?

**VIII. Perfil do entrevistado**

32)  Homem       Mulher

33) Idade: \_\_\_\_\_

34) Profissão: \_\_\_\_\_

35) Escolaridade:

Nenhuma     Fund. Inc.     Fund. Com.     Méd. inc.     Méd. com.     Sup.

36) Se há cultivo na propriedade, qual?